PROPOSTA DO PLANO DE COGESTÃO DO PARQUE NACIONAL DA PENEDA-GERÊS

DOCUMENTO COMPLEMENTAR I
CARATERIZAÇÃO DA ÁREA PROTEGIDA

Documento em desenvolvimento

ÍNDICE

Enquadramento 9
1. Localização e abrangência geográfica 12
2. Classificação 13
2.1. Outros estatutos 13
3. Objetivos de gestão 15
3.1. Áreas sujeitas a regimes de proteção específicos 18
3.1.1. Zonamento das áreas sujeitas a regimes de proteção 18
3.1.2. Áreas de intervenção específica 21
4. Servidões administrativas 22
5. Regime de propriedade 23
6. Instrumentos de ordenamento e gestão do território 24
Caracterização da área protegida 27
7. Caraterização física 27
7.1. Clima 27
7.2. Geologia 27
7.2.1. Litologia 28
7.2.2. Geomorfologia 29
7.3. Hidrografia 30
7.4. Relevo 32
7.4.1. Hipsometria 32
7.5. Solos 34
8. Caraterização biológica 35
8.1. Flora e vegetação 35
8.1.1. Flora 35
Briófitas 36
Traqueófitas 36
8.1.2. Vegetação 41
Bosques 44
- *Azerais e medronhais arbóreos* 44
- *Carvalhais* 45
- *Carvalhais com teixo* 49
- *Carvalhais e Azerais* 49
- *Bosques Mesotróficos e Louriçais* 49
- *Bosques de teixo* 50
- *Bosques ripícolas* 51
- *Pinhais de pinheiro-silvestre autóctone* 53

Matos 54
- *Matos montanos com afloramentos rochosos* 55
- *Matos montanos sem afloramentos rochosos* 58

- *Matos colinos com afloramentos rochosos sobre granitos sintectónicos* 58
- *Matos colinos com afloramentos rochosos sobre xistos e granitos pós-tectónicos* 59
- *Matos colinos sem afloramentos rochosos sobre granitos sintectónicos* 60
- *Matos colinos sem afloramentos rochosos sobre xistos e granitos pós-tectónicos* 60

Mosaico Agro-Florestal 61

Vegetação aquática e ripícola não arbórea 62

Complexos higroturfosos 64

8.2. Fauna 67

8.2.1. Animais vertebrados 67

- *Mamíferos* 68
- *Aves* 69
- *Répteis* 69
- *Anfíbios* 69
- *Peixes* 70

8.2.2. Animais Invertebrados 70

9. Caraterização da Paisagem 71

9.1. Unidades de paisagem 71

- Unidade de Paisagem 1 - Castro Laboreiro 75
- Unidade de Paisagem 2 – Lamas de Mouro 77
- Unidade de Paisagem 3 – Ribeiros 78
- Unidade de Paisagem 4 – Gavieira 78
- Unidade de Paisagem 5 – Ramiscal 80
- Unidade de Paisagem 6 – Soajo 81
- Unidade de Paisagem 7 – Serra Amarela Norte 82
- Unidade de Paisagem 8 – Campo do Gerês-Gerês 83
- Unidade de Paisagem 9 – Serra do Gerês e faldas sul 84
- Unidade de Paisagem 10 – Planalto da Mourela 85

10. Caraterização do uso atual do solo 85

11. Caraterização socioeconómica 88

11.1. População 88

11.1.1. Evolução demográfica e estrutura populacional 88

11.1.1.1. Evolução da população residente 89

11.1.1.2. Estrutura do povoamento 93

11.2. Atividades económicas 97

11.2.1. Agropecuária 97

- Distribuição espacial dos sistemas de produção 97

11.2.2. Floresta 99

11.2.3. Caça e Pesca Desportiva 107

- Atividade cinegética 107
- Pesca desportiva 109

11.2.4. Apicultura 111

11.2.5. Turismo 112
11.2.5.1. Caracterização da oferta turística 114
o Alojamento 114
Evolução da oferta de alojamento 115
Evolução dos empreendimentos turísticos 117
Evolução dos parques de campismo 121
Evolução do alojamento local 125
o Restauração 127
o Animação turística 128
Agentes de animação turística 129
o Estruturas, equipamentos e outros serviços de apoio ao visitante 131
11.2.5.2. Caraterização da procura turística 136
Visitantes às Portas e serviços do PNPG 136
Dormidas e Hóspedes 139
Principais tipos de turismo/visitantes no PNPG 141
11.3. Caracterização do património cultural 143
11.3.1. Breve síntese da ocupação do território 144
11.3.2. Património inventariado 145
11.3.2.1. Património arqueológico 145
11.3.2.2. Património arquitetónico 146
11.3.2.3. Património com valor etnográfico 147
11.3.2.4. Património classificado 149
o Monumento Nacional 150
o Imóvel de Interesse Público 151
o Sítio de Interesse Público 152
11.3.2.5. Património em vias de classificação 153
o Inventariado 154
BIBLIOGRAFIA 155

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Localização geográfica e enquadramento administrativo do PNPG 12
Figura 2 - Áreas sujeitas a regimes de proteção específicos 19
Figura 3 - Regime de propriedade no território do PNPG. Fonte: Geocatalogo.ICNF. SIG/ ADERE-PG 24
Figura 4 - Sistema de Gestão Territorial. Fonte: DGT. 25
Figura 5 - Carta geológica da área do PNPG. Fonte: SIG/PNPG 29
Figura 6 - Bacias hidrográficas principais da área do PNPG. Fonte: SIG/PNPG 31
Figura 7 - Rede Hidrográfica da área do PNPG. Fonte: SIG/PNPG 31
Figura 8 - Carta hipsométrica da área do PNPG. Fonte: SIG/PNPG 33
Figura 9 - Carta de declives da área do PNPG. Fonte: SIG/PNPG 34

Figura 10 - Carta de Solos da área do PNPG. Fonte: SIG/PNPG 35
Figura 11 - Lírio-do-gerês *Iris boissieri* (à esquerda); Timeleia *Thymelaea broterana* (à direita). Fotos: Duarte Silva 38
Figura 12 - *Narthecium ossifragum* (à esquerda); Feto-do-gerês *Woodwardia radicans* (à direita). Fotos: Duarte Silva 39
Figura 13 - Hipericão-do-gerês Hypericum androsaemum (à esquerda); Uva-do-monte Vaccinium myrtillus (à direita). Fotos: Duarte Silva 41
Figura 14 - Percentagem de área ocupada por cada tipo de vegetação. 43
Figura 15 - carvalhal da mata de Albergaria-Palheiros. Foto: PNPG/AJB. 46
Figura 16 - Davallia canariensis em cima de um tronco de Quercus robur. Foto: Duarte Silva. 48
Figura 17 - Azevinhal junto à Louriça, na serra Amarela. Foto: Duarte Silva. 49
Figura 18 - Vidoal ripícola. Foto: Duarte Silva. 51
Figura 19 - Pinheiros-silvestres autóctones do Vale da Ribeira das Negras. Foto: Mário Rui Duro. 54
Figura 20 - Zimbro *Juniperus communis subsp. alpina* (à esquerda); Caldoneira *Echinospartum ibericum* (à direita). Fotos: Duarte Silva. 56
Figura 21 - Tormentelo *Thymus caespititius*. Foto: Duarte Silva. 59
Figura 22 - Narciso-de-trombeta *Narcissus pseudonarcissus subsp. Nobilis*. Foto: Duarte Silva. 62
Figura 23 - *Lycopodiella inundata* (à esquerda); Bola-de-algodão *Eriophorum angustifolium* (à direita). Fotos: Duarte Silva. 66
Figura 24 - Rã-Ibérica *Rana iberica*. Foto: Ecocensus. 70
Figura 25 - Vaca-loura *Lucanus cervus*. Foto: Guilherme Castro. 71
Figura 26 - Carta das Unidades da Paisagem (produzida à escala de base 1/25000). Fonte: SIG/PNPG. 73
Figura 27 - Carta de uso e ocupação do solo. Fonte: COS 2018. SIG/ADERE-PG 86
Figura 28 - Relação da estrutura do povoamento no PNPG com condicionalismos geofísicos. Fonte: SIG/PNPG. . 94
Figura 29 - Organização do povoamento nas serras da Peneda e do Soajo e freguesia de Castro Laboreiro. 95
Figura 30 - Organização e distribuição do povoamento no PNPG. Fonte: SIG/PNPG. 95
Figura 31 - Distribuição da floresta na área do PNPG. Fonte: Dados da COS2018 (tratados pelo SIGPNPG) 100
Figura 32 - Regime de propriedade na área do PNPG. Fonte: SIGPNPG. 103
Figura 33 - Distribuição das áreas de floresta por classe do regime de propriedade. Fonte: SIGPNPG. 104
Figura 34 - Evolução da área de *Acacia dealbata* no PNPG entre 2000 e 2004. Fonte: SIGPNPG. 105
Figura 35 - Áreas ardidas entre 200 e 2019. Fonte: Dados do SGIF (tratados pelo SIGPNPG). 107
Figura 36 - Zonas de caça ativas no PNPG em 2020. Fonte: ICNF/DECF-N. 109
Figura 37 - Distribuição das concessões de Pesca Desportiva na área do PNPG (2020). Fonte: ICNF/DRCA. 111
Figura 38 - Distribuição do património arqueológico e arqueológico / arquitetónico no PNPG. Fonte: SIG/PNPG. 146
Figura 39 - – Distribuição do património arquitetónico e arqueológico / arquitetónico no PNPG. Fonte: SIG/PNPG. 147
Figura 40 - Distribuição do património arquitetónico com valor etnográfico no PNPG. Fonte: SIG/PNPG. 149
Figura 41 - Distribuição do património classificado no PNPG segundo estatuto de classificação. Fonte: SIG/PNPG. 150
Figura 42 - Património classificado como Monumento Nacional no PNPG. Fonte: SIG/PNPG. 151
Figura 43 - Património classificado como Imóvel ou Sítio de Interesse Público no PNPG. Fonte: SIG/PNPG. 153
Figura 44 - Património em vias de classificação no PNPG. Fonte: SIG/PNPG. 154

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 - Áreas do PNPG de acordo com a tipologias de regime de propriedade 23
Tabela 2 - Correspondência entre a vegetação e os habitats. 43
Tabela 3 - Descrição dos limites das Unidades de Paisagem identificadas 73
Tabela 4 - Áreas ocupadas pelas principais classes de uso e ocupação do solo. Fonte: COS 2018 86
Tabela 5 - Listagem das freguesias abrangidas pelo PNPG. 89
Tabela 6 - População residente nas freguesias do PNPG. Fonte: INE. 90
Tabela 7 - Evolução do saldo e taxa de crescimento natural nas freguesias do PNPG, 2011-2021. Fonte: INE. 92
Tabela 8 - Área e tipo floresta no PNPG em 2018. Fonte: Dados da COS2018 (tratados pelo SIGPNPG). 100
Tabela 9 - Regime comunitário (baldios e outras formas equiparadas). Fonte: Plano Zonal PNPG. 101
Tabela 10 - Regime de propriedade no PNPG. Fonte: SIGPNPG. 102
Tabela 11 - Áreas de floresta por classe do regime de propriedade. Fonte: SIGPNPG. 104
Tabela 12 - Áreas de *Acacia dealbata* (2000 – 2004)* 105
Tabela 13 - Zonas de caça ativas com terrenos no PNPG (2020). Fonte: ICNF/DECF-N. 108
Tabela 14 - Oferta global de estabelecimentos de alojamento turístico 116
Tabela 15 - Evolução dos Empreendimentos Turísticos (exceto parques de campismo) no PNPG e nos municípios abrangidos, 2011 – 2022 (jun). Fonte: RNT. 118
Tabela 16 - Tipologia de Empreendimento Turístico em 2022. Fonte: RNT 121
Tabela 17 - Evolução dos Parques de Campismo e Caravanismo no PNPG e nos municípios abrangidos, 2011-2022. Fonte: RNT 123
Tabela 18 - Evolução do Alojamento Local no PNPG e nos municípios abrangidos, 2011 – 2022 (jun). Fonte: RNT. 125
Tabela 19 - Agentes de Animação Turística (AAT) no PNPG e nos municípios abrangidos, 2011 – 2022. Fonte: RNT. 129
Tabela 20 - Número de visitantes que contactam a Área Protegida (Portas e serviços do PNPG). Fonte: ICNF, I.P. 137
Tabela 21 - Dormidas (N.º) nos estabelecimentos de alojamento turístico. Fonte: INE. 139
Tabela 22 - Proporção de hospedes estrangeiros nos municípios do PNPG. Fonte:INE. 140
Tabela 23 - Dormidas nos municípios do PNPG, por tipologia de alojamento. Fonte: INE. 141

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Áreas ocupadas pelas principais classes de uso e ocupação do solo. Fonte: COS 2018 87
Gráfico 2 - População residente nas freguesias do PNPG, por sexo. Fonte: INE. 91
Gráfico 3 - Evolução do crescimento natural nas freguesias do PNPG (2011 - 2021). Fonte: INE. 91
Gráfico 4 - Distribuição da população residente nas freguesias do PNPG, por grupos etários, 2011 e 2021. Fonte:

INE. 92
Gráfico 5 - Representação do peso de cada freguesia no total da população residente no PNPG, em 2021. Fonte: INE. 93
Gráfico 6 - Nº. de ocorrências e área ardida entre 2000 e 2019. Fonte: Dados do SGIF (tratados pelo SIGPNPG). 106
Gráfico 7 - Evolução do n.º de estabelecimentos de alojamento (ET+AL) – 2011/22 (sem parques de campismo). Fonte: RNT 116
Gráfico 8 - Evolução da capacidade de alojamento (ET+AL) – 2011/22 (sem parques de campismo). Fonte: RNT 116
Gráfico 9 - Evolução do n.º de Empreendimentos Turísticos (exceto parques de campismo), 2011-2022. Fonte: RNT. 119
Gráfico 10 - Evolução da capacidade de alojamento em Empreendimentos Turísticos (exceto parques de campismo), 2011-2022 119
Gráfico 11 - Representatividade das freguesias do PNPG no total de Empreendimentos Turísticos existentes nos 5 municípios (exceto parques de campismo) 120
Gráfico 12 - Representatividade das freguesias do PNPG no total da capacidade de alojamento em Empreendimentos Turísticos instalada nos 5 municípios (exceto parques de campismo) 120
Gráfico 13 - Evolução do n.º de Parques de Campismo e Caravanismo, 2011-2022 123
Gráfico 14 - Representatividade das freguesias do PNPG no total de Parques de Campismo e Caravanismo existentes nos 5 municípios 124
Gráfico 15 - Evolução da capacidade de alojamento nos Parques de Campismo e Caravanismo, 2011-2022 124
Gráfico 16 - Representatividade das freguesias do PNPG na capacidade de alojamento em Parques de Campismo e Caravanismo instalada nos 5 municípios 124
Gráfico 17 - Evolução do n.º de estabelecimentos de Alojamento Local, 2011-2022 126
Gráfico 18 - Representatividade das freguesias do PNPG no n.º de estabelecimentos de Alojamento Local, face ao total existente nos 5 municípios 126
Gráfico 19 - Evolução da capacidade de alojamento (n.º de utentes) nos estabelecimentos de Alojamento Local, 2011-2022 127
Gráfico 20 - Representatividade das freguesias do PNPG no total da capacidade de alojamento em estabelecimentos de Alojamento Local instalada nos 5 municípios 127
Gráfico 21 - Evolução dos Agentes de Animação Turística (AAT) no PNPG e nos municípios abrangidos, 2011 – 2022. Fonte: RNT. 129
Gráfico 22 - AAT autorizados pelo ICNF, I.P. para a prática de atividades de Turismo de Natureza no PNPG. Fonte: ICNF, I.P. 130
Gráfico 23 - Atividades de Turismo de Natureza mais expressivas no PNPG 131
Gráfico 24 - Evolução do número de visitantes que contactam a Área Protegida (Portas e serviços do PNPG). Fonte: ICNF, I.P. 138
Gráfico 25 - Proveniência dos visitantes estrangeiros às Portas do PNPG e CEAV, 2014 a 2019. Fonte: Portas do PNPG e ICNF, I.P. 138
Gráfico 26 - Dormidas (N.º) nos estabelecimentos de alojamento turístico 140

Neste documento apresenta-se a caraterização do Parque Nacional da Peneda-Gerês, baseada nos recentes estudos desenvolvidos no âmbito da transposição do Plano de Ordenamento do Parque Nacional da Peneda-Gerês para o Programa Especial do Parque Nacional da Peneda-Gerês.

ENQUADRAMENTO

O Parque Nacional da Peneda-Gerês, adiante designado PNPG, Parque Nacional ou Parque, foi a primeira área protegida criada no nosso país e é a única que possui o estatuto de Parque Nacional, merecendo, desde a sua criação, idêntica classificação por parte da União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN), em reconhecimento do alto valor do seu património natural e cultural, conjugado com objetivos de conservação, estudo e gestão sustentável dos seus recursos. Criado pelo Decreto n.º 187/71, de 8 de maio, ainda no âmbito do regime geral de proteção da natureza estabelecido pela Lei n.º 9/70, de 19 de junho, os seus limites exteriores foram desde logo definidos no Anexo ao referido decreto.

Em 1993 é publicada a Lei-Quadro das Áreas Protegidas (Decreto-Lei n.º 19/93, de 23 de janeiro), que define como áreas protegidas de interesse nacional "o Parque Nacional, o Parque Natural, a Reserva Natural e o Monumento Natural". Define, ainda, no artigo 5.º, Parque Nacional como "uma área que contenha um ou vários ecossistemas inalterados ou pouco alterados pela intervenção humana, integrando amostras representativas de regiões naturais características, de paisagens naturais e humanizadas, de espécies vegetais e animais, de locais ou de habitats de espécies com interesse ecológico, científico e educacional."

Esta Lei-Quadro estabelece o regime jurídico da Rede Nacional das Áreas Protegidas, definindo um conjunto de objetivos para a classificação das áreas protegidas, bem como, em relação aos Parques Nacionais, Reservas Naturais e Parques Naturais, a obrigatoriedade de um Plano de Ordenamento (POAP) e respetivo Regulamento, além da necessidade de reclassificação das áreas existentes. Atualmente, esta temática encontra-se enquadrada pelo regime jurídico da conservação da natureza e da biodiversidade (Decreto-Lei n.º 142/2008, de 24 de julho, republicado pelo Decreto-Lei n.º 242/2015, de 15 de outubro) que cria a Rede Fundamental de Conservação da Natureza (RFCN).

No cumprimento ao estabelecido na Lei-Quadro, o Parque Nacional da Peneda-Gerês foi dotado de um Plano de Ordenamento e respetivo Regulamento pela aprovação da Resolução do Conselho de Ministros nº 134/95, de 11 de novembro. A experiência acumulada, a evolução do conhecimento científico sobre os valores naturais, paisagísticos e culturais entretanto adquiridos, bem como a evolução do quadro legal de ordenamento das áreas protegidas, do qual se destaca o Plano Sectorial da Rede Natura 2000, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 115-A/2008, de 21 de agosto conduziram à sua revisão, em 2011. O Plano de Ordenamento e respetivo Regulamento, atualmente em vigor, foram aprovados pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 11-A/2011, de 4 de fevereiro, retificada pela Declaração de Retificação n.º 10-A/2011, de 5 de abril.

A revisão do plano teve também o objetivo de, por um lado, salvaguardar os recursos e valores naturais existentes e, por outro, de assegurar a compatibilização entre a proteção destes recursos e as atividades humanas desenvolvidas nas áreas em causa.

Assim, em primeiro lugar, introduziram-se regimes de diferenciação positiva dos residentes no Parque, como, por exemplo, o facto de o pastoreio tradicional bem como as práticas tradicionais de apicultura, de roça de mato, de corte e apanha de lenha e de recolha de frutos e cogumelos silvestres, a circulação e a visitação serem sempre permitidos aos residentes, mesmo em áreas de proteção total.

Em segundo lugar, o Plano consagrou uma melhor definição das áreas sujeitas a regimes de proteção e das áreas que, por integrarem perímetros urbanos, a eles não estão sujeitas.

Em terceiro lugar, foi aumentado o regime de proteção das áreas de mais elevada proximidade a um estado de evolução natural e menos alteradas pela intervenção humana, nomeadamente através de um melhor e mais abrangente zonamento das áreas de proteção total.

Em quarto lugar, foram simplificados os procedimentos de autorização e de emissão de parecer pelo ICNF, I. P., em especial dos procedimentos de controlo prévio das operações urbanísticas.

Finalmente, em quinto lugar, são melhoradas as condições de visita da área do Parque Nacional da Peneda-Gerês e as condições de acolhimento dos visitantes, nomeadamente através da regulação das «Portas do Parque Nacional da Peneda Gerês», concebidas como estruturas-âncora na gestão e dinamização da visitação no território envolvente.

A Lei 31/2014, de 30 de maio, que aprovou as bases gerais da política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo, deixou de prever a figura dos planos especiais de ordenamento do território - em que se enquadra o referido plano -, mais determinando que fossem reconduzidos a programas, já desprovidos da eficácia plurisubjetiva que aqueles planos dispõem. No sentido de, neste novo enquadramento, salvaguardar os recursos e valores que enformam as regras dos planos especiais, mais determinou a obrigatoriedade de proceder à integração do conteúdo dos planos especiais de ordenamento do território nos planos territoriais intermunicipais ou municipais, diretamente vinculativos dos particulares.

A recondução do plano de ordenamento do PNPG vigente para programa especial encontra-se em curso, um processo que se traduz sobretudo na adaptação do referido plano ao atual quadro normativo. Nesta conformidade e por princípio, serão mantidas as soluções e expressão territorial dos regimes de salvaguarda contidos no plano aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 11-A/2011, de 4 de fevereiro, só assim não acontecendo quando tais soluções contrariem as disposições legais que regem os programas especiais das áreas protegidas, quando estejam em causa atualizações, retificações e densificações, resultantes de erros ou omissões detetados como resultado da experiência na aplicação do plano, ou quando esteja demonstrado não serem as adequadas para prossecução dos objetivos de proteção dos recursos e valores naturais do Parque.

O Programa Especial do PNPG, para além dos objetivos previstos no artigo 16.º do regime jurídico da conservação da natureza e da biodiversidade, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 142/2008, de 24 de julho, alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 242/2015, de 15 de outubro, tem como objetivos gerais para o território do Parque Nacional da Peneda-Gerês, entre outros:

a) Preservar e restaurar os processos ecológicos, a biodiversidade e a geodiversidade, nomeadamente através da promoção da expansão da vegetação nativa clímax, para assegurar o bom funcionamento dos serviços dos ecossistemas;
b) Conservar o património cultural material e imaterial com vista a conservar a identidade e a memória coletiva;
c) Assegurar a proteção dos valores paisagísticos e cénicos para fins culturais, científicos, educativos e recreativos;
d) Promover a compatibilização da proteção dos recursos e valores naturais com as atividades humanas, visando o desenvolvimento sustentável da região, contribuindo para a fixação das populações e para a melhoria da sua qualidade de vida;
e) Ordenar e promover um regime de visitação sustentável com vista à sensibilização e mobilização da sociedade para a conservação do património natural e cultural presente.

O Programa Especial do PNPG mantém, assim, os objetivos gerais consagrados no Plano de Ordenamento do PNPG.

1. LOCALIZAÇÃO E ABRANGÊNCIA GEOGRÁFICA

O Parque Nacional da Peneda-Gerês localiza-se no norte de Portugal, na zona de transição entre o Minho e Trás-os-Montes. Está inserido na NUT II – Norte, sendo confinado pelos meridianos 8º 25' e 7º 53' W e pelos paralelos 41º 41' e 42º 05' N.

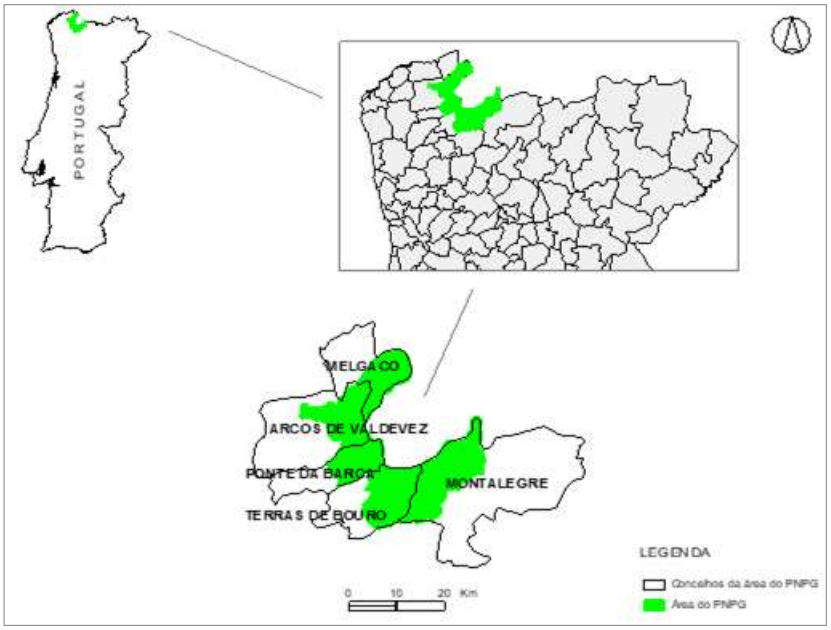


Figura 1 - Localização geográfica e enquadramento administrativo do PNPG

Ocupa uma área de 69 596 ha, distribuídos por 5 concelhos: Melgaço, Arcos de Valdevez e Ponte da Barca, do distrito de Viana do Castelo, incluídos na NUT III – Minho-Lima, Terras de Bouro, do distrito de Braga, na NUT III – Cávado, e Montalegre, do distrito de Vila Real, inserido na NUT III – Alto-Trás-os-Montes.

Abrange território de 18 freguesias pertencentes aos 5 concelhos mencionados:

- União das freguesias de Castro Laboreiro e Lamas de Mouro, no concelho de Melgaço

- Cabana Maior, Cabreiro, Gavieira, Gondoriz e Soajo, no concelho de Arcos de Valdevez

- Britelo, Lindoso e União das Freguesias de Entre Ambos-os-Rios, Ermida e Germil, no concelho de Ponte da Barca

- Campo do Gerês, Covide, Rio Caldo e Vilar da Veiga, no concelho de Terras de Bouro

- Cabril, Outeiro, Pitões das Júnias, Tourém e União das Freguesias de Sezelhe e Covelães, no concelho de Montalegre

Forma um contínuo com o Parque Natural espanhol da Baixa Límia-Serra do Xurés e os dois parques formam o Parque Transfronteiriço Gerês-Xurés. Em maio de 2009, o território definido pelo limite administrativo dos municípios pertencentes ao Parque Transfronteiriço foi declarado Reserva Mundial da Biosfera (Reserva da Biosfera Transfronteiriça Gerês-Xurés).

É uma região montanhosa acidentada, com cotas geralmente acima dos 700 m, chegando aos 1545 m na Nevosa (Serra do Gerês). Abrange as serras da Peneda, Soajo, Amarela e Gerês e os planaltos de Castro Laboreiro e Mourela.

Alberga uma densa rede hidrográfica, integrada nos troços médios superiores, das bacias hidrográficas dos rios Minho, Lima e Cávado. Em termos climáticos, esta área sofre a influência atlântica (predominante), mediterrânica e continental apresentando variações consoante nos deslocamos para o interior ou em altitude.

2. CLASSIFICAÇÃO

Esta área protegida possui o estatuto de Parque Nacional, merecendo, desde a sua criação, idêntica classificação por parte da União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN), em reconhecimento do alto valor do seu património natural e cultural, conjugado com objetivos de conservação, estudo e gestão sustentável dos seus recursos. Em Portugal, é o único Parque Nacional.

Foi criado pelo Decreto n.º 187/71, de 8 de maio, ainda no âmbito do regime geral de proteção da natureza estabelecido pela Lei n.º 9/70, de 19 de junho, os seus limites exteriores foram desde logo definidos no Anexo ao referido decreto.

Em 1993 é publicada a Lei-Quadro das Áreas Protegidas (Decreto-Lei n.º 19/93, de 23 de janeiro), que define como áreas protegidas de interesse nacional "o Parque Nacional, o Parque Natural, a Reserva Natural e o Monumento Natural". Define, ainda, no artigo 5.º, Parque Nacional como "uma área que contenha um ou vários ecossistemas inalterados ou pouco alterados pela intervenção humana, integrando amostras representativas de regiões naturais características, de paisagens naturais e humanizadas, de espécies vegetais e animais, de locais ou de habitats de espécies com interesse ecológico, científico e educacional."

2.1. OUTROS ESTATUTOS

Reserva Biogenética

As reservas biogenéticas são áreas protegidas reconhecidas pelo Conselho da Europa como representativa de habitats europeus. O PNPG inclui a Reserva Biogenética das Matas de Palheiros-Albergaria (PT93003 Palheiros/Albergaria), integrada na Rede de Reservas Biogenéticas do Conselho da Europa (abril de 1989).

A Mata de Albergaria é constituída, predominantemente, por um carvalhal secular com um sub-bosque de espécies raras, mas típicas da flora geresiana. A sua classificação como Reserva Biogenética deve-se à sua riqueza e variedade.

Zona Especial de Conservação Peneda-Gerês

A rede Natura 2000 é uma rede ecológica para o espaço da União Europeia e tem por objetivo "contribuir para assegurar a biodiversidade através da conservação dos tipos de habitat naturais e da fauna e da flora selvagens no território europeu".

Esta rede corresponde ao conjunto dos territórios abrangidos pelas Zonas de Proteção Especial (ZPE), classificadas ao abrigo da Diretiva Aves (2009/147/CE, do Conselho, de 30 de novembro) e que se destinam essencialmente a garantir a conservação das espécies de aves, e seus tipos de habitat, e pelas Zonas Especiais de Conservação (ZEC), designadas ao abrigo da Diretiva Habitats (92/43/CEE, do Conselho de 21 de maio), com o objetivo de assegurar a manutenção ou, se necessário, o restabelecimento dos tipos de habitat naturais e das espécies da flora e da fauna selvagens, que não aves, num estado de conservação favorável.

No sentido de assegurar o cumprimento dos objetivos visados pela criação da Rede Natura 2000 deverão ser estabelecidas medidas de conservação para a gestão ativa e para o ordenamento das áreas onde ocorrem os valores naturais. Estas medidas deverão permitir a manutenção ou o restabelecimento, num estado de conservação favorável, dos valores naturais, em conformidade com o art.º 7.º do diploma que transpõe as Diretivas Aves e Habitats para o direito interno e que estabelece o regime aplicável a estas áreas.

A ZEC Peneda-Gerês possui um Plano de Gestão que identifica o conjunto de objetivos de conservação para cada um dos valores naturais e, face às prioridades de conservação, as medidas necessárias para os atingir, as respetivas formas de operacionalização e o programa de acompanhamento da execução das mesmas medidas.

O Plano de Gestão adapta as orientações de gestão constantes das fichas de sítios do Plano Setorial da Rede Natura 2000 (PSRN2000) à área territorial da ZEC e identifica o respetivo modo de aplicação, sem prejuízo de reconhecer outras medidas necessárias ao cumprimento dos objetivos de conservação definidos para a ZEC.

Reserva da Biosfera

De entre as áreas classificadas ao abrigo de compromissos internacionais, merecem destaque as Reservas da Biosfera (RB) da UNESCO. São áreas com reconhecido valor natural, que funcionam como laboratórios vivos e são representativas de um equilíbrio exemplar entre a conservação da natureza e as atividades humanas. Têm como objetivos:

- Contribuir para a conservação de paisagens, ecossistemas, espécies e diversidade genética;

- Fomentar um desenvolvimento económico e humano, socio, cultural e ecologicamente sustentado;

- Promover a investigação e conhecimento científico, apoiando projetos de demonstração, de educação e formação ambiental cujos temas estejam relacionados com questões de conservação e desenvolvimento sustentável à escala local, nacional e global.

Os cinco municípios da área de abrangência do Parque Nacional da Penda-Gerês e os seis municípios da área da abrangência do parque natural espanhol Baixa Limia-Serra do Xurés (Calvos de Randín, Muíños, Lobios, Entrimo, Lobeira e Bande, na Galiza – Espanha) constituem a Reserva da Biosfera Transfronteiriça Gerês-Xurés (RBTGX). Foi declarada em 27 de maio de 2009 e abrange uma área total de 267 958 ha.

Sendo Reserva da Biosfera Transfronteiriça, há todo um esforço comum entre as entidades dos dois países na definição de metas e de prioridades de ação, o que contribui para consolidar a imagem do Parque Transfronteiriço Gerês-Xurés (PTGX), criado em 1997 e que é constituído pelos dois parques: o Parque Nacional da Peneda-Gerês e o Parque Natural Baixa Limia-Serra do Xurés.

Área Importante para Aves - IBA

As Áreas Importantes para as Aves ou IBA (do inglês *Important Bird Areas*) são locais prioritários para a conservação das aves em perigo, identificadas através da aplicação de critérios científicos. São também consideradas pontos privilegiados para a observação de aves.

O Parque Nacional inclui a IBA Serras da Peneda-Gerês (2002).

3. OBJETIVOS DE GESTÃO

São objetivos gerais para o território do PNPG:

- Preservar e restaurar os processos ecológicos, a biodiversidade e a geodiversidade, nomeadamente através da promoção da expansão da vegetação nativa clímax, para assegurar o bom funcionamento dos serviços dos ecossistemas;
- Conservar o património cultural material e imaterial com vista a conservar a identidade e a memória coletiva;

- Assegurar a proteção dos valores paisagísticos e cénicos para fins culturais, científicos, educativos e recreativos;
- Promover a compatibilização da proteção dos recursos e valores naturais com as atividades humanas, visando o desenvolvimento sustentável da região, contribuindo para a fixação das populações e para a melhoria da sua qualidade de vida;
- Ordenar e promover um regime de visitação sustentável com vista à sensibilização e mobilização da sociedade para a conservação do património natural e cultural presente.

São objetivos específicos:

- Promover a preservação e restauração dos habitats de vegetação arbórea, com relevo para os carvalhais, incluindo sobreirais, azerais e medronhais, os bosques mesotróficos e louriçais, os bosques de teixo, os bosques ripícolas, os pinhais de pinheiro-silvestre reliquiais, os matos montanos, incluindo zimbrais e matos colinos, os complexos higroturfosos, nomeadamente turfeiras e urzais higrófilos, e a vegetação rupícola, ripícola e aquática não arbórea, em consonância com o previsto na Diretiva n.º 92/43/CEE, do Conselho, de 21 de maio;
- Promover a preservação e restauração dos valores faunísticos, com relevo para a fauna de montanha e dos carvalhais, as espécies ameaçadas, as espécies de distribuição reduzida ou localizada no contexto nacional e a fauna associada aos ecossistemas ribeirinhos, em consonância com o previsto nas Diretivas n.º 79/409/CEE, do Conselho, de 2 de abril, e n.º 92/43/CEE, do Conselho, de 21 de maio;
- Promover a preservação dos valores geológicos e geomorfológicos, nomeadamente vales e circos glaciares, moreias e domos graníticos;
- Consolidar o Parque Transfronteiriço Gerês-Xurés;
- Proteger os serviços culturais dos ecossistemas, em particular o valor das paisagens naturais e culturais do Parque Nacional da Peneda-Gerês, respeitando a evolução dos modos de vida das populações e a integração dos aglomerados populacionais com a sua envolvente;
- Promover os serviços dos ecossistemas de regulação do ciclo da água, nomeadamente pela preservação e recuperação das zonas húmidas, das áreas de infiltração, dos lençóis subterrâneos, das nascentes, das cabeceiras, das linhas e dos planos de água, incluindo leitos, margens e zonas adjacentes inundáveis;
- Melhorar os serviços de suporte à biodiversidade e de regulação dos ecossistemas florestais, com particular ênfase na resistência e resiliência ao fogo, na retenção de carbono e na conservação e formação de solo, nomeadamente pela proteção e expansão da floresta nativa e pela conversão de povoamentos monoculturais de resinosas em bosques de folhosas autóctones;
- Melhorar os serviços de produção dos ecossistemas florestais, nomeadamente da madeira, da forragem, dos cogumelos, do mel e dos frutos silvestres;

- Promover a conservação e recuperação dos bens culturais existentes, nomeadamente do património paisagístico, arquitetónico, arqueológico, histórico, e etnológico, de modo a facilitar a sua fruição ou utilização pelos respetivos proprietários, pela comunidade e pelos visitantes;
- Promover o desenvolvimento de práticas e culturas agrícolas compatíveis com a proteção dos recursos naturais e a valorização da paisagem humanizada, nomeadamente pela produção biológica e o cultivo de espécies aromáticas e medicinais da flora selvagem e cultivares regionais;
- Promover a pecuária extensiva, na medida em que não constitua fator de degradação ecológica e da paisagem, fomentando a utilização de raças autóctones;
- Promover a recuperação e utilização, nomeadamente para primeira ou segunda habitação e para turismo, do património construído dos aglomerados urbanos, bem como disciplinar a proliferação de construções dispersas fora desses aglomerados;
- Promover a educação ambiental, a divulgação e o conhecimento dos valores naturais e culturais, contribuindo assim para o reconhecimento do valor do Parque Nacional da Peneda-Gerês e sensibilizando para a necessidade da sua proteção;
- Promover e ordenar as diferentes atividades de visitação e fruição do Parque Nacional da Peneda-Gerês, nomeadamente o pedestrianismo, a observação da natureza e outras atividades de baixo impacte ambiental;
- Promover a investigação científica e o conhecimento sobre os ecossistemas presentes e a evolução da paisagem cultural, bem como a monitorização dos seus habitats naturais e espécies;
- Promover uma estratégia de defesa contra incêndios florestais, designadamente desenvolvendo ações específicas de sensibilização e educação sobre o fogo e o seu impacto na biodiversidade.

O Despacho n.º 3578/2017, de 27 abril, que determina o procedimento de elaboração do Programa Especial do Parque Nacional da Peneda-Gerês identifica os seguintes objetivos específicos:

- Definir medidas para a conservação das espécies de fauna, em particular para as aves de rapina, para o lobo-ibérico e para as espécies associadas ao meio aquático e garantir a manutenção dos habitats de vegetação arbórea, dos bosques mesotróficos e ripícolas, dos matos montanos e dos complexos higroturfosos, que simultaneamente constituem biótopos fundamentais para assegurar a preservação da fauna de montanha;
- Promover o desenvolvimento de práticas e culturas agrícolas compatíveis com a proteção dos recursos naturais, incentivando a utilização de cultivares regionais, preferencialmente recorrendo ao modo de produção biológica;
- Promover a conservação e valorização do património geológico, nomeadamente dos vales e circos glaciares, moreias e domos graníticos;
- Incentivar o desenvolvimento de práticas de pecuária extensiva, na medida em que esta não constitua fator de degradação ecológica e da paisagem, fomentando a utilização de raças autóctones, nomeadamente das espécies bovinas das raças Cachena do Gerês e Barrosã e das

espécies caprinas das raças Bravia e Serrana, raças que têm persistido ao longo dos tempos, fazendo atualmente parte integrante do património genético das terras do Gerês;

- Contribuir para a salvaguarda do património histórico, cultural e tradicional da região, bem como contribuir para assegurar a proteção dos valores arquitetónicos e patrimoniais integrados na paisagem, nomeadamente as Necrópoles megalíticas de Castro Laboreiro, Lamas do Vez, Britelo e Mourela, o Castelo medieval de Castro Laboreiro, o Mosteiro de Santa Maria das Júnias e Fojos de Lobo, bem como na recuperação e valorização dos núcleos dos aglomerados populacionais, respeitando a evolução dos modos de vida das populações;
- Promover a educação ambiental, a divulgação e o conhecimento dos valores naturais, bem como ordenar as diferentes atividades de visitação e fruição do Parque Nacional, com especial enfoque para a dinamização das cinco Portas (Porta de Lamas de Mouro, Porta do Mezio, Porta do Lindoso, Porta de Campo do Gerês e Porta de Paradela) e do Centro de Educação Ambiental do Vidoeiro, concebidas como estruturas-âncora na gestão e dinamização da visitação do território do Parque Nacional;
- Assegurar a conservação dos habitats naturais e das espécies da fauna e da flora selvagens que estão na base da designação do Zona Especial de Conservação da Peneda/Gerês e da Zona de Proteção Especial Serra do Gerês, nos termos do Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de abril, na sua redação atual;
- Contribuir para os compromissos de gestão conjunta, com as autoridades do Reino de Espanha e demais parceiros, do Parque Transfronteiriço Gerês-Xurés e da Reserva da Biosfera Transfronteiriça Gerês-Xurés.

3.1. ÁREAS SUJEITAS A REGIMES DE PROTEÇÃO ESPECÍFICOS

A área de intervenção do POPNPG vigente integra áreas prioritárias para a conservação da natureza e da biodiversidade sujeitas a diferentes níveis de proteção e de uso. O nível de proteção de cada área é definido de acordo com a importância dos valores naturais presentes e a sua sensibilidade ecológica e tendo em vista a prossecução dos objetivos de gestão gerais e específicos do Parque.

3.1.1. ZONAMENTO DAS ÁREAS SUJEITAS A REGIMES DE PROTEÇÃO

Na área de intervenção do POPNPG vigente são consideradas as seguintes tipologias de áreas sujeitas a regimes de proteção específicos:

a) Área de ambiente natural, onde se incluem:
   - Área de proteção total;
   - Área de proteção parcial de tipo I;

- Área de proteção parcial de tipo II.

b) Área de ambiente rural.
   - Área de proteção complementar de tipo I;
   - Área de proteção complementar de tipo II.

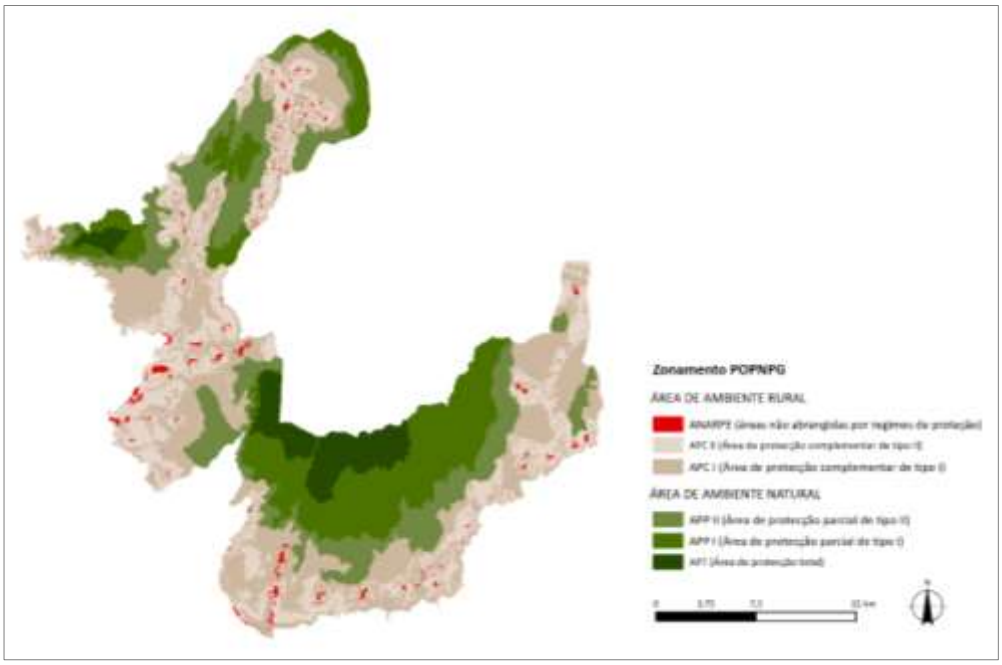


Figura 2 - Áreas sujeitas a regimes de proteção específicos

Área de proteção total

As áreas de proteção total têm o estatuto de reserva integral e compreendem os espaços onde predominam valores naturais físicos e biológicos cujo significado e importância do ponto de vista da conservação da natureza são excecionalmente relevantes. Correspondem a áreas de mais elevada proximidade a um estado de evolução natural e menos alteradas pela intervenção humana e englobam, essencialmente, bosques de carvalho e bosques de carvalho em associação com teixiais e azerais, teixiais, turfeiras e complexos geomorfológicos de relevante importância. Têm como objetivos prioritários manter os processos naturais num estado dinâmico e evolutivo, com interferência mínima das atividades humanas. Quando estas não integrem o domínio público ou privado do Estado, estão sujeitas a expropriação nos termos da lei, devendo ser, prioritariamente, objeto de contratualização com os proprietários ou, no caso de terrenos comunitários, com os compartes, tendo em conta os objetivos de conservação da natureza.

Áreas de proteção parcial de tipo I

As áreas de proteção parcial de tipo I compreendem os espaços que contêm valores naturais significativos e de grande sensibilidade ecológica, nomeadamente valores florísticos, faunísticos, geomorfológicos e paisagísticos. Correspondem a áreas de elevada proximidade a um estado de evolução natural e pouco alteradas pela intervenção humana e englobam bosques de carvalho, bosques ripícolas, teixiais, azerais, turfeiras, complexos geomorfológicos de relevante importância e matos. Têm como objetivos prioritários garantir a manutenção do valor ecológico e dos serviços dos ecossistemas, através da proteção e fixação do solo, da conservação da vegetação e da criação de refúgios e alimento da fauna selvagem e, consequentemente, a valorização dos ecossistemas naturais, bem como a divulgação destes valores. Para a salvaguarda destes objetivos, podem ser celebrados contratos com os órgãos gestores de terrenos baldios ou com proprietários de terrenos privados.

Áreas de proteção parcial de tipo II

As áreas de proteção parcial de tipo II estabelecem a ligação com as áreas de ambiente rural, constituindo um espaço indispensável à manutenção dos valores naturais e salvaguarda paisagística. Correspondem a áreas de média proximidade a um estado de evolução natural e enquadram bosques de carvalho, azerais e medronhais arbóreos, teixiais, turfeiras e matos. Têm como objetivos prioritários garantir a manutenção dos valores naturais e paisagísticos presentes e preservar áreas importantes para a viabilidade das áreas de proteção parcial de tipo I.

Áreas de proteção complementar de tipo I

As áreas de proteção complementar de tipo I compreendem a áreas de enquadramento e de uso mais intensivo do solo, onde se pretende compatibilizar a intervenção humana e o desenvolvimento social e económico local com os valores naturais, patrimoniais e paisagísticos e os objetivos de conservação da natureza. São áreas com a presença de habitats ou de espécies da fauna e flora imprescindíveis para a manutenção da biodiversidade à escala regional, cuja ocorrência e viabilidade se encontra associada às atividades tradicionais nestas áreas, bem como as áreas de suporte e regulação do ciclo da água e as áreas de risco de cheia e de risco de erosão e de incêndio elevados. Constituem objetivos prioritários das áreas de proteção complementar de tipo I:

- A promoção das atividades rurais tradicionais, nomeadamente de natureza agrícola, agro-silvo-pastoril, florestal ou de exploração de outros recursos, de que resultam habitats importantes no seu conjunto para a conservação da natureza, a biodiversidade e a paisagem e onde a estrutura e as componentes da paisagem devem ser mantidas ou valorizadas;
- A aplicação de medidas de gestão que promovam o uso sustentável dos recursos, garantindo o desenvolvimento socioeconómico local;
- O amortecimento dos impactes da atividade humana em relação às áreas sujeitas a níveis superiores de proteção.

Áreas de proteção complementar do tipo II

As áreas de proteção complementar do tipo II integram as áreas de transição entre as zonas de maior valor para a conservação da natureza e as zonas urbanas, constituindo uma forma de concentração da construção em meio rural, e desencorajando o fracionamento da propriedade. Compreendem ainda os restantes espaços com médio valor de conservação, correspondendo a áreas de enquadramento e de uso mais intensivo do solo, onde se pretende compatibilizar a intervenção humana e o desenvolvimento social e económico local com os valores naturais e paisagísticos e os objetivos de conservação da natureza.

Constituem objetivos prioritários das áreas de proteção complementar de tipo II:

- A manutenção e a compatibilização das atividades culturais e tradicionais, nomeadamente de natureza agrícola, agro-silvo-pastoril, florestal ou de exploração de outros recursos, que constituam o suporte ou que não sejam incompatíveis com os valores de natureza biológica, geológica e paisagística a preservar;
- A implementação de medidas de gestão que promovam o uso sustentável dos recursos, garantindo o desenvolvimento socioeconómico local e incentivando a fixação das populações e a melhoria dos seus níveis de qualidade de vida;
- O fomento de ações de educação e valorização ambiental, bem como ações de desenvolvimento local, nomeadamente turísticas, recreativas e desportivas, de entre outras, visando a sua proteção e valorização;
- Promover a recuperação e utilização do património construído existente;
- A contenção da edificação dispersa na paisagem.

3.1.2. ÁREAS DE INTERVENÇÃO ESPECÍFICA

As áreas de intervenção específica são áreas com características especiais que requerem a adoção de medidas ou ações específicas que, pela sua particularidade, não são totalmente asseguradas pelos regimes de proteção anteriores. Estas áreas compreendem espaços com valor natural, patrimonial, cultural e socioeconómico, real ou potencial, que carecem de valorização, salvaguarda, recuperação e reabilitação ou reconversão. A intervenção específica consiste na realização de ações conducentes à recuperação de habitats naturais, à manutenção dos usos com interesse para a conservação da natureza e da biodiversidade, à valorização de bens culturais imóveis, à promoção da investigação científica e da educação ambiental, bem como do desenvolvimento local.

O Plano de Ordenamento do PNPG vigente identifica as seguintes tipologias de áreas de intervenção específica:

- Áreas de intervenção específica para a conservação da natureza, da biodiversidade e da geodiversidade;

- Áreas de intervenção específica para a valorização cultural e patrimonial;
- Áreas de intervenção específica para a visitação e comunicação.

Nas áreas de intervenção específica aplicam-se os regimes de proteção específica da área em que se inserem, na medida em que tal não for afastado pelo regime da área de proteção específica em causa.

As áreas de intervenção específica são objeto de pormenorização quanto aos objetivos subjacentes à sua delimitação, às ações prioritárias a empreender e ao cronograma de intervenção, de entre outros aspetos, em programa operacional de gestão.

4. SERVIDÕES ADMINISTRATIVAS

As servidões administrativas e restrições de utilidade pública no território do PNPG são todas as constantes da legislação em vigor, nomeadamente as decorrentes dos seguintes regimes jurídicos:

Património Natural:

- Recursos Hídricos: Domínio público hídrico (DPH) e regime de proteção das albufeiras de águas públicas de serviço público e das lagoas ou lagos de águas públicas;
- Áreas de Reserva e Proteção dos Solos e Espécies Vegetais:
  - Reserva Ecológica Nacional (REN);
  - Reserva Agrícola Nacional (RAN);
  - Regimes de Proteção legal ao Sobreiro e Azinheira e ao Azevinho espontâneo;
  - Proteção de árvores de interesse público;
  - Regime florestal total;
  - Regime florestal parcial;
  - Área de Classes alta e muito alta de risco de incêndio;
  - Áreas Florestais percorridas por incêndios.
- Rede Natura 2000:
  - Zona Especial de Conservação da Peneda/Gerês (PTCON0001);
  - Zona de Proteção Especial da Serra do Gerês (PTZPE0002).

Património Cultural:

- Bens imóveis Classificados e em Vias de Classificação.

Proteção de Infraestruturas, Equipamentos e Atividades:

- Rede de captação, adução e distribuição de água;
- Rede de saneamento e drenagem de águas residuais;
- Rede Elétrica;
- Rede Rodoviária (Rede Nacional Complementar: EN 304, EN 307; EN 304-1);
- Rede de Telecomunicações;
- Rede de marcos geodésicos.

5. REGIME DE PROPRIEDADE

A área do PNPG integra sobretudo terrenos baldios ou aforados, cuja gestão é promovida por um órgão de gestão eleito pelos compartes, na maioria dos casos em regime de cogestão com o ICNF, I.P. A Mata Nacional enquadra-se no domínio privado do Estado, gerida autonomamente pelo ICNF, I.P., sendo a restante área maioritariamente do domínio privado ou domínio público hídrico, cuja gestão compete à Agência Portuguesa do Ambiente.

Tabela 1 - Áreas do PNPG de acordo com a tipologias de regime de propriedade

Mata Nacional	5199,6 ha
Baldio e/ou Foral	50 004,6 ha
Particular	12 148,8 ha
Outras áreas	2291,5 ha

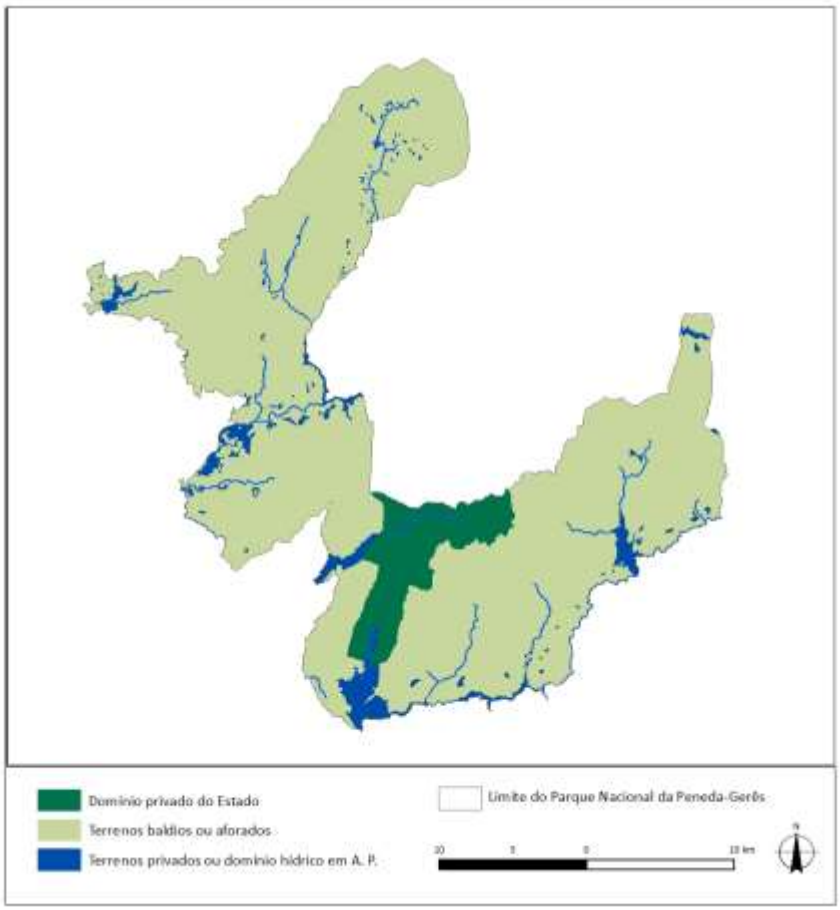


Figura 3 - Regime de propriedade no território do PNPG. Fonte: Geocatalogo.ICNF. SIG/ ADERE-PG

6. INSTRUMENTOS DE ORDENAMENTO E GESTÃO DO TERRITÓRIO

A política de ordenamento do território assenta no sistema de gestão territorial, que se organiza, num quadro de interação coordenada, nos âmbitos nacional, regional, intermunicipal e municipal e que se concretiza através dos instrumentos de gestão territorial correspondentes, salientando a diferenciação entre programas e planos territoriais.

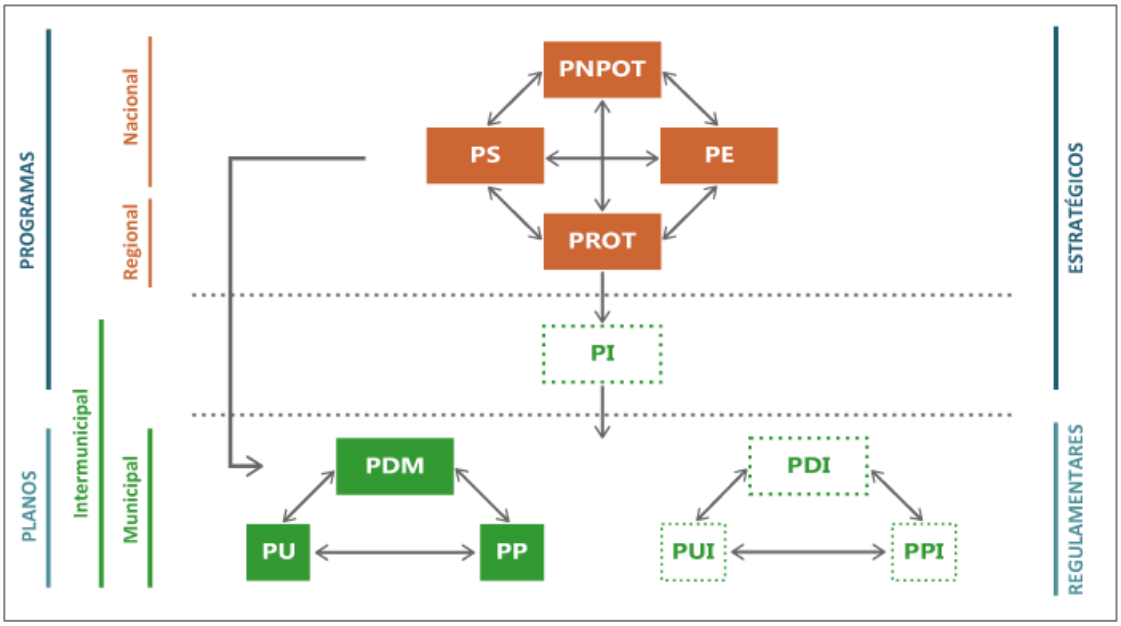


Figura 4 - Sistema de Gestão Territorial. Fonte: DGT.

Nos programas incluem-se, fundamentalmente, os instrumentos da competência do governo, destinados a estabelecer o quadro estratégico do desenvolvimento territorial, as diretrizes programáticas ou a incidência espacial de políticas nacionais, a que correspondem o Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território, os programas setoriais, os programas especiais, os programas regionais e ainda os programas intermunicipais;

Nos planos incluem-se os instrumentos da competência dos municípios, destinados a estabelecer opções e ações concretas de planeamento e organização do território e a definirem o uso do solo, a que correspondem os planos diretores, os planos de urbanização e os planos de pormenor, municipais e intermunicipais.

A hierarquia e a articulação dos diferentes instrumentos de gestão do território assumem um papel determinante para a concretização de políticas públicas, apoiando os processos de tomada de decisão na definição das prioridades estratégicas territoriais e setoriais. Esta coordenação é também garantia da salvaguarda dos valores ambientais a bem do interesse público e da solidariedade inter-geracional.

Neste sentido, importa referenciar os principais instrumentos do sistema de gestão territorial com os quais o presente Plano de Cogestão do Parque Nacional da Peneda-Gerês tem de se articular.

Em primeiro lugar, o Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (cuja revisão foi publicada pela Lei nº99/2019, de 5 de setembro), sendo o instrumento de topo do sistema de gestão territorial, que define os objetivos e as opções estratégicas de desenvolvimento territorial e estabelece o modelo de organização do território nacional, constituindo-se como o quadro de referência para os

demais programas e planos territoriais e como um instrumento orientador das estratégias com incidência territorial.

Ainda no âmbito nacional, é imperativo a articulação com os diferentes planos setoriais, destacando-se de forma particular o programa e a estratégia no domínio da conservação da natureza e da biodiversidade, materializados através do Plano Setorial da Rede Natura 2000. Devem ainda ser atendidos os programas e estratégias nos domínios do ambiente, agricultura, florestas, turismo, recursos hídricos, energia e recursos geológicos, prevenção e minimização de riscos, entre outros setores.

Seguem-se os instrumentos de natureza especial, no caso concreto interessa considerar o Plano de Ordenamento do Parque Nacional da Peneda-Gerês (aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 11-A/2011, de 4 de fevereiro), atualmente em fase de recondução para Programa Especial do Parque Nacional da Peneda-Gerês (Despacho n.º 3578/2017, de 27 abril, determina o procedimento de elaboração do Programa Especial do PNPG) e os Planos de Ordenamento das Albufeiras de Águas Públicas, designadamente o Plano de Ordenamento da Albufeira da Caniçada, (aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 92/2002, de 7 de maio) e o Plano de Ordenamento da Albufeira do Alto Lindoso e Touvedo (aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 27/2004, de 8 de março).

No âmbito regional, importa acompanhar o processo de elaboração do Programa Regional de Ordenamento do Território do Norte, naquilo que são as suas principais orientações estratégicas.

Finalmente, no âmbito municipal, posicionam-se os Planos Diretor Municipais dos cinco concelhos parcialmente integrados no PNPG: Plano Diretor Municipal de Melgaço (publicado pelo Aviso n.º 10929/2013, Diário da República 2ª Série, n.º 169, de 3 de setembro), Plano Diretor Municipal de Arcos de Valdevez (publicado pelo Aviso n.º 24235/2007, Diário da República 2ª Série, n.º 237/2007, de 10 de dezembro de 2007), Plano Diretor Municipal de Ponte da Barca (publicado pelo Aviso n.º 9043/2013, Diário da República 2ª Série, nº 134, de 15 de julho de 2013), Plano Diretor Municipal de Terras de Bouro (publicado pelo Aviso n.º 11909/2015, Diário da República 2ª Série, nº 203, de 16 de outubro) e Plano Diretor Municipal de Montalegre (publicado pelo Aviso n.º 11700/2013, Diário da República 2ª Série, nº 180, de 18 de setembro).

7. CARATERIZAÇÃO FÍSICA

7.1. CLIMA

A posição geográfica do território do Parque Nacional da Peneda-Gerês, situado entre o oceano Atlântico e a Meseta Ibérica, associada aos aspetos morfológicos do seu território com importantes barreiras orográficas, determinam os aspetos climáticos desta área protegida. Os efeitos das altitudes elevadas dos setores montanhosos, com formação de barreiras orográficas significativas, de que é exemplo a serra do Gerês, determina a influência de massas de ar de feição marítima húmidas a ocidente e de massas de ar de características continentais secas na sua área oriental.

Inserida na zona temperada do hemisfério norte, esta região encontra-se sob o domínio da circulação geral de oeste, atuando de forma distinta ao longo do ano, com maior incidência durante o inverno, de circulação zonal rápida, enquanto no verão, com a deslocação da CIT para o hemisfério norte, só ocasionalmente faz sentir a sua influência, predominando a influência anticiclónica, nomeadamente do Anticiclone dos Açores. Nas estações intermédias, outono e primavera, a uma circulação lenta dominante corresponde uma grande variabilidade de estados de tempo.

A diferenciação do clima na área do Parque e a sua grande variabilidade é função da frequência com que se sucedem as convergências de massas de ar de características diferentes, gerando dois setores climáticos distintos, a W e a E dos maciços montanhosos mais importantes.

A morfologia das serras do Minho, nomeadamente as serras Peneda, Soajo, Amarela e Gerês, e o efeito de barreira que constituem às massas de ar quente e húmido, vindas do mar, determinam a forte pluviosidade da região. A precipitação média anual atinge valores que variam entre os 1600 mm, no planalto da Mourela, e acima dos 2800 mm em áreas das serras Amarela e Gerês, atingindo mesmo os 3000 mm, colocando esta região como a mais pluviosa de Portugal e uma das mais pluviosas da Europa. Por outro lado, as orientações dos vales fluviais dos principais cursos de água influenciam a maior ou menor penetração dessas massas de ar para o interior. Cumulativamente, a orientação das vertentes e a sua altitude são responsáveis por alguns microclimas existentes.

7.2. GEOLOGIA

O Parque Nacional da Peneda-Gerês situa-se numa das zonas mais internas da Cadeia Varisca, a Zona Centro Ibérica. Esta zona é caracterizada pela predominância de terrenos muito deformados e com elevado grau de metamorfismo, pela presença de enormes massas de rochas plutónicas, sobretudo graníticas e, também, pela existência de terrenos precâmbricos que já haviam sido atuados por movimentos anteriores aos hercínicos. Nesta zona, foi ainda possível definir uma outra divisão – a subzona da Galiza Média-Trás-os-Montes oriental (JULIVERT et al, 1983). Durante a primeira fase de deformação hercínica, os terrenos existentes foram fortemente dobrados tendo, em alguns locais, sido desenraizados e carreados por longas distâncias.

7.2.1. LITOLOGIA

O Parque Nacional é dominado por rochas graníticas hercínicas, apresentando texturas e composições mineralógicas muito diversas, refletindo as suas diferentes idades e origens, identificando-se três grupos principais: granitos sintectónicos, de granularidade variável, que ocupam grande parte das serras Amarela, Soajo e Peneda e extensas regiões a norte e nordeste de Castro Laboreiro e entre Tourém e Covelães; granitos tardi-tectónicos, que apresentam alguma deformação, sobretudo orientação dos filossilicatos, demonstrando assim terem-se instalado já no final da última fase de deformação hercínica; granitos pós-tectónicos, posteriores à 3ª fase de deformação hercínica, geralmente de grão grosseiro, biotíticos (MOREIRA e RIBEIRO, 1991).

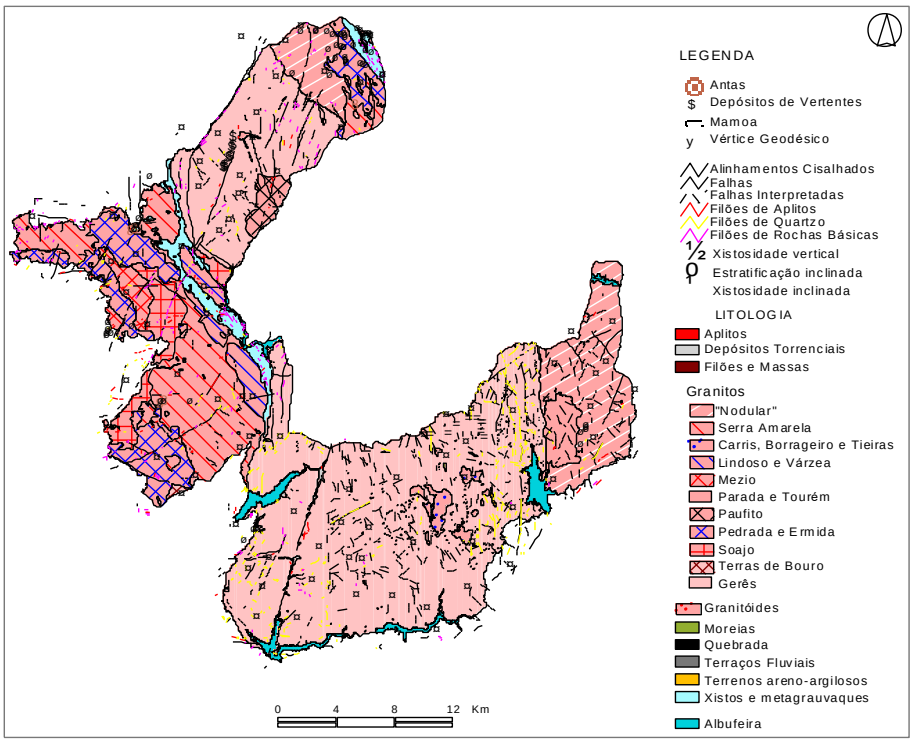


Figura 5 - Carta geológica da área do PNPG. Fonte: SIG/PNPG

7.2.2. GEOMORFOLOGIA

A tectónica de fratura, litologia e erosão diferencial são os principais motivos geológicos do modelado, juntando-se a estes os resultantes de permanência glaciar, confirmada por vários autores, tendo sido encontradas provas e diversos pontos (Coudé-Gaussen, 1978,79). O perfil em U do alto do Vale do Rio Vez, os frequentes penedos aborregados, superfícies polidas e estriadas, as moreias laterais e de fundo e blocos erráticos, são caracteres da natureza glaciária.

A tectónica de fraturação desempenhou um papel importante na instalação da rede hidrográfica, correspondendo os *talweges* a linhas de fratura na maioria dos casos. Esta fraturação do terreno favorece em boa parte a incisão dos canais de água. A rede de fraturação tectónica Neogeno-Quaternária foi aproveitada pela rede fluvial – basta ver a facilidade com que os vales mudam de direção – chegando a formar ângulos de 90º. Assim, as alterações climáticas foram fundamentais para o desenvolvimento geomorfológico. A rede fluvial foi comandando o modelado dos interflúvios, criando-se uma perfeita hierarquização fluvial, afetando as linhas de água, dando-lhe maior ou menor poder de incisão.

Assim pois, a interação caudal, litologia e tectónica foi fundamental, motivando a degradação das superfícies de aplanamento terciárias e originando um terreno fragmentado, descontínuo, de

interflúvios e talweges. Muitas das antigas superfícies de aplanamento terciárias vão ser remodeladas e rejuvenescidas. Aproveitando as fraturas (diáclases), as águas foram transportando o saibro, originando "tors" e "castelos", ressaltando sobre as chairas.

7.3. HIDROGRAFIA

O Parque Nacional da Peneda-Gerês apresenta por uma densa rede hidrográfica, composta por um conjunto de afluentes e subafluentes que, de um modo geral, se encontram bem encaixados, definindo vales agudos de encostas escarpadas.

A tectónica de fraturação desempenhou um papel importante na instalação da rede hidrográfica, correspondendo os *talweges* a linhas de fratura na maioria dos casos. Esta fraturação do terreno favorece em boa parte a incisão dos canais de água. A rede de fraturação tectónica Neoxeno-Quaternária foi aproveitada pela rede fluvial, comprovada pela facilidade com que os vales mudam de direção, chegando a formar ângulos de 90º. A rede fluvial foi comandando o modelado dos interflúvios, criando-se uma perfeita hierarquização fluvial. As mudanças climáticas afetaram as linhas de água, dando-lhe maior ou menor poder de incisão.

Assim, a interação caudal, litologia e tectónica foi fundamental, motivando a degradação das superfícies de aplanamento terciárias e originando um terreno fragmentado, descontínuo, de interflúvios e *talweges*.

Toda a área geográfica do PNPG está contida em três bacias hidrográficas: Rio Cávado, Rio Lima e Rio Minho, esta última com muito pequena representatividade, limitada a algumas cabeceiras de linhas de água, do concelho de Melgaço

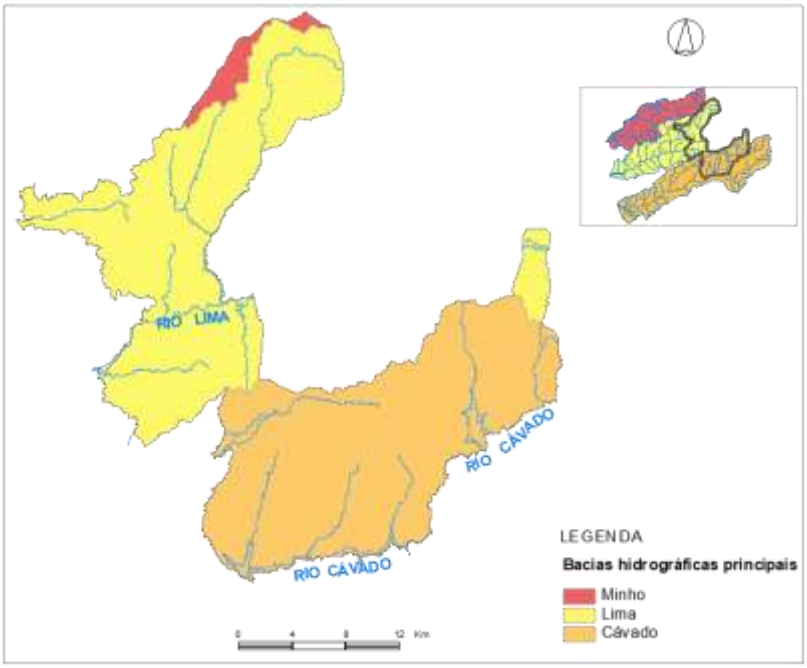


Figura 6 - Bacias hidrográficas principais da área do PNPG. Fonte: SIG/PNPG

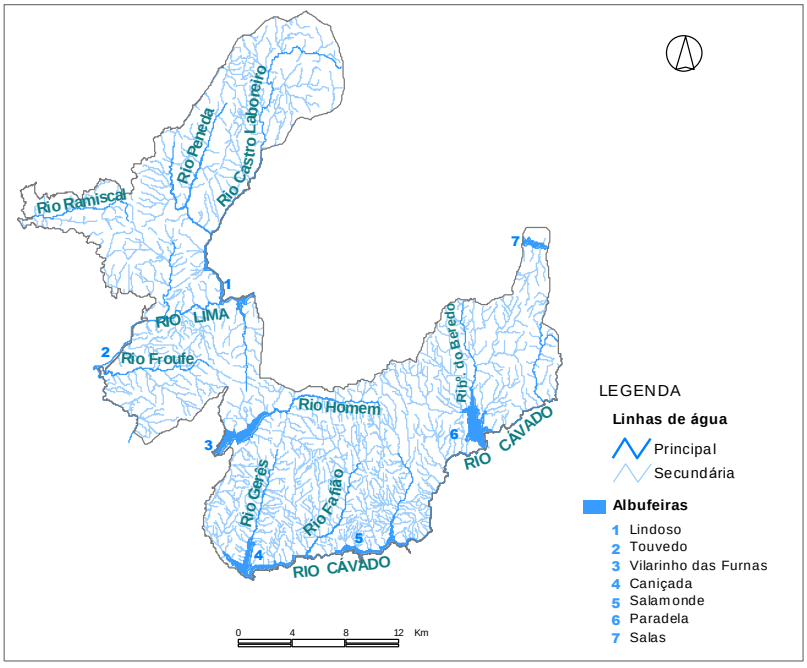


Figura 7 - Rede Hidrográfica da área do PNPG. Fonte: SIG/PNPG

Em geral, a rede hidrográfica é de textura grosseira, como consequência do substrato litológico onde assenta, basicamente granítico, correndo os seus rios por vales de caráter tectónico profundamente encaixados em forma de "V".

É dominada por duas linhas de água principais de direção ENE-WSW: o rio Lima, que atravessa o território do Parque separando a serra do Soajo, na margem direita (a norte) da serra Amarela, na margem esquerda (a sul) e o rio Cávado, que delimita o Parque Nacional, a sul, alimentados por afluentes de relevante importância.

Na serra da Peneda, os cumes formam um dispositivo radial de vales de grande inclinação e muito estreitos, destacando-se o vale da Gavieira, da Peneda e o troço principal do vale do rio Castro Laboreiro. A serra do Gerês é entalhada por uma rede de drenagem organizada em torno de cinco cursos de água principais, afluentes do rio Cávado. Escoando de nordeste para sudoeste, no setor noroeste da serra, o troço montante do rio Homem; com drenagem de direção NNE-SSW, o rio Gerês, Fafião e Cabril e ainda o rio Beredo, com drenagem de direção N-SSW, cujos vales apresentam um nítido controlo estrutural, bem patente pelo traçado rígido da rede hidrográfica e pelo paralelismo dos alinhamentos dos seus vales.

Durante o inverno, estação de grande pluviosidade, a capacidade de carga dos rios aumenta, adquirindo um grande poder de erosão, quer por ação hidráulica, quer por processos de abrasão e de meteorização química. Durante a estação seca, nos meses de verão, os seus caudais diminuem drasticamente, diminuindo a sua capacidade de carga e erosiva.

O regime hidrográfico destes rios é de caráter pluvial que, aliado à forte inclinação dos seus perfis longitudinais, principalmente dos pequenos riachos que caem do alto da serra, faz com que a escorrência das águas seja feita de forma muito rápida, conferindo-lhes cursos de água com caráter plenamente torrencial. No inverno, os caudais correm cheios arrastando consigo grande quantidade de elementos em suspensão trazidos pelas águas no seu processo de enxurrada.

7.4. RELEVO

7.4.1. HIPSOMETRIA

O relevo do Parque Nacional é fortemente acidentado, de pronunciados declives com inúmeros afloramentos rochosos, caracterizado por uma grande variação de altitudes, tendo como cota mínima 60 metros na albufeira de Touvedo (concelho de Ponte da Barca) e, como cota máxima, 1545 metros na Nevosa, serra do Gerês (concelho de Terras de Bouro), na fronteira norte com a Galiza.

Constata-se esta grande diferença de altitudes, sendo o relevo do Parque dominado pelos planaltos de Castro Laboreiro (1340 m) e da Mourela (1380 m), situados nos extremos NW e NE, respetivamente e, entre estes, por uma região montanhosa, onde se destacam as serras da Peneda (1340 m), Soajo (1430 m), Amarela (1350 m) e do Gerês (1545 m), verificando-se os valores de cota mais baixas na albufeira da

Caniçada (150 m) e em Entre Ambos-os-Rios (50 m), nas bacias dos rios Cávado e Lima, respetivamente (PLANO ZONAL, 2002).

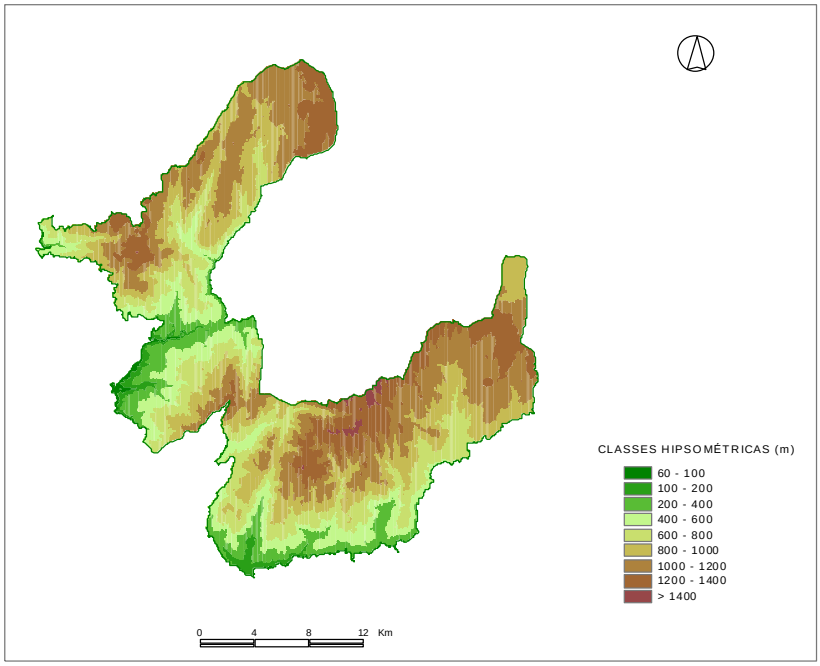


Figura 8 - Carta hipsométrica da área do PNPG. Fonte: SIG/PNPG

Reconhecem-se nitidamente zonas de baixa altitude, entre os 60 e os 400 metros, correspondentes ao vale do rio Lima, que separa a norte os sistemas montanhosos do Soajo, Peneda e Planalto de Castro Laboreiro e a SE a serra Amarela, e troços jusantes dos afluentes Adrão, Castro Laboreiro, Tamente, Froufe e Cabril, e ainda, no extremo oeste, no vale do rio Ramiscal, na bacia do rio Vez. A sul, a linha do Cávado, na albufeira da Caniçada e na foz dos seus afluentes mais importantes, Gerês, Fafião e Cabril, corresponde às cotas mais baixas, subindo depois gradualmente, culminando nos pontos mais elevados da serra do Gerês, a norte, e no Planalto da Mourela, a este.

A serra da Peneda, tal como a Serra do Gerês, é constituída por altas superfícies de aplanamento, já muito degradadas e cortadas por profundos vales. Os seus pontos mais elevados são Pedrada (1416 m), Peneda (1373 m) e Bragadela (1359 m). Na serra do Gerês a paisagem apresenta um claro contraste entre as áreas de vale e de interflúvio. A presença de retalhos planos é mesmo rara, destacando-se as áreas de fortes declives nas vertentes dos vales. O ponto mais elevado da serra do Gerês é, como já vimos, a Nevosa (1545 m).

Os valores de declive no território do Parque refletem bem a morfologia do território.

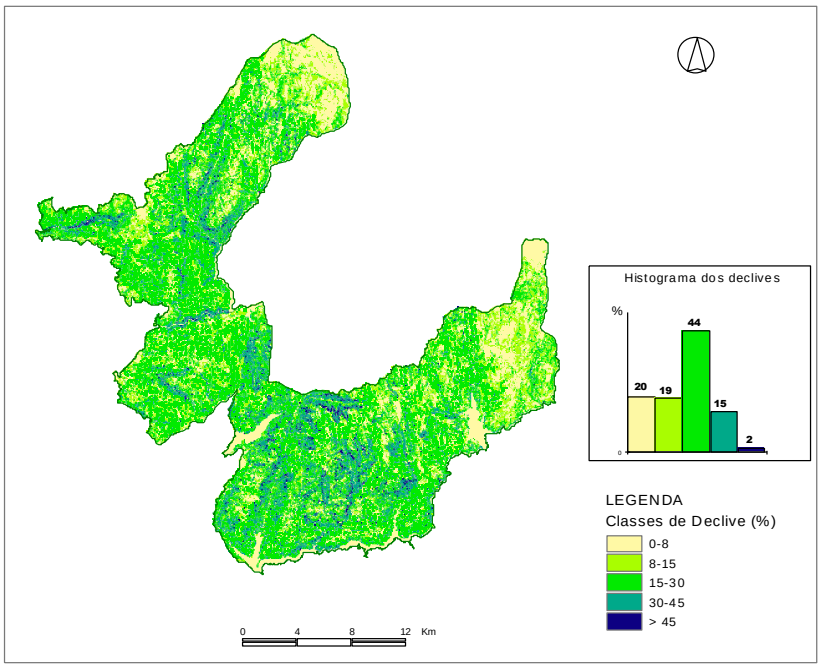


Figura 9 - Carta de declives da área do PNPG. Fonte: SIG/PNPG

7.5. SOLOS

Dispor do inventário e distribuição geográfica dos recursos do solo e conhecer as características de perfis dos solos que suportam os usos e atividades desenvolvidos pela sociedade rural, é essencial para poder estabelecer as bases da tarefa de proteção e conservação do meio. (LABRANDERO SANZ 1998)

A distribuição espacial dos solos na área do Parque Nacional é baseada na Carta de Solos da Direção Regional de Agricultura de Entre-Douro e Minho (DRAEDM) e na Carta de Solos da Direção Regional de Agricultura de Trás-os-Montes (DRATM), digitalizadas e tratadas para a elaboração da Carta de Solos do PNPG.

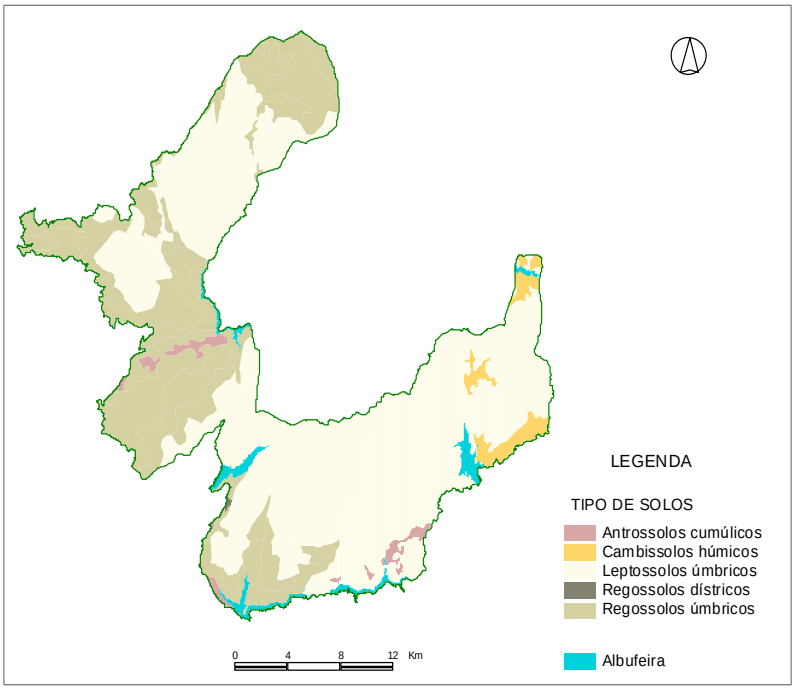


Figura 10 - Carta de Solos da área do PNPG. Fonte: SIG/PNPG

Cada unidade cartográfica ocupa uma parte do território, caracterizado por determinadas condições ambientais no que se refere à litologia, clima, vegetação, fisiografia e solos.

8. CARATERIZAÇÃO BIOLÓGICA

8.1. FLORA E VEGETAÇÃO

8.1.1. FLORA

O Parque Nacional da Peneda-Gerês apresenta uma flora briológica e vascular muito rica. Além do elevado número de espécies e dos endemismos lusitanos e ibéricos, existem ainda vária *taxa* de plantas vasculares cuja distribuição em Portugal está quase limitada ao PNPG. Deste modo, o PNPG apresenta uma relevância ímpar para a conservação da flora ao nível nacional e também uma grande importância a nível mundial.

BRIÓFITAS

As briófitas são um grupo de plantas primitivas que não possuem verdadeiros caules, folhas ou raízes (mas com um rizoide composto por pêlos absorventes). Também não possuem tecidos condutores (xilema e floema) para fazer o transporte das seivas pelo que geralmente atingem poucos centímetros de altura. Crescem em locais húmidos porque não possuem cutícula exterior impermeável (suscetíveis a perdas de água) e são dependentes da água para a reprodução.

A brioflora do PNPG inclui cerca de metade das espécies de hepáticas referidas para Portugal (174) e também cerca de metade dos musgos (451). Mesmo a nível europeu, o Parque está bem representado, pois possui quase 20% das espécies presentes na Europa (1687) (HESPANHOL *et al.*, 2003).

Em relação ao estatuto de conservação das briófitas presentes, 70% das espécies não se encontram ameaçadas, 24% encontram-se ameaçadas, sendo 15% consideradas raras, 5% vulneráveis, 2% em perigo de extinção e outros 2% extintos, como é o caso de *Amblystegium tenax, Cyclodictyon laetevirens, Cynodontium gracilescens, Cynodontium polycarpon, Hylocomium brevirostre, Pogonatum urnigerum e Telaranea nematodes*.

Entre as espécies de briófitas dadas para o PNPG, o *taxon Racomitrium lusitanicum* é um endemismo da Península Ibérica e 14 *taxa* são endemismos europeus – *Bryum platyloma, Campylopus brevipilus, Frullania fragilifolia, Gymnomitrion crenulatum*, *Isothecium holtii*, *Lejeunea lamacerina*, *Marsupella profunda, Plagiochila punctata, Plagiochila killarniensis*, *Ptychomitrium polyphyllum, Radula holtii, Rhynchostegium alopecuroides*, *Saccogyna viticulosa* e *Ulota bruchii*.

As briófitas estão distribuídas por seis tipos principais de habitats (bosques, vegetação ribeirinha, afloramentos rochosos, matos, lameiros e turfeiras) e três tipos principais de substrato – solo, rochas e troncos. A maioria das espécies que se encontram ameaçadas ocorre em rochas e solos húmidos e troncos em decomposição.

TRAQUEÓFITAS

Ao nível das plantas vasculares, o PNPG apresenta uma flora muito diversa, com cerca de 800 *taxa* autóctones e alóctones naturalizados ou sub-espontâneos. Esta diversidade é explicada pelos três tipos de influências climáticas a que o território do Parque está sujeito: atlântica (mais húmida e sem grandes amplitudes térmicas), mediterrânica (mais quente e seca) e continental (com grandes amplitudes térmicas – verões quentes e invernos rigorosos). Esta diversidade climática, associada às caraterísticas geomorfológicas, favorecem a diversidade de habitats. Por exemplo, a zona ocidental do Parque, principalmente as vertentes viradas a oeste, sofrem uma grande influência Atlântica como se pode constatar pela grande abundância da *Daboecia cantabrica* ou do carvalho-alvarinho (*Quercus robur*) que é a árvore dominante. Nas zonas de baixa altitude e viradas a sul há uma importante influência mediterrânica, visível pela presença do sobreiro. Por último, nas zonas mais orientais do Parque ou de maior altitude, nota-se a influência continental pelo predomínio do carvalho-negral.

As glaciações e os períodos interglaciares também tiveram uma grande influência na flora do Parque Nacional pois promoveram a formação de umas espécies enquanto destruíram outras. Por exemplo, ao nível das relíquias, pode-se afirmar que as áreas mais elevadas terão constituído refúgios para a flora boreal (*Allium victorialis*) durante os períodos interglaciares, enquanto os vales encaixados das menores altitudes terão sido refúgios durante as glaciações para a flora (sub)tropical (*Prunus lusitanica* e *Woodwardia radicans*) (HONRADO *et al.*, 2001a).

A ocupação humana marca também de forma indelével a paisagem do território. Se por um lado contribuiu para a degradação de muitos habitats e desaparecimento de espécies, também teve efeitos positivos na biodiversidade através da manutenção de habitats em diferentes níveis de sucessão ecológica, criando um complexo de habitats muito diversificado.

Assim, não é de admirar os 807 *taxa* de plantas vasculares que se distribuem por 100 famílias botânicas. As mais representadas são as Compostas (101), as Gramíneas (94) e as Leguminosas (51). Destacam-se ainda as 26 Pteridófitas e quatro Gimnospérmicas presentes no território.

A flora vascular do Parque, além de ser muito diversa, apresenta também um número apreciável de espécies com interesse para efeitos de conservação. O PNPG possui, aparentemente, dois endemismos lusitanos:

- *Armeria sampaioi*, encontra-se de forma pontual em zonas sub-rupícolas e clareiras de matos acima dos 1300m na Serra do Gerês e Estrela;

- *Ceratocapnos claviculata* subsp. *picta*, frequente em matagais de orlas de bosques, na parte oriental do PNPG. Esta planta também está descrita para a Beira Alta.

Estes *taxa* podem não se restringir a Portugal porque algumas populações encontram-se a curta distância da fronteira (HONRADO, 2003).

Ao nível de endemismos ibéricos, foram contabilizados 117 *taxa*. Destes, cerca de metade está limitado ao Noroeste da Península Ibérica, podendo-se destacar, pela reduzida área de ocupação (HONRADO, 2003):

- *Armeria humilis* subsp. *humilis*, frequente nas comunidades pioneiras de leptossolos acima dos 800m das Serras Amarela e do Gerês, sempre sobre granitos pós-tectónicos;

- *Iris boissieri*, pontual em comunidades de megafórbias em áreas frequentemente queimadas e em zonas pedregosas, acima dos 750m nas Serras do Gerês e da Peneda;

- *Thymelaea broterana*, frequente em urzais acima dos 800m das Serras do Gerês e Amarela.

Figura 11 - Lírio-do-gerês *Iris boissieri* (à esquerda); Timeleia *Thymelaea broterana* (à direita). Fotos: Duarte Silva

Também existem outros endemismos do Noroeste da Península Ibérica com uma distribuição maior, mas que são raros em Portugal: *Armeria humilis* subsp. *odorata*, *Centaurea herminii* subsp. *herminii*, *Murbeckiella boryi*, *Senecio doria* subsp. *legionensis*, *Valeriana repens* e *Veronica micrantha*.

Ainda existem 14 *taxa* endémicos da Península Ibérica e do Sul de França, 7 da Península Ibérica e do Norte de África e 6 da Península Ibérica e da Macaronésia (tabela 4 em anexo).

Além dos endemismos, existem cerca de 50 *taxa* com uma distribuição mais ou menos alargada na Europa, mas restrita e/ou pontual em Portugal, como por exemplo *Dryopteris guanchica*, *Lycopodiella inundata* e *Menyanthes trifoliata*. Cerca de metade destes *taxa* encontram-se mais ou menos limitados, em Portugal, ao PNPG, de que são exemplo:

- *Amelanchier ovalis*
- *Anemone nemorosa*
- *Aster sedifolius*
- *Epilobium angustifolium*
- *Narthecium ossifragum*
- *Oxalis acetosella*
- *Pinguicula vulgaris*
- *Pinus sylvestris*
- *Salix repens*
- *Taxus baccata*

- *Trichophorum cespitosum* subsp. *germanicum*

- *Woodwardia radicans*

Figura 12 - *Narthecium ossifragum* (à esquerda); Feto-do-gerês *Woodwardia radicans* (à direita). Fotos: Duarte Silva

Apesar do grande número de *taxa* de plantas vasculares com interesse para a conservação, somente 16 se encontram listados nos Anexos da Diretiva *Habitats*:

- Anexo B-II: *Centaurea herminii* subsp. *herminii* (como *Centaurea micrantha* subsp. *herminii*), *Festuca elegans*, *Festuca summilusitana*, *Narcissus pseudonarcissus* subsp. *nobilis*, *Veronica micrantha* e *Woodwardia radicans*;
- Anexo B-IV: *Iris boissieri*, *Narcissus triandrus* e *Thymelaea broteriana*;
- Anexo B-V: *Armeria sampaioi*, *Arnica montana*, *Lycopodiella inundata* (incluída em "*Lycopodium* spp."), *Narcissus bulbocodium*, *Ruscus aculeatus*, *Scrophularia herminii* e *Scrophularia sublyrata*.

Além destes *taxa*, o azevinho é protegido pelo Decreto-Lei n.º 423/1989, de 4 de dezembro e o sobreiro *Quercus suber*, quando em montados ou pequenos núcleos, é protegido pelo Decreto-Lei n.º 169/2001, de 25 de maio, alterado pelo Decreto-Lei n.º 155/2004, de 30 de junho.

No que respeita à flora exótica, foram observadas na área do Parque Nacional cerca de 60 neófitas (*taxa* introduzidos depois de 1500 D.C.) e uma dezena de arqueófitas (*taxa* introduzidos antes de 1500 D.C.). Ao nível das arqueófitas, contam-se principalmente plantas cultivadas que se tornam localmente sub-espontâneas (*Olea europaea* var. *europaea*, *Secale cereale* e *Triticum aestivum*) ou mesmo naturalizadas (*Castanea sativa*, *Ficus carica* e *Vitis vinifera* subsp. *vinifera*) (HONRADO, 2003).

O elevado número de neófitas é uma consequência da maior mobilidade do homem e do seu impacto sobre os ecossistemas nos últimos séculos. Provavelmente, este será um aspeto cada vez mais importante na diminuição da biodiversidade.

Esta diminuição é ainda mais grave, quando as néofitas se comportam como invasoras em ambientes mais ou menos perturbados pelo Homem. O caso mais preocupante no PNPG é a mimosa *Acacia dealbata*. Esta planta, originária do Sudeste da Austrália e Tasmânia, ocorre um pouco por todo o Parque, sendo muito abundante (ocupação próxima dos 100%) em grandes áreas na encosta meridional da Serra do Gerês. A mimosa é de difícil eliminação por causa da grande capacidade de regeneração vegetativa e pela grande quantidade de sementes que produz e que se podem manter viáveis por períodos prolongados. Outra invasora particularmente importante é a háquea-picante *Hakea sericea*. Esta planta, originária do Leste da Austrália, é invasora em áreas colonizadas por urzais-tojais ou giestais e frequentemente sujeitas a incêndios, das zonas de menor altitude do Parque.

Das outras invasoras, ainda se deve destacar:

- A sanguinária-do-Japão *Reynoutria japonica*, infestante habitual em biótopos ripícolas, viários, marginais e, de um modo geral, em todos os ambientes frescos mais ou menos ruderalizados;

- A tradescância ou erva-da-fortuna *Tradescantia fluminensis*, abundantemente naturalizada em comunidades escionitrófilas de megafórbias e em bosques sombrios nas áreas menos elevadas do Parque;

- A vitadínia-das-floristas *Erigeron karvinskianus*, frequente em comunidades rupícolas semi-nitrófilas de ambientes urbanos e viários, nas áreas menos elevadas do Parque.

Finalmente, deve-se referir que, à semelhança do que se sucede com outras zonas, uma boa parte da flora do PNPG apresenta propriedades aromáticas e/ou medicinais. Estas plantas são utilizadas pelo Homem desde há muitos milénios, havendo documentos escritos há cerca de 2000 anos, pelas civilizações da China, Índia e Próximo Oriente, referindo o uso de plantas como meio de cura ou alívio de doenças (HAMBURGER & HOSTETTMANN, 1991). Todavia, nos países mais desenvolvidos, a criação de uma importante indústria farmacêutica, aliada ao progresso da medicina convencional, levou a que a sabedoria popular, que passava de geração em geração, se fosse perdendo (CHEVALLIER, 1996). Por outro lado, mais recentemente, verifica-se um crescente interesse das pessoas por produtos naturais (HAMBURGER & HOSTETTMANN, 1991). Atualmente, as plantas aromáticas e medicinais têm uma grande importância económica no PNPG, principalmente no concelho de Terras de Bouro.

Entre as várias dezenas de espécies vendidas pode-se destacar:

- O hipericão-do-gerês *Hypericum androsaemum*

- A milfurada ou hipericão kneip *Hypericum perforatum*

- A betónica-bastarda *Melittis melissophyllum*

- A uva-do-monte *Vaccinium myrtillus*

- A carqueja *Pterospartum tridentatum*

- A erva-de-São-Roberto *Geranium robertium*

Figura 13 - Hipericão-do-gerês Hypericum androsaemum (à esquerda); Uva-do-monte Vaccinium myrtillus (à direita). Fotos: Duarte Silva

No entanto, existem muitas outras plantas aromáticas e medicinais, no Parque Nacional, pouco conhecidas e comercializadas. Como exemplos, podemos referir:

- A madressilva-das-boticas *Lonicera periclymenum*

- A milfolhada ou mil-em-rama *Achillea millefolium*

- A violeta *Viola riviniana*

- O medronheiro *Arbutus unedo*

- O poejo *Mentha pulegium*

- O pilriteiro ou escalheiro *Crataegus monogyna*

Os usos que as pessoas lhes dão, resultantes da sabedoria popular, são dos mais variados possíveis. Todavia, ainda não se conseguiu confirmar, através de estudos científicos, as propriedades medicinais de muitas plantas. Embora este seja um campo em franco desenvolvimento e, a cada dia que passa, descrevem-se novas propriedades medicinais em plantas.

Por outro lado, este comércio, ainda está muito sustentado pelas colheitas na natureza. Assim, a crescente procura de plantas aromáticas e medicinais, tem aumentado a pressão da colheita, provocando uma diminuição das populações silvestres. Em última análise, pode levar mesmo ao desaparecimento de espécies nalguns locais.

O Parque Nacional da Peneda-Gerês, interessado na conservação da natureza mas igualmente no bem-estar económico e social das populações, tem desenvolvido vários projetos que tentam fomentar o cultivo, em detrimento das colheitas na natureza.

8.1.2. VEGETAÇÃO

O Parque Nacional da Peneda-Gerês é uma área onde predomina a vegetação natural. Cerca de 84% da área do Parque está coberta por bosques, matos, turfeiras e vegetação ripícola. Ainda se deve considerar a existência das plantações de pinheiro-silvestre *Pinus sylvestris* e a dos prados de feno e/ou pastagens (lameiros) que constituem a vegetação semi-natural (4,8%). Este tipo de vegetação possui uma composição assente nas espécies autóctones embora com uma estrutura modificada pelo homem (VAN DER MAAREL & KLÖTZLI 1996). Os pinhais de pinheiro-bravo *Pinus pinaster* e de outras resinosas, bem como as áreas ocupadas por faias ou campos agrícolas, foram considerados como vegetação artificial e não entraram na carta de vegetação do Parque Nacional da Peneda-Gerês. Refira-se que apesar do *Pinus pinaster* ser espécie autóctone de Portugal, pensa-se que, pelo menos a subespécie atualmente existente (*P. pinaster* subsp. *atlantica*), estaria limitada ao litoral, principalmente às zonas dunares (AGUIAR *et al.*, 2007). Assim, considerou-se esta espécie exótica no PNPG.

No que se refere à vegetação natural, o Parque Nacional é conhecido pelas grandes manchas de carvalhos, algumas das maiores e em melhor estado de conservação de Portugal. No entanto, a maior parte do território (74%) está coberto por matos, principalmente urzais e tojais. Isto é consequência do uso do fogo (principalmente pela pastorícia), desde há milhares de anos. Nos últimos anos tem-se verificado que o ciclo de fogo está a ficar cada vez mais curto, levando a que cerca de 36% da área do PNPG esteja coberta por matos com inúmeros afloramentos rochosos. Os fogos reduziram a vegetação arbustiva e erodiram de tal forma os solos que, em grandes zonas, já só existe rocha nua com alguma vegetação rupícola. Os prados de feno e/ou sujeitos a pastagem (lameiros) representam apenas 4% da área total do PNPG, mas encerram uma grande biodiversidade com vários endemismos e espécies raras. Ainda se deve destacar a presença de algumas das maiores e melhores turfeiras de Portugal, que apresentam um elevado interesse a nível nacional pela sua raridade.

Após esta breve descrição da vegetação do PNPG, aborda-se de uma forma mais detalhada cada tipo de vegetação, tendo por suporte a carta de vegetação. Esta carta é por sua vez baseada na cartografia de Habitats Naturais do CIBIO & Faculdade de Ciências, Universidade do Porto (2007). Também se irá efetuar, sempre que possível, a correspondência entre vegetação e habitats definidos pela Diretiva *Habitats*, transposta para a legislação portuguesa através do Decreto-Lei 140/99, de 24 de abril, na sua redação atual.

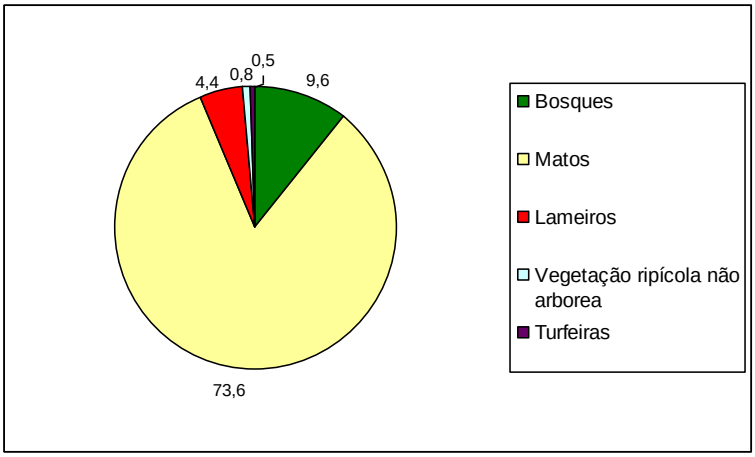


Figura 14 - Percentagem de área ocupada por cada tipo de vegetação.

Tabela 2 - Correspondência entre a vegetação e os habitats.

Vegetação	Habitats
Bosques	
Azerais e medronhais arbóreos	5230*pt2 +5230*pt3
Carvalhais	8220pt3 + 6220pt4 + 9230pt1 + 9380
Carvalhais e azerais	5230*pt2 + 8220pt3 + 9230pt1
Carvalhais com teixo	8220pt3 + 9230pt1 + 9580
Bosques mesotróficos e louriçais	5230*pt1 + 8220pt3 + 9160pt1 + 9160pt2
Bosques de teixo	9580*
Bosques ripícolas	3130pt2 + 3260 + 91E0*pt1 + 91E0*pt2
Pinhais de pinheiro-silvestre	
Matos	
Matos montanos com afloramentos rochosos	4030pt3 + 4030pt4+ 8220pt1 + 6160pt2 + 6220pt4 + 4090
Matos montanos	4030pt3 + 4030pt4 + 6160pt2 + 6220pt4
Matos colinos sobre granitos sintectónicos com afloramentos rochosos	4030pt2 + 8220pt1 + 8230pt1
Matos colinos sobre xistos e granitos pós-tectónicos com afloramentos rochosos	4030pt3 + 8220pt1 + 8230pt1 + 6220pt4
Matos colinos sobre granitos sintectónicos	4030pt2 + 8230pt1 + 6220pt4
Matos colinos sobre xistos e granitos pós-tectónicos	4030pt3 + 8230pt1
Prados	
Mosaico agro-florestal rico em lameiros	6410pt2+6430pt1+6510+8220pt3+9230pt1
Rios	
Vegetação aquática e ripícola não arbórea	3130pt2 + 3260
Turfeiras	
Complexos higroturfosos	3130pt2 + 4010 + 4020*pt1 + 6230* + 7140pt2 + 7150

Bosques

Os bosques, que ocupam cerca de 10% da área do Parque, são geralmente dominados por carvalhos. Na carta de vegetação do PNPG identificam-se oito tipos de bosques:

- Azerais e medronhais arbóreos
- Carvalhais
- Carvalhais com teixo
- Carvalhais e azerais
- Bosques mesotróficos e louriçais
- Bosques de teixo
- Bosques ripícolas
- Pinhais de pinheiro-silvestre autóctone

Convém ressalvar que a esmagadora maioria dos pinhais de pinheiro-silvestre no PNPG não são compostos por pinheiro-silvestre autóctone, pois são plantações com material alóctone ou originários de plantações.

○ *AZERAIS E MEDRONHAIS ARBÓREOS*

Os azerais e medronhais arbóreos correspondem aos habitats definidos pela Diretiva *Habitats*.

- Azereirais 5230pt2 (*Luzulo henriquesii-Prunetum lusitanicae*)
- Medronhais-Azereirais 5230pt3 (*Pruno lusitanicae-Arbutetum unedonis*)

Estão incluídos no habitat prioritário 5230 – Matagais arborescentes de Laurus nobilis (*Arbuto unedonis-Laurion nobilis* - classe *Quercetea ilicis* p.p.max.). Em anexo, apresenta-se o esquema sintaxonómico de acordo com HONRADO (2003).

Estes bosques reliquiais, ao contrário dos outros, são dominados por pequenas árvores ou arbustos laurifólios – azereiro *Prunus lusitanica* subsp. *lusitanica* e medronheiro *Arbutus unedo* – que possuem uma folha persistente, dura, luzidia e sem pêlos.

Estas espécies (principalmente o azereiro), com este tipo de folhas, não conseguem suportar temperaturas muito baixas, com geadas, nem ambientes secos. Isto pode ser explicado porque as plantas laurifólias tiveram origem nos ambientes subtropicais terciários, que eram mais quentes e húmidos (CASTRO *et al.*, 2001). Assim, hoje em dia, apenas se encontram pequenos bosques em locais de baixa altitude (abaixo dos 800 metros), relativamente sombrios, com invernos e verões suaves (HONRADO, 2003).

No PNPG, apesar da reduzida expressão destes bosques, encontram-se alguns dos azerais mais bem conservados da Península Ibérica (NETO, 2007). O azereiro é, inclusive, uma planta rara em Portugal (JANSEN, 2002). O medronheiro, que foi a espécie que se conseguiu adaptar melhor a um clima mais seco, aparece amplamente distribuída por todo o território nacional sob a forma de arbusto alto. No entanto, na serra do Gerês, nos locais já mencionados, podem ser encontrados medronheiros de grandes dimensões. Estes bosques ou matagais, relíquias da antiga floresta Laurissilva continental que foi muito importante durante o terciário, são atualmente apenas dominantes na Macaronésia (HONRADO, 2003 e NETO, 2007).

Segundo HONRADO, 2003, a combinação mais típica dos azerais inclui *Prunus lusitanica* subsp. *lusitanica*, *Hedera helix*, *Saxifraga spatularis*, *Luzula henriquesii* e *Dryopteris affinis* subsp. *borreri* e a dos medronhais-azerais inclui Arbutus *unedo*, *Hedera hibernica*, *Prunus lusitanica* subsp. *lusitanica* e *Ilex aquifolium*.

- ***CARVALHAIS***

Os bosques de carvalho, vulgarmente designados de carvalhais, são a vegetação arbórea dominante do PNPG e constituem a vegetação climácica de quase todo o Noroeste da Península Ibérica. O homem, principalmente através da pastorícia de percurso com fogo, há cerca de 3500 anos, começou a destruir com grande intensidade a vegetação arbórea primitiva (RAMIL REGO, 1993; AGUIAR & PINTO, 2007). Outros fatores, que contribuíram para o quase total desaparecimento dos carvalhais em Portugal, foram:

- O corte de árvores para múltiplos fins, incluindo a construção de naus e fabrico de travessas para os carris;

- A instalação de campos agrícolas, principalmente pela cultura do milho a partir do século XVII;

- A instalação de pinhais e eucaliptais para produção de madeira e pasta de papel;

- A construção imobiliária e de vias de comunicação.

Desta forma, os carvalhais são hoje uma sombra do que foram no passado. O PNPG, não foge à regra, mas ainda assim possui algumas das maiores manchas de carvalhos de Portugal: em Castro Laboreiro, junto à Senhora da Peneda, no Ramiscal, na Mata do Cabril, na Mata de Albergaria-Palheiros, no Vale do Beredo e na Mata do Rio Mau. Destas manchas, é reconhecido que a de Albergaria-Palheiros, Reserva Biogenética pelo Concelho da Europa, é a que apresenta um melhor estado de conservação, sendo praticamente o único carvalhal maturo de Portugal (ALFA, 2006).

Figura 15 - carvalhal da mata de Albergaria-Palheiros. Foto: PNPG/AJB.

Estes bosques são dominados pelo carvalho-alvarinho *Q. robur*, com ou sem carvalho-negral *Q. pyrenaica* e/ou vidoeiro *Betula celtiberica*. No estrato arbóreo, além das espécies referidas, pode aparecer *Ilex aquifolium*, *Taxus baccata*, *Prunus lusitanica* subsp. *lusitanica* ou *Sorbus aucuparia*. Ao nível das lianas são comuns a *Hedera helix*, *Lonicera periclymenum* subsp. *periclymenum* e *Rubus* sp. pl. No estrato arbustivo, aparecem frequentemente *Crataegus monogyna*, *Pyrus cordata*, *Frangula alnus*, *Cytisus sp. pl*., *Erica arborea*, *Ruscus aculeatus* e *Vaccinium myrtillus*. No estrato herbáceo, existem muitos geófitos de floração precoce, anterior ao completo desenvolvimento das folhas dos carvalhos como *Narcissus triandrus* subsp. *triandrus*, *Erythronium denis-canis*, *Anemone trifolia* subsp. *albida*; e espécies esciófilas como *Geranium* sp. pl.; *Saxifraga spathularis*, *Luzula sylvatica* subsp. *henriquesii*, *Pseudarrhenatherum longifolium*, *Dryopteris* sp. pl. e *Polypodium* sp. pl (ALFA, 2006).

Os bosques em solos oligotróficos de encosta correspondem ao habitat 9230 – Carvalhais galaico-portugueses de *Quercus robur* e *Quercus pyrenaica* (*Quercion pyrenaicae* da classe *Querco-Fagetea*). No PNPG está apenas presente o subtipo 9230pt1 – Carvalhais de *Q. robur* (*Quercenion robori-pyrenaicae*).

No entanto, podem-se distinguir dois tipos de carvalhais em solos oligotróficos:

- Carvalhais oligotróficos montanos (*Myrtillo-Quercetum roboris*), que são dominados por *Quercus robur* e/ou *Quercus pyrenaica* com a presença de *Vaccinium myrtillus*, *Anemone trifolia* subsp. *albida*, *Brachypodium pinnatum* subsp. *rupestre* e, quando em zonas mais húmidas, de *Betula celtiberica* (HONRADO, 2003). Estes carvalhais ocorrem a partir dos 700-900m de altitude conforme a exposição das encostas. Nas zonas mais elevadas ou mais a leste do PNPG, o carvalho-alvarinho torna-se menos abundante por oposição ao carvalho-negral. Quando em zonas frequentemente perturbadas pelo fogo, o carvalho-negral, devido à sua grande capacidade de regeneração vegetativa, domina de forma quase absoluta o estrato arbóreo (CASTRO *et al.*, 2001;

HONRADO, 2003).

- Carvalhais oligotróficos colinos (*Rusco aculeati-Quercetum roboris*), que são dominados pelo *Quercus robur*, com a presença constante de *Arbutus unedo*, *Ruscus aculeatus* e *Asplenium onopteris*. Dentro destes carvalhais, ainda se podem distinguir três subassociações. A subassociação *violetosum rivinianae* que corresponde à forma mais típica com uma grande abundância de hera *Hedera helix*, azevinho *Ilex aquifolium*, sanguinho *Frangula alnus* e pereira-brava *Pyrus cordata*. Estes bosques ocorrem nos troços médios (entre os 500-700 m de altitude) dos principais afluentes do rio Lima e na parte ocidental da Serra do Gerês entre os 700-300m. A subassociação *prunetosum lusitanicae* é enriquecida com *Prunus lusitanica* subsp. *lusitanica*, *Prunella grandiflora* subsp. *pyrenaica*, *Luzula sylvatica* subsp. *henriquesii* e *Saxifraga spathularis*. Esta subassociação é exclusiva das serras geresianas e ocorre na zona média e superior do vale do rio Gerês, no troço terminal do vale do rio da Maceira e no troço do vale do rio Homem entre Albergaria e Bouça da Mó (Serra do Gerês) e na zona média do vale do rio Cabril (Serra Amarela). A subassociação *quercetosum suberis* é enriquecida com espécies xero-termófilas como o sobreiro *Quercus suber*, trovisco *Daphne gnidium*, sândalo-branco *Osyris alba* e, por vezes, também com o carvalho-negral *Quercus pyrenaica*. Esta subassociação ocorre um pouco por todas as áreas de menor altitude (< 500m) do território, podendo, contudo, atingir os 700 m na encosta meridional da serra do Gerês (HONRADO, 2003).

Existem numerosas comunidades vegetais funcionalmente dependentes dos carvalhais (ALFA, 2006), como sejam:

- Comunidades herbáceas perenes de orla (*Trifolio-Geranietea*);

- Matagais de orlas e clareiras florestais (*Rhamno-Prunetea*);

- Comunidades escionitrófilas anuais (*Cardamino hirsutae-Geranietea purpurei*);

- Comunidades escionitrófilas vivazes (*Galio-Urticetea*);

- Comunidades vasculares epifíticas (*Anomodonto-Polypodietea*);

- Comunidades brio-liquénicas terrícolas ou epifíticas;

- Comunidades fontinais de ambientes (peri)nemorais (*Montio-Cardaminetea* p.p.).

Convém referir que as comunidades comofíticas esciófilas e as comunidades epifíticas que dependem principalmente dos carvalhos para substrato e/ou sombra estão inseridas no habitat 8220pt3 – Biótopos de comunidades comofíticas esciófilas ou de comunidades epifíticas (classe *Anomodonto-Polypodietalia*). Nesta comunidade, conforme as condições ambientais, encontram-se alguns fetos como *Polypodium cambricum*, *P. interjectum* e o raro *Davallia canariensis* (ALFA, 2006).

Figura 16 - Davallia canariensis em cima de um tronco de Quercus robur. Foto: Duarte Silva.

Nas orlas dos carvalhais acima dos 1000m, com solos pouco profundos ou em fendas terrosas de afloramentos graníticos, podem-se encontrar prados vivazes não seriais dominados por *Festuca elegans*, *Saxifraga spathularis*, *Avenula sulcata* subsp. *sulcata*, *Teucrium scorodonia* e *Arenaria montana* ("comunidade de *Festuca elegans*") (HONRADO, 2003). Esta vegetação enquadra-se no habitat prioritário 6220 – Subestepes de gramíneas e anuais da *Thero-Brachypodietea* e, mais concretamente, no subtipo 6220pt4 – Arrelvados vivazes silicícolas de gramíneas altas (ALFA, 2006).

Por último, convém referir que nalgumas zonas superiores dos vales do Ramiscal e do Cabril, os carvalhos se tornam raros, por oposição aos azevinhos *Ilex aquifolium* que dominam estas comunidades. Nestes casos, também se deve considerar a existência do habitat 9380 – Florestas de *Ilex aquifolium*. Estas comunidades são formações umbrófilas abertas dominadas pelo azevinho, particularmente frequentes em encostas declivosas com exposição a norte e são consideradas resultantes da degradação de carvalhais ou vidoais com sub-bosque rico em azevinho. Esta vegetação ocorre de forma pontual em Portugal sendo mais abundante no PNPG (HONRADO, 2003; ALFA, 2006).

Figura 17 - Azevinhal junto à Louriça, na serra Amarela. Foto: Duarte Silva.

- ***CARVALHAIS COM TEIXO***

Os carvalhais com teixo, com uma diminuta representatividade no PNPG (27 ha), não são mais do que carvalhais oligotróficos montanos (*Myrtillo-Quercetum roboris)* enriquecidos de teixos *Taxus baccata*. Apenas se cartografaram estes bosques de uma forma independente dos anteriores porque o teixo, como é uma espécie muito rara em Portugal, valoriza estes bosques tornando-os singulares no contexto nacional. Além disso, ocorre o habitat prioritário 9580 – Florestas mediterrânicas de *Taxus baccata* (ALFA, 2006) em mosaico com estes carvalhais. Como é óbvio, estes bosques correspondem, igualmente, ao subtipo 9230pt1 – Carvalhais de *Q. robur* (*Quercenion robori-pyrenaicae*) e incluem o habitat 8220pt3 – Biótopos de comunidades comofíticas esciófilas ou de comunidades epifíticas (classe *Anomodonto-Polypodietalia*) que se descreveram no item anterior (ALFA, 2006).

- ***CARVALHAIS E AZERAIS***

Este tipo de vegetação, à semelhança da anterior, ocupa uma área reduzida (187 ha). Neste item optou-se por cartografar numa mesma unidade os carvalhais oligotróficos colinos enriquecidos de azereiro (*Rusco aculeati-Quercetum roboris* subassociação *prunetosum lusitanicae*) com os azerais (*Luzulo henriquesii-Prunetum lusitanicae*) dado que muitas vezes esta vegetação encontra-se em mosaico ou os azerais estão na bordadura dos carvalhais e torna-se difícil a sua cartografia. A ocorrência do azereiro também leva a que este tipo de vegetação seja raro em Portugal e por isso de enorme valor para a conservação da natureza. Ocorre, como é lógico, um mosaico do habitat 5230 com o 9230 e 8220pt3.

- ***BOSQUES MESOTRÓFICOS E LOURIÇAIS***

Os bosques de solos mesotróficos são bosques típicos de solos profundos e frescos de origem coluvial (regossolos), situados na base das encostas em vales encaixados. No PNPG ocupam apenas cerca de 123ha e concentram-se na Ribeira de Freitas e Rio Caldo. É possível que este tipo de bosque possua uma área maior porque algumas manchas cartografadas como bosques de carvalho (por exemplo, na zona média da Mata de Cabril) podem ser, na realidade, bosques mesotróficos. No futuro, será necessário efectuar mais algum trabalho de campo para se comprovar ou não esta suposição.

Estes bosques correspondem ao habitat 9160 – Carvalhais pedunculados ou florestas mistas de carvalhos e carpas subatlânticas e médioeuropeias da *Carpinion betuli*.

Os dois subtipos estão presentes no PNPG:

- Carvalhais mesotróficos de *Quercus robur* 9160pt1 (*Hyperico androsaemi-Quercetum roboris*). Estes são bosques climácicos de elevada diversidade específica, geralmente dominados pelo carvalho-alvarinho mas ricos em espécies arbóreas como *Alnus glutinosa*, *Salix atrocinerea*, *Corylus avellana*, *Acer pseudoplatanus*, *Prunus avium*, *Laurus nobilis* e *Castanea sativa*. O sub-bosque caracteriza-se pela ocorrência de diversas espécies herbáceas nemorais de apetências mesotróficas (*Hypericum androsaemum*, *Phylittis scolopendrium*, *Polystichum setiferum* e *Woodwardia radicans*) (ALFA, 2006). Esta última espécie tem carácter reliquial e é muito rara em Portugal Continental, sendo que no PNPG se encontra a quase totalidade dos efetivos desta espécie.

- Aveleirais 9160pt2 (*Omphalodo nitidae-Coryletum avellanae*). Estes são bosques secundários de elevada diversidade específica, geralmente dominados pela aveleira (*Corylus avellana*) e ainda com *Salix atrocinerea*, *Acer pseudoplatanus* e *Laurus nobilis* no estrato arbóreo. O subosque é semelhante ao dos carvalhais mesotróficos (ALFA, 2006).

No mosaico florestal dominado pelos bosques mesotróficos também se incluem os louriçais 5230pt1 (*Omphalodo nitidae-Lauretum nobilis*). Este tipo de vegetação foi cartografado com os bosques mesotróficos dado possuir pouca expressão no PNPG e situar-se normalmente nas orlas húmidas deste tipo de bosque. Os louriçais, além do loureiro *Laurus nobilis*, são normalmente constituídos por *Hedera helix*, *Ruscus aculeatus*, *Blechnum spicant*, *Osmunda regalis* e *Omphalodes nitida* (HONRADO, 2003).

○ *BOSQUES DE TEIXO*

Os bosques de teixo apresentam uma reduzida dimensão, com carácter pontual e reliquial, dominados pelo teixo *Taxus baccata* e quase sempre com grande abundância de azevinho *Ilex aquifolium*. Também ocorrem diversos elementos arbóreos típicos dos carvalhais e bidoais vizinhos, nomeadamente *Quercus robur*, *Q. pyrenaica*, *Betula celtiberica* e *Sorbus aucuparia* (ALFA, 2006).

No PNPG, os teixiais ocupam 181ha, o que representa a quase totalidade da área deste habitat em Portugal. Estes bosquetes ocorrem exclusivamente nas margens de cursos de água montanhosos em

vales encaixados das serras do Gerês e da Estrela. Estas formações vegetais correspondem ao habitat prioritário 9580 – Florestas mediterrânicas de *Taxus baccata* (ALFA, 2006).

- ***BOSQUES RIPÍCOLAS***

Os bosques ripícolas apresentam uma reduzida expressão no PNPG (0,03%) devido ao facto de a maior parte das linhas de água serem muito encaixadas, limitando a vegetação ripícola a uma estreita faixa marginal. Por outro lado, o homem, com construção de barragens e a instalação de campos agrícolas até à margem dos cursos de água, diminuiu ainda mais a área dos bosques ripícolas.

Os bosques ripícolas enquadram-se no habitat prioritário 91E0 – Florestas aluviais de *Alnus glutinosa* e *Fraxinus excelsior* (*Alno-Padion*, *Alnion incanae*, *Salicion albae*). No PNPG, a grande maioria destes bosques pertencem ao subtipo 91E0 pt2 – Bidoais ripícolas (*Carici reuterianae-Betuletum celtibericae* da aliança *Osmundo-Alnion* e classe *Salici purpureae-Populetea nigrae*). Os vidoais são dominados pelo vidoeiro *Betula celtiberica* e salgueiro-negro *Salix atrocinerea* e apresentam como outras espécies típicas *Erica arborea, Carex elata* subsp. *reuteriana*, *Oenanthe crocata*, *Calamagrostis arundinacea*, *Luzula sylvatica* subsp. *henriquesii*, *Osmunda regalis* e *Deschampsia gallaecica*. Convém referir que, a altitudes mais elevadas, os vidoais são enriquecidos com teixos e azevinhos, enquanto nas zonas mais baixas são mais abundantes o loureiro *Laurus nobilis* e a cerejeira-brava *Prunus avium* (HONRADO, 2003).

Figura 18 - Vidoal ripícola. Foto: Duarte Silva.

No troço inferior dos cursos de água, com leitos pouco inclinados, onde se formam aluviões (solos provenientes da deposição de sedimentos), já são os amieiros *Alnus glutinosa* que dominam. Todavia, os amiais ripícolas são hoje pouco vulgares no PNPG por causa da geomorfologia acidentada da área que faz com que os cursos de água possuam leitos inclinados e regimes torrenciais, predominando nas suas margens os fenómenos erosivos, em detrimento da deposição de sedimentos. O homem, como já foi referido, também contribuiu negativamente, com a construção de barragens, que submergiram solos aluviais que previsivelmente existiriam nas áreas

hoje ocupadas pelas albufeiras. A agricultura ainda ocupou, muitas vezes, os escassos aluviões existentes até à margem dos cursos de água (HONRADO, 2003).

Os amiais, no Parque Nacional, são apenas abundantes no rio Lima e afluentes. Estes amiais correspondem ao subtipo 91E0pt1 – Amiais ripícolas (ALFA, 2006). Além da dominância do amieiro, geralmente encontram-se *Salix atrocinerea*, *Fraxinus angustifolia*, *Laurus nobilis*, *Frangula alnus* e *Sambucus nigra*, bem como inúmeras espécies de fetos (*Narcisso cyclaminei-Alnetum glutinosae*). A maior altitude, estas espécies são menos frequentes (com a exceção do salgueiro-negro) e o amieiro é geralmente acompanhado do vidoeiro, *Deschampsia gallaecica* e *Galium broterianum* (*Galio broteriani-Alnetum glutinosae*) (HONRADO, 2003).

Nos bosques ripícolas também ocorre vegetação aquática, anfíbia e ripícola não arbórea parcialmente enquadrada nos habitats 3130pt2 – Águas oligotróficas paradas com vegetação de *Hyperico elodis-Sparganion* e 3260 – Cursos de água dos pisos basal a montano com vegetação da *Ranunculion fluitantis* e da *Callitricho-Batrachion* (ALFA, 2006). Esta vegetação será descrita com maior pormenor num capítulo posterior.

- ***PINHAIS DE PINHEIRO-SILVESTRE AUTÓCTONE***

A grande maioria dos pinhais de pinheiro-silvestre (*Pinus sylvestris*) são originários de plantações efetuadas no século XX. Apenas alguns pequenos núcleos reliquiais na parte oriental da Serra do Gerês como o Vale da Biduiça e o Vale da Ribeira das Negras podem ser considerados como populações autóctones. Documentadas desde o século XVIII, vieram a consolidar o seu caráter autóctone, na sequência de recentes estudos genéticos, onde foi possível identificar haplótipos únicos naqueles locais do PNPG, consolidando o relevante significado biogeográfico e biogenético, consubstanciando num novo limite ocidental para a distribuição natural daquela espécie e desta forma, são considerados os únicos pinhais de pinheiro-silvestre naturais de Portugal. Todavia, no passado (há cerca de 2000-2500 anos) eram muito mais abundantes nas montanhas galaico-minhotas como demonstram os registos polínicos (BELLOT, 1950). Na serra do Gerês conseguiram sobreviver graças ao carácter xerofítico e sub-continental da vertente sudeste deste relevo e à morfologia dos biótopos (fundo de vales encaixados) atualmente ocupados pela espécie que lhes serviram de refúgio ao fogo (HONRADO, 2003). Os bosques de *Pinus sylvestris* enquadram-se na classe *Pino-Juniperetea*, que constitui tipicamente a vegetação natural potencial das áreas oromediterrânicas e orosubmediterrânicas das montanhas siliciosas ibéricas (RIVAS-MARTÍNEZ *et al.*, 1987).

Esta particularidade associada à exposição destes povoamentos a várias ações antrópicas (fogo, corte, introdução de pinheiro silvestre alóctone) levou o ICNF, enquanto entidade gestora do PNPG, a iniciar um projeto de conservação deste património genético, para garantir a sua perpetuidade e evitar a perda de alelos únicos (DURO e LOUREIRO, 2014).

Para alcançar este objetivo adotaram-se estratégias de conservação *in situ* e *ex situ,* dirigidas para a preservação e aumento da resiliência destas populações no local de origem e, onde se preconiza a florestação de novas áreas, para garantir a perpetuidade deste material genético, bem como na obtenção de informação sobre a adaptação de indivíduos destas populações a diferentes cenários altimétricos que, poderá constituir uma medida de mitigação às alterações climáticas e uma alternativa para florestação de outras áreas.

Figura 19 - Pinheiros-silvestres autóctones do Vale da Ribeira das Negras. Foto: Mário Rui Duro.

Matos

A destruição geral da vegetação arbórea favoreceu a expansão das etapas seriais arbustivas, entre as quais predominam os giestais e piornais (classe *Cytisetea scopario-striati*) e os urzais-tojais (*Calluno-Ulicetea*).

Na cartografia de Habitats Naturais, a equipa do CIBIO & FCUP (2007), dividiu os matos da seguinte forma:

a) Matos montanos (acima dos 1000 m de altitude):
   i. Matos montanos com afloramentos rochosos;
   ii. Matos montanos sem afloramentos rochosos.

b) Matos colinos (abaixo dos 1000 m de altitude):

   i. Matos colinos com afloramentos rochosos:
      ° Matos colinos com afloramentos rochosos sobre granitos sintectónicos;
      ° Matos colinos com afloramentos rochosos sobre xistos e granitos pós-tectónicos.
   ii. Matos colinos sem afloramentos rochosos:
      ° Matos colinos sem afloramentos rochosos sobre granitos sintectónicos;
      ° Matos colinos sem afloramentos rochosos sobre xistos e granitos pós-tectónicos.

Utilizando esta divisão dos matos, podemos caracterizá-los da seguinte forma:

- ***MATOS MONTANOS COM AFLORAMENTOS ROCHOSOS***

Os matos montanos com afloramentos rochosos encontram-se um pouco por todas as zonas mais elevadas do Parque, mas na serra do Gerês dominam de forma quase absoluta. Estes matos são constituídos por urzais montanos de urze-vermelha (*Erica australis* subsp. *aragonensis*) (classe *Calluno-Ulicetea*) e por piornais da associação *Cytiso striati-Genistetum polygaliphyllae*, praticamente limitados às imediações dos cursos de água (HONRADO, 2003).

Os urzais são dominados pela *Erica australis* subsp. *aragonensis* e contam com a presença habitual de *Erica umbellata*, *Pterospartum tridentatum* subsp. *cantabricum, Pseudarrhenatherum longifolium*, *Ulex minor* e *Carex asturica* (*Carici asturicae-Ericetum aragonensis*). Estes urzais correspondem ao habitat 4030pt3 – Urzais, urzais-tojais e urzais-estevais mediterrânicos não litorais. Na zona altimontana (acima dos 1100m) meridional da serra do Gerês, a *Erica australis* subsp. *aragonensis* é acompanhada por Juniperus *communis* subsp. *alpina*, *Thymelaea broteriana* e *Carex asturica* (Comunidade de *Juniperus communis* subsp. *alpina* e *Erica australis* subsp. *aragonensis*). Em Portugal, os urzais com zimbros da Serra do Gerês só encontram paralelo nos da serra da Estrela porque constituem os últimos vestígios de um tipo de urzal com uma distribuição mais vasta durante as glaciações (HONRADO, 2003). Estes urzais correspondem ao habitat 4030pt4 – Urzais-zimbrais geresianos e estrelenses (ALFA, 2006).

Os piornais, como necessitam de solos mais profundos, são hoje bastante raros nas zonas com afloramentos rochosos. A combinação mais típica destes piornais é *Genista florida* subsp. *polygaliphylla, Cytisus striatus*, *Erica arborea, Pteridium aquilinum* e *Agrostis* x *fouilladei* (HONRADO, 2003).

Nas clareiras dos matos e fendas largas de afloramentos rochosos de locais muito expostos à insolação e ao vento, ocorrem pontualmente formações xerofíticas de porte médio a elevado, dominadas por gramíneas vivazes (*Stipa gigantea, Avenula sulcata subsp. sulcata, Agrostis curtisii, Festuca elegans, Pseudarrhenatherum longifolium, Agrostis truncatula subsp. commista, Agrostis x fouilladei* e o endemismo *Centaurea geresensis* (*Pseudarrhenathero longifolii-Stipetum giganteae*) (HONRADO, 2003). Esta vegetação enquadra-se no habitat prioritário – 6220 * Subestepes de gramíneas e anuais da *Thero-Brachypodietea* e, mais concretamente, no subtipo 6220 pt4 – Arrelvados vivazes silicícolas de gramíneas altas (ALFA, 2006).

Nas clareiras dos matos e nos afloramentos rochosos, ainda se podem encontrar prados oro-ibéricos de *Festuca indigesta* (habitat 6160), mais concretamente o subtipo 6160pt2 – Matos rasteiros acidófilos temperados e mediterrânicos (*Hieracio castellani-Plantaginion radicatae*). Esta vegetação é dominada por pequenos arbustos (caméfitos) e hemicriptófitos cespitosos xerófilos

(principalmente gramíneas), pioneiros de solos esqueléticos ou de fendas de afloramentos rochosos (ALFA, 2006).

HONRADO (2003) identificou no PNPG quatro associações:

- *Minuartio recurvae-Silenetum acutifoliae* em fendas terrosas de rochedos expostos com *Festuca summilusitana*, *Sedum brevifolium, Allium ericetosum*, *Ornithogalum concinnum*, *Solidago virgaurea* e *Silene acutifolia*.
- *Arenario querioidis-Sedetum brevifolii* em gravilhas de microtopografias convexas com *Arenaria querioides*, *Sedum brevifolium*, *Agrostis truncatula* subsp. *commista* e *Tulipa sylvestris* subsp. *australis*
- *Armerio humilis-Agrostietum commistae* em leptossolos arenosos de microtopografias planas ou côncavas e em solos esqueléticos na proximidade de afloramentos rochosos com *Agrostis truncatula* subsp. *commista*, *Ornithogalum concinnum*, *Armeria humilis* subsp. *humilis*, *Molineriella laevis* e *Sedum brevifolium*.
- *Plantagini radicatae-Armerietum odoratae* em leptossolos derivados de granitos sintectónicos com *Agrostis truncatula* subsp. *commista*, *Armeria humilis* subsp. *odorata*, *Plantago radicata*, *Ornithogalum concinnum*.

Nos afloramentos rochosos, encontramos vegetação rupícola enquadrada no habitat 8220 – Vertentes rochosas siliciosas com vegetação casmofítica, mais concretamente no subtipo 8220pt1 – Afloramentos rochosos siliciosos com comunidades casmofiticas (classe *Asplenietea trichomanis*) (ALFA, 2006). No PNPG existe a associação *Phalacrocarpo oppositifolii-Silenetum acutifoliae* com a seguinte combinação característica: *Saxifraga spathularis*, *Phalacrocarpum oppositifolium*, *Silene acutifolia*, *Silene marizii* e, pontualmente, *Sedum hirsutum*, *Hieracium amplexicaule* e *Murbeckiella boryi* (HONRADO, 2003).

Nas zonas mais elevadas, os afloramentos rochosos possuem um tipo de mato bastante raro dominado pela caldoneira *Echinospartum ibericum*. Os caldoneirais enquadram-se no habitat 4090 – Charnecas oromediterrânicas endémicas com giestas espinhosas (ALFA, 2006).

Figura 20 - Zimbro *Juniperus communis subsp. alpina* (à esquerda); Caldoneira *Echinospartum ibericum* (à direita). Fotos: Duarte Silva.

- ***MATOS MONTANOS SEM AFLORAMENTOS ROCHOSOS***

Os matos montanos sem afloramentos rochosos, que se concentram nos dois planaltos do PNPG, apresentam uma menor expressão que o tipo de matos descritos no item anterior. Ao nível do tipo de vegetação há poucas diferenças e estas resumem-se a:

- Maior abundância de piornais, dado o solo ser mais profundo, e presença de um tipo de piornal no extremo nordeste do Parque que se caracteriza pela ausência total de *Cytisus striatus* e a sua substituição por *C. multiflorus* e *C. scoparius* (associação *Cytiso scoparii-Genistetum polygaliphyllae*) (HONRADO, 2003).
- Presença de prados de carácter mesofíticos, dominados por *Arrhenatherum elatius* subsp. *baeticum*, *Agrostis x fouilladei*, *Armeria x francoi*, *Rumex acetosella* subsp. *angiocarpus* e *Hypochoeris radicata* (*Armerio francoi-Arrhenatheretum baetici*), nas clareiras dos giestais no planalto da Mourela e no vale de Tourém (HONRADO, 2003). Esta vegetação enquadra-se no habitat 6220 pt4 – Arrelvados vivazes silicícolas de gramíneas altas (ALFA, 2006).
- Ausência da vegetação típica de afloramentos rochosos enquadrada no habitat 8220 – Vertentes rochosas siliciosas com vegetação casmofítica e no habitat 4090 – Charnecas oromediterrânicas endémicas com giestas espinhosas (ALFA, 2006).

- ***MATOS COLINOS COM AFLORAMENTOS ROCHOSOS SOBRE GRANITOS SINTECTÓNICOS***

Os matos colinos com afloramentos rochosos sobre granitos sintectónicos têm uma baixa representação no PNPG (2,3% do território). Estes são dominados pelo tojo-arnal (*Ulex europaeus* subsp. *latebracteatus*) da associação *Ulicetum latebracteato-minoris* (HONRADO, 2003). Os tojais, também caracterizados pela elevada presença dos elementos late-atlânticos *Daboecia cantabrica*, *Erica cinerea*, *Pseudarrhenatherum longifolium* e *Ulex minor* enquadram-se nos tojais e urzais-tojais galaico-portugueses não litorais (4030pt2) (ALFA, 2006).

Também existem alguns giestais dominados pela giesta-das-serras (*Cytisus striatus*) e em que são também frequentes *Erica arborea*, *Ulex minor*, *Pteridium aquilinum*, *Halimium lasianthum* subsp. *alyssoides* e *Agrostis x fouilladei* (*Ulici latebracteati-Cytisetum striati*) (HONRADO, 2003).

Nas clareiras dos tojais, em solos arenosos e leptossolos graníticos de posições pouco inclinadas, podem-se encontrar tomilhais dominados por *Thymus caespititius*, *Agrostis truncatula subsp. commista* e *Sedum brevifolium* (*Sedo anglici-Thymetum caespititii*) (HONRADO, 2003). Esta vegetação corresponde ao habitat 8230 pt1 – Tomilhais galaico-portugueses (ALFA, 2006).

Figura 21 - Tormentelo *Thymus caespititius*. **Foto: Duarte Silva.**

Nos afloramentos rochosos, existe vegetação rupícola dominada pela *Silene acutifolia* acompanhada habitualmente de *Sedum hirsutum*, *Holcus gayanus* e *Umbilicus rupestris* (*Sileno acutifoliae-Holcetum gayani*) (HONRADO, 2003). Esta vegetação enquadra-se no habitat 8220pt1 – Afloramentos rochosos siliciosos com comunidades casmofiticas (ALFA, 2006).

- ***MATOS COLINOS COM AFLORAMENTOS ROCHOSOS SOBRE XISTOS E GRANITOS PÓS-TECTÓNICOS***

Os matos colinos com afloramentos rochosos sobre xistos e granitos pós-tectónicos apresentam uma extensão considerável nas zonas mais baixas das serras do Gerês e Peneda (ocupam 13% da área do Parque). Estes matos caracterizam-se pela ausência de tojo-arnal (*Ulex europaeus* subsp. *latebracteatus*) e são dominados por *Erica umbellata*, *Pterospartum tridentatum* subsp. *cantabricum*, *Erica cinerea*, *Ulex minor* e *Pseudarrhenatherum longifolium* (*Halimio alyssoidis-Pteropartetum tridentati*). Nas zonas de xistos, além da *Erica umbellata*, há uma codominância da *Genista triacanthos* e uma presença habitual de *Ulex minor*, *Carex pilulifera* e *Agrostis curtisii* (*Carici piluliferae-Genistetum triacanthi*) (HONRADO, 2003). Esta vegetação enquadra-se no habitat 4030pt3 – Urzais, urzais-tojais e urzais-estevais mediterrânicos não litorais (ALFA, 2006).

Nesta vegetação, os giestais são relativamente raros, sendo da associação *Ulici latebracteati-Cytisetum striati*. Apenas diferem dos descritos no item anterior por possuírem uma maior abundância de *Ulex europaeus* subsp. *latebracteatus* e, nas áreas mais xerotérmicas, de *Arbutus unedo* (HONRADO, 2003).

Nas clareiras dos urzais, além dos tomilhais da *Sedo anglici-Thymetum caespititii*, também se pode encontrar, e com maior abundância, os tomilhais da *Sedo pruinati-Thymetum caespititi*. A sua combinação florística mais habitual inclui *Thymus caespititiius*, *Sedum pruinatum*, *S. brevifolium* e *Centaurea aristata* subsp. *geresensis* (HONRADO, 2003). Esta vegetação corresponde ao habitat 8230 pt1 – tomilhais galaico-portugueses (ALFA, 2006).

Nas clareiras dos matos e fendas largas de afloramentos rochosos de locais muito expostos à insolação e ao vento, ocorrem pontualmente formações xerofíticas de porte médio a elevado, dominadas por gramíneas vivazes (*Stipa gigantea, Avenula sulcata* subsp. *sulcata, Agrostis curtisii, Festuca elegans, Pseudarrhenatherum longifolium, Agrostis truncatula* subsp. *commista, Agrostis x fouilladei* e o endemismo *Centaurea limbata* subsp. *geresensis* (*Pseudarrhenathero longifolii-Stipetum giganteae*) (HONRADO, 2003). Esta vegetação enquadra-se no habitat prioritário 6220 – Subestepes de gramíneas e anuais da *Thero-Brachypodietea* e, mais concretamente, no subtipo 6220pt4 – Arrelvados vivazes silicícolas de gramíneas altas (ALFA, 2006).

Nos afloramentos rochosos, existe vegetação rupícola dominada pela *Silene acutifolia* acompanhada habitualmente de *Sedum hirsutum*, *Holcus gayanus* e *Umbilicus rupestris* (*Sileno acutifoliae-Holcetum gayani*) (HONRADO, 2003). Esta vegetação enquadra-se no habitat 8220pt1 – Afloramentos rochosos siliciosos com comunidades casmofiticas (ALFA, 2006).

- ***MATOS COLINOS SEM AFLORAMENTOS ROCHOSOS SOBRE GRANITOS SINTECTÓNICOS***

Os matos colinos sem afloramentos rochosos sobre granitos sintectónicos estão concentrados nas serras Amarela e do Soajo e no vale do rio Salas (Mourela), ocupando cerca de 13% da área. Esta vegetação é idêntica à descrita para os matos colinos com afloramentos rochosos sobre granitos sintectónicos. As principais diferenças residem na ausência da vegetação rupícola e na presença de prados de carácter xero-mesofítico, dominados por *Arrhenatherum elatius* subsp. *baeticum*, *Agrostis castellana*, *Agrostis x fouilladei*, *Armeria beirana*, *Centaurea limbata* subsp. *geresensis* e *Hypericum linariifolium* (*Armerio beiranae-Arrhenatheretum baetici*) nas clareiras dos giestais, em encostas com declive acentuado, no vale médio do rio Lima (HONRADO, 2003). Esta vegetação enquadra-se no habitat 6220pt4 – Arrelvados vivazes silicícolas de gramíneas altas (ALFA, 2006).

Uma outra diferença, mas apenas no vale do rio Salas, refere-se à maior abundância de giesta-branca *Cytisus multiflorus* nos giestais da *Ulici latebracteati-Cytisetum striati* (HONRADO, 2003).

- ***MATOS COLINOS SEM AFLORAMENTOS ROCHOSOS SOBRE XISTOS E GRANITOS PÓS-TECTÓNICOS***

Os matos colinos sem afloramentos rochosos sobre xistos e granitos pós-tectónicos encontram-se um pouco dispersos pelo território do PNPG, ocupando cerca de 10% da área. Esta vegetação é idêntica à descrita para os matos colinos com afloramentos rochosos sobre granitos pós-tectónicos. Apenas, como é óbvio, não possui vegetação rupícola nem os prados xerofíticos de *Stipa gigantea* (*Pseudarrhenathero longifolii-Stipetum giganteae*).

O mosaico agro-florestal é constituído essencialmente por lameiros com orlas de folhosas dominadas por carvalhos. Os lameiros ou prados de feno são na maior parte irrigados com uma fina camada de água ("lima") que evita os estragos provocados pelas geadas nas plantas (no inverno). Atendendo à sua composição florística, distinguem-se os prados regularmente fenados e raramente pastados (aliança *Arrhenatherion*) e os prados sujeitos a fenação e pastoreio frequentes (aliança *Cynosurion*).

Os prados regularmente fenados e raramente pastados enquadram-se no habitat 6510 – Prados de feno pobres de baixa altitude (*Alopecurus pratensis*, *Sanguisorba officinalis*) (ALFA, 2006). Segundo HONRADO (2003) dentro destes podemos caracterizar:

- A associação *Agrostio fouilladei-Arrhenatheretum bulbosi*, presente em quase toda a área do PNPG, dominada por *Arrhenatherum elatius* subsp. *bulbosum*, *Dactylis glomerata*, *Holcus lanatus*, *Anthoxanthum odoratum*, *Agrostis x fouilladei*, e *Centaurea nigra* subsp. *rivularis*.

- A **"**comunidade de *Arrhenatherum elatius* subsp. *bulbosum* e *Agrostis capillaris***"** nas zonas de menor altitude do Parque.

Os prados sujeitos a fenação e pastoreio frequentes, que se concentram no planalto da Mourela e vale de Tourém, são dominados por *Cynosurus cristatus*, *Holcus lanatus*, *Anthoxanthum odoratum*, *Hypochoeris radicata*, *Trifolium repens*, *Centaurea rivularis* e *Chamaemelum nobile*. Devido ao intenso regime de exploração a que são submetidos, possuem menor diversidade florística global e maior abundância de elementos nitrófilos (*Chamaemelum nobile, Ranunculus repens, Trifolium repens*) do que os prados da *Agrostio-Arrhenatheretum bulbosi* (HONRADO, 2003). Ainda assim, como estes prados no PNPG não estão sujeitos a um pastoreio intensivo, apresentam uma elevada biodiversidade, podendo se encontrar espécies importantes para a conservação como o narciso-de-trombeta *Narcissus pseudonarcissus* subsp. *nobilis*, orquídeas-bravas *Serapias lingua*, varinhas-de-S. José *Paradisea lusitanica* e arnica *Arnica montana* subsp. *atlantica*.

Figura 22 - Narciso-de-trombeta *Narcissus pseudonarcissus subsp. Nobilis*. **Foto: Duarte Silva.**

Quando os prados ou parte deles são mais húmidos, dominam os juncos (*Juncus* sp. pl.) em vez das gramíneas. No caso de o encharcamento ser moderado, domina *J. effusus* e *Deschampsia gallaecica* (*Deschampsio gallaecicae-Juncetum effusi*). No caso de o encharcamento ser acentuado, domina *Juncus acutiflorus* (*Peucedano lancifolii-Juncetum acutiflori*) (HONRADO, 2003). Os prados-juncais enquadram-se no habitat 6410 – Pradarias com *Molinia* em solos calcários, turfosos e argilo-limosos, mais concretamente, no subtipo 6410pt2 – Juncais acidófilos de *J. acutiflorus, J. conglomeratus* e/ou *Juncus effusus* (ALFA, 2006).

Nos solos húmidos localizados na proximidade de muros, paredes e linhas de água ou lameiros abandonados, encontram-se outras espécies: trevo-cervino *Eupatorium canabinum*, erva-de-São-Roberto *Geranium robertianum*, mentrasto *Mentha suaveolens* e *Chaerophyllum temulum*. Esta vegetação enquadra-se no habitat 6430 – Comunidades de ervas altas higrófilas das orlas basais e dos pisos montano a alpino, mais concretamente, no subtipo 6430pt1 – Vegetação megafórbica meso-higrófila escionitrófila (*Galio aparines-Alliarietalia petiolatae* p.p.max.) (ALFA, 2006).

Nas orlas dos lameiros, a maior parte das folhosas pode ser enquadrada no habitat 9230 – Carvalhais galaico-portugueses de *Quercus robur* e *Quercus pyrenaica* (ALFA, 2006).

Com os carvalhais, também aparecem as comunidades comofíticas esciófilas e as comunidades epifíticas que estão inseridas no habitat 8220pt3 – Biótopos de comunidades comofíticas esciófilas ou de comunidades epifíticas (classe *Anomodonto-Polypodietalia*) (ALFA, 2006).

Vegetação aquática e ripícola não arbórea

A vegetação não arbórea das linhas de água do PNPG compreende as seguintes comunidades:

a) A vegetação anfíbia pioneira dominada por terófitas (*Isoeto-Nanojuncetea*), frequente em margens de cursos de água, albufeiras e charcos temporários.
b) As comunidades anfíbias vivazes da classe *Isoeto-Littorelletea*, típicas de charcos mais ou menos permanentes e remansos de pequenos cursos de água.
c) As formações de helófitas (classe *Phragmito-Magnocaricetea*), frequentes em margens e leitos pedregosos ou arenosos de cursos de água e em canais e levadas.
d) A vegetação fontinal, muito rica em briófitas, da classe *Montio-Cardaminetea*, que apresenta uma considerável diversidade fitocenótica no território.

A vegetação anfíbia terofitica é dominada por *Bryum alpinum, Illecebrum verticillatum, Molineriella laevis, Juncus capitatus* e *Holcus gayanus*. Estão identificadas comunidades brio-graminóides da *Holco gayani-Bryetum alpini* e as formações de solos arenosos sazonalmente encharcados da *Periballio laevis-Illecebretum verticillati* de fenologia primaveril e primo-estival e as comunidades de territórios montanos da *Gnaphalio uliginosi-Spergularietum capillaceae* e as formações das áreas mesomediterrânicas da "comunidade de *Illecebrum verticillatum* e *Cyperus flavescens*" de ótimo tardi-estival a outonal (HONRADO, 2003).

As comunidades anfíbias vivazes estão enquadradas no habitat 3130 – Águas paradas, oligotróficas a mesotróficas, com vegetação da *Littorelletea uniflorae* e/ou da *Isoeto-Nanojuncetea*, mais concretamente no subtipo 3130pt2 – Águas oligotróficas paradas com vegetação de *Hyperico elodis-Sparganion* e no habitat 3260 – Cursos de água dos pisos basal a montano com vegetação da *Ranunculion fluitantis* e da *Callitricho-Batrachion* (ALFA, 2006). No PNPG, esta vegetação encontra-se dividida em dois tipos de fitocenoses (HONRADO, 2003):

- Comunidades de batráquidas (*Ranunculus ololeucos* ou *R. omiophyllus*) que colonizam os biótopos mais profundos em canais, charcos e represas (*Fontinalo antipyreticae-Ranunculetum ololeuci* e CB *Ranunculus omiophyllus*).
- Comunidades dominadas por *Potamogeton polygonifolius* com a presença habitual de *Juncus bulbosus*, *Baldellia alpestris*, *Hypericum elodes* e *Ranunculus omyophyllus* que colonizam canais com águas lentas e pouco profundas (*Hyperico elodis-Potametum oblongi*).

Segundo HONRADO (2003), as formações de helófitas podem ser divididas em:

- Comunidades dominadas por umbelíferas como *Apium nodiflorum* e *Oenanthe crocata* e por gramíneas decumbentes como *Glyceria declinata* (*Glycerio declinatae-Apietum nodiflori* – em canais com águas enriquecidas em nitratos e *Glycerio declinatae-Oenanthetum crocatae* – em margens e leitos arenosos de cursos de água com carácter permanente).
- Comunidades de cárices cespitosos dominados por *Carex elata* subsp. *reuteriana*, *Galium*

broterianum e *Viola palustris*, que colonizam as margens e moitas pedregosas de cursos de água de pequena e média dimensão (*Galio broteriani-Caricetum broterianae*).

Segundo HONRADO (2003), a vegetação fontinal pode ser dividida em:

- Fitocenoses de águas correntes, oligotróficas e bem oxigenadas em ambientes nemorais e peri-nemorais, absolutamente dominadas por *Chrysosplenium oppositifolium*, e em que são também frequentes *Cardamine flexuosa*, *Epilobium obscurum* e *Stellaria alsine* e pelo menos duas dezenas de espécies de briófitas (*Cardamino flexuosae-Chrysosplenietum oppositifolii*).
- Comunidades heliófilas colonizadoras de charcos pouco profundos dominadas por *Ranunculus omiophyllus* e *Montia amporitana* (*Ranunculetum omiophylli*).
- Formações heliófilas colonizadoras de canais com águas oligotróficas lentas e pouco profundas dominadas por *Montia amporitana* e *Stellaria alsine* (CB *Montia amporitana, Stellaria alsine - [Montio-Cardaminetalia*]).
- Fitocenoses de apetências rupícolas, colonizadoras de taludes rochosos ressumantes com águas oligotróficas dominadas por *Saxifraga lepismigena* e com uma grande abundância e diversidade de briófitas, sendo particularmente relevantes as características *Scapania undulata* e *Marsupella emarginata* (*Caricion remotae: Saxifragetum lepismigenae*).
- Fitocenoses colonizadoras de bases de taludes rochosos ou de muros graníticos sombrios, salpicados por águas ligeiramente nitrificadas, dominadas por *Sibthorpia europaea*, *Sagina procumbens*, *Epilobium obscurum* e *Wahlenbergia hederacea* (*Sagino procumbentis-Sibthorpietum europaeae*).

Complexos higroturfosos

Os complexos higroturfosos encontram-se pontualmente pela zona montana do Parque, ocupando 336ha. Estes complexos geralmente correspondem a turfeiras com um mosaico muito diverso de vegetação higrófila e hidrófila.

No centro dos sistemas higroturfosos, geralmente, existem lagoas mais ou menos profundas e permanentes com comunidades graminóides anfíbias dominadas por *Antinoria agrostidea* subsp. *natans*, *Glyceria declinata*, *Juncus bulbosus*, *Callitriche stagnalis* e *Eleocharis multicaulis* (*Glycerio-Antinorietum natantis*). Estas comunidades dispõem-se frequentemente em mosaico com as comunidades dominadas por *Ranunculus ololeucos* (*Fontinalo antipyreticae-Ranunculetum ololeuci*). Nos canais com águas lentas e pouco profundas dos sistemas higroturfosos existe, ainda, uma comunidade dominada por pequenas hidrófitas e helófitas, nomeadamente *Potamogeton*

polygonifolius, *Juncus bulbosus*, *Baldellia alpestris* e *Hypericum elodes* (*Hyperico elodis-Potametum oblongi*). Esta vegetação enquadra-se no habitat 3130 – Águas paradas, oligotróficas a mesotróficas, com vegetação da *Littorelletea uniflorae* e/ou da *Isoeto-Nanojuncetea*, mais concretamente no subtipo 3130pt2 – Águas oligotróficas paradas com vegetação de *Hyperico elodis-Sparganion* (ALFA, 2006).

Na zona imediatamente adjacente à lagoa ou em zonas com escorrência permanente de água, encontram-se comunidades pioneiras dominadas por *Rhynchospora alba*, *Narthecium ossifragum*, *Eleocharis multicaulis* e/ou *Lycopodiella inundata* (*Eleocharito multicaulis-Rhynchosporetum albae*). Esta vegetação enquadra-se no 7150 – Depressões em substratos turfosos da *Rhynchosporion* (ALFA, 2006). Ainda existem dois tipos particulares de vegetação, com afinidades sintaxonómicas ainda incertas, dominados por *Lycopodiella inundata* ou por *Menyanthes trifoliata*.

Quando existe alguma acumulação de matéria orgânica ocorre a associação *Arnicetum atlanticae* dominada por *Arnica montana* subsp. *atlantica*, diversas ciperáceas (principalmente *Carex panicea*), *Eriophorum angustifolium* e esfagnos. A cobertura de musgos do género *Sphagnum* pode ser quase contínua. Aparentemente, estas formações são perpetuadas no seio dos sistemas higroturfosos pelo pastoreio. Nos solos minerais permanentemente encharcados situados nas margens de cursos de água e em pequenos canais com água corrente no seio da *Arnicetum atlanticae* ocorre a associação *Anagallido-Juncetum bulbosi*. Esta associação apresenta uma cobertura total de esfagnos menor do que na *Arnicetum atlanticae*, sendo *Sphagnum auriculatum* f. *auriculatum* o taxa mais frequente. As espécies vasculares mais abundantes são *Juncus bulbosus*, *Anagallis tenella* e *Waglenbergia hederacea*. Além destas associações, também existe uma comunidade dominada por *Pinguicula lusitanica*. As associações enquadram-se no habitat 7140 – Turfeiras de transição e turfeiras ondulantes, mais concretamente, no subtipo 7140pt2 – Turfeiras atlânticas (montanhas do Noroeste) (ALFA, 2006).

A evolução das turfeiras a partir da vegetação turfófila pioneira descrita anteriormente conduz à instalação de urzais turfófilos dominados por *Erica tetralix* e *Calluna vulgaris*, instalados sobre mouchões ou tapetes muscinais (*Sphagnum* sp. pl. e *Aulacomnium palustre*). Estão descritas no PNPG uma associação (*Erico tetralicis-Trichophoretum germanici*) e duas comunidades (comunidade de *Erica tetralix* e *Sphagnum capillifolium* var. *tenellum*" e comunidade de *Erica tetralix* e *Sphagnum compactum*"). Esta vegetação corresponde ao 4010 – Charnecas húmidas atlânticas setentrionais de *Erica tetralix* (ALFA, 2006).

Figura 23 - *Lycopodiella inundata* (à esquerda); Bola-de-algodão *Eriophorum angustifolium* (à direita). Fotos: Duarte Silva.

Na periferia dos urzais turfófilos, em zonas menos encharcadas e sem acumulação de turfa, instalam-se urzais-tojais higrófilos enquadrados no habitat prioritário 4020 – Charnecas húmidas atlânticas temperadas de *Erica ciliaris* e *Erica tetralix* e, mais concretamente, no subtipo 4020pt1 – Urzais-tojais orófilos. Estes distinguem-se dos urzais turfófilos pela presença de *Ulex minor* e ausência (ou pequena abundância) de esfagnos (*Sphagnum* sp. pl.) (ALFA, 2006). Segundo HONRADO (2003), no PNPG existem quatro tipos de matos higrófilos:

- Matos montanos acentuadamente higrófilos, em orlas de complexos higroturfosos montanos, dominados pela urze-dos-brejos *Erica tetralix* e tojo-molar *Ulex minor*, com a presença habitual de *Calluna vulgaris*, *Agrostis hesperica* e *Carex binervis* (*Agrostio hespericae-Ulicetum minoris*).
- Matos montanos moderadamente higrófilos de tojo-molar ("comunidade de *Ulex minor* e *Cirsium filipendulum*") que ocorrem habitualmente associados aos urzais-tojais higrófilos descritos no parágrafo anterior, ocupando solos menos húmidos do que as formações de urze-dos-brejos. Além de *Ulex minor* são também abundantes *Halimium lasiantum* subsp. *alyssoides*, *Cirsium filipendulum*, *Agrostis x fouilladei* e *Galium vivianum*.
- Matos higrófilos montanos submetidos a fogos frequentes, dominados por *Calluna vulgaris* com a presença habitual de *Potentilla erecta* e *Agrostis hesperica* e com um tapete contínuo de briófitas em que predominam os géneros *Polytrichum* (*P. commune*) e *Sphagnum* ("comunidade de *Calluna vulgaris* e *Polytrichum commune*").
- Matos higrófilos não orofilos que ocorrem a uma menor altitude que os outros tipos, com a típica combinação florística: *Erica ciliaris*, *Ulex minor*, *Carex binervis*, *Cirsium filipendulum*, *Potentilla erecta* e ainda *Erica tetralix* a altitudes não muito baixas (*Cirsio filipenduli-Ericetum ciliaris*).

Os cervunais acentuadamente higrófilos encontram-se em mosaico com os urzais-tojais higrófilos, constituindo a mais exterior das cinturas de vegetação que colonizam os solos compensados

associados aos sistemas higroturfosos. Os cervunais são prados, habitualmente pastados, que resultam da destruição de urzais-tojais higrófilos pelo fogo e sobrepastoreio. Os cervunais são dominados pelo cervum *Nardus stricta*, com a presença habitual de *Agrostis hesperica*, *Carex binervis*, *Festuca nigrescens* subsp. *microphylla*, *Juncus squarrosus*, *Potentilla erecta* e *Arnica montana* subsp. *atlantica* (*Agrostio hespericae-Nardetum strictae*). Estes cervunais correspondem ao habitat prioritário 6230 – Formações herbáceas de Nardus, ricas em espécies, em substratos siliciosos das zonas montanas (e das zonas submontanas da Europa continental) (ALFA, 2006).

8.2. FAUNA

Pela associação de uma notável riqueza florística com uma fisiografia singular para Portugal, existe no Parque Nacional da Peneda-Gerês um conjunto de habitats naturais que suportam uma diversificada comunidade faunística. As condições climatéricas desta área protegida, caracterizadas por regimes pluviométricos elevados e amplitudes térmicas moderadas, proporcionam um grande crescimento da vegetação e permitem a manutenção de variados habitats com uma grande diversidade de espécies animais.

Até ao momento foram recenseadas 235 espécies de vertebrados autóctones, o que é bem representativo da diversidade faunística, merecedora de destaque a nível nacional e internacional. Do total, 204 são protegidas ao nível nacional e internacional por convenções (Convenção de Berna e Convenção de Bona), diretivas (Diretiva Aves e Diretiva Habitats) e legislação específica. Setenta e uma pertencem à lista de espécies ameaçadas do Livro Vermelho de Vertebrados de Portugal. Dos invertebrados, foram catalogadas 1196 espécies pertencentes a 9 grupos.

O ICNF, I.P. tem promovido a realização de trabalhos que visam, nomeadamente, o conhecimento da distribuição de alguns grupos de vertebrados, nomeadamente aves, répteis e anfíbios. Mantém-se, no entanto, alguma carência de informação nos mamíferos e nos peixes. As observações destas espécies encontram-se registadas numa base de dados existente no PNPG. Promoveu também o inventário e distribuição de alguns grupos de invertebrados, nomeadamente insetos da ordem Coleoptera, Lepidoptera, Hemiptera, Hymenoptera, Orthoptera e Dermaptera, Moluscos e Aracnídeos. As observações destas espécies encontram-se também registadas numa base de dados existente no PNPG.

8.2.1. ANIMAIS VERTEBRADOS

- ***Mamíferos***

No que toca aos mamíferos e na comunidade de carnívoros podem destacar-se a ocorrência do lobo (*Canis lupus*), da marta (*Martes martes*), do arminho (*Mustela erminea*) e do gato-bravo (*Felis silvestris*) e da lontra (*Lutra lutra*), espécie esta estreitamente ligada aos habitats aquáticos.

O lobo, espécie com estatuto de ameaça "EM PERIGO", tem no território do PNPG a sua maior densidade da Península Ibérica, tendo nos últimos anos, os seus parâmetros populacionais se mantido estáveis.

A marta é uma espécie marcadamente florestal, que tem no PNPG uma das poucas áreas conhecidas de ocorrência em Portugal, encontrando-se no limite sul da sua área de distribuição. Também o arminho tem nesta área protegida uma das suas áreas de ocorrência conhecidas. Esta espécie é característica do Norte da Europa, encontrando-se o PNPG no limite sul da sua área de distribuição. Ambas as espécies têm o estatuto de conservação "INFORMAÇÃO INSUFICIENTE".

O gato-bravo, com estatuto de "VULNERÁVEL" é mais característico dos habitats mediterrânicos, mas ocorre igualmente no PNPG, fruto da sua localização geográfica, como zona de transição entre várias influências climáticas.

Espécie emblema do PNPG, o corço (*Capreolus capreolus*) encontra-se aqui bem representado, tendo havido um incremento notório das suas populações nos últimos anos, acompanhando a tendência populacional do norte do país.

Espécie extinta em Portugal desde 1890 e reintroduzida 109 anos depois em Espanha, junto à fronteira com Portugal, no Parque Natural Baixa Limia-Serra do Xurés, a cabra-montesa (*Capra pyrenaica*) é a espécie mais emblemática que ocorre no PNPG. A sua população tem vindo a ser monitorizada, sendo possível observar, ao longo dos anos, um incremento importante no número de indivíduos e na área ocupada, à medida que vai colonizando o habitat disponível. Apesar disso, continua a ser uma espécie com estatuto de "CRITICAMENTE EM PERIGO" segundo o Livro Vermelho dos Vertebrados de Portugal.

Dos pequenos mamíferos, podem destacar-se a toupeira-de-água (*Galemys pirenaicus*), o musaranho-de-água (*Neomys anomalus*), ambas espécies com hábitos semi-aquáticos, e o musaranho-de-dentes-vermelhos (*Sorex granarius*), espécie endémica da Península Ibérica com estatuto de "INFORMAÇÃO INSUFICIENTE".

A comunidade de morcegos presente no PNPG revela características principalmente atlânticas, embora com elementos sub-mediterrânicos, como *Rhinolophus euryale*. Conhecem-se 15 espécies de morcegos, 11 das quais com estatuto de ameaça. Destaca-se o morcego-de-ferradura-mediterrânico (*Rhinolophus euryale*) classificado como "CRITICAMENTE EM PERIGO" e o morcego-de-ferradura-grande (*Rhinolophus ferrumequinum*), o morcego-de-ferradura-pequeno (*Rhinolophus hipposideros*) e o morcego-rato-grande (*Myotis myotis*), cujo estatuto é "VULNERÁVEL". De mencionar ainda a ocorrência do morcego-negro (*Barbastella barbastellus*) e do morcego-arborícola-pequeno (*Nyctalus leisleri)*, espécies

características de habitats florestais de folhosas bem desenvolvidas, o que atesta a importância da conservação das já raras manchas de floresta natural madura em Portugal.

- ***Aves***

Relativamente à avifauna, encontram-se recenseadas 173 espécies residentes, estivais e invernantes e ocasionais, sendo de destacar a importância ornitológica do planalto da Mourela. A diversidade de espécies presente na Mourela varia consideravelmente ao longo do ano e de habitat para habitat, sendo de 36 o número de espécies aqui recenseadas e que constam do Livro Vermelho dos Vertebrados de Portugal.

Deste grupo, destacam-se as seguintes pela reduzida distribuição em Portugal*: Circus cyaneus, Pernis apivorus, Gallinago gallinago*, *Lanius collurio*, *Emberiza citrinella*, *Sylvia borin* e *Saxicola rubetra.*

Para a espécie *Saxicola rubetra*, a Mourela representa o único local de nidificação conhecido em Portugal, enquanto as espécies *Lanius collurio* e *Emberiza citrinella* podem ser encontradas a nidificar igualmente no planalto de Castro de Laboreiro.

Merecem ainda uma referência especial, pela distribuição na totalidade do território do Parque Nacional, as espécies *Turdus philomelos*, encontrada a nidificar em Portugal pela primeira vez em 1991, *Pyrrhula pyrrhula*, *Anthus trivialis*, *Pyrrhocorax pyrrhocorax* e *Falco peregrinus*.

- ***Répteis***

Das 28 espécies de répteis existentes em Portugal, ocorrem, no PNPG, 19 espécies, destacando-se, pelo seu estatuto de conservação, o cágado-de-carapaça-estriada (*Emys orbicularis*) e a víbora-de-seoane, ambas com estatuto "EM PERIGO" e a cobra-lisa-europeia (*Coronella austriaca*) e a víbora-cornuda (*Vipera latastei*) com estatuto "VULNERÁVEL". De mencionar ainda o lagarto-de-água (*Lacerta schreiberi*) e a víbora-de-seoane *(Vipera seoanei*) que é um endemismo do Norte da Península Ibérica, muito rara no nosso país, cuja distribuição em Portugal se restringe a zonas do PNPG (Castro Laboreiro, Soajo e Tourém) e a outras zonas junto a Paredes de Coura, Montalegre e Serra do Larouco.

- ***Anfíbios***

Das 17 espécies de anfíbios existentes em Portugal, ocorrem no PNPG 13 espécies. Destas, destacam-se, pelo seu estatuto de conservação, a salamandra-lusitânica (*Chioglossa lusitanica*) e o tritão-palmado (*Lissotriton helveticus*) ambos com estatuto "VULNERÁVEL" e a rã-de-focinho-pontiagudo (*Discoglossus galganoi*) com estatuto "QUASE AMEAÇADO".

- ***Peixes***

Os cursos de água de montanha, muitas vezes referenciados como rios truteiros, pelas suas características propícias à truta-do-rio (*Salmo truta*), são ecossistemas da maior importância. No PNPG ocorrem 6 espécies de peixes autóctones, podendo ainda ser encontradas, especialmente nas albufeiras, pelo menos 5 espécies de peixes introduzidas. Podem destacar-se a panjorca (*Achondrostoma arcasii*) e a enguia-europeia (*Anguilla*) pelo seu estatuto de conservação "EM PERIGO".

Enumeram-se ainda algumas espécies bem representativas da nossa fauna que encontram nos habitats aquáticos o seu biótopo preferencial:

- a toupeira-de-água (*Galemys pyrenaicus*), mamífero com hábitos semi-aquáticos, cuja sua distribuição se restringe às regiões do Norte da Península Ibérica e aos Pirinéus Franceses;

- a lontra (*Lutra lutra*), carnívoro bem adaptado aos sistemas dulciaquícolas e em declínio populacional na Europa; encontra na área do Parque Nacional condições propícias à sua existência, nomeadamente cursos de água onde a disponibilidade alimentar é suficiente e a presença de vegetação das margens permite condições de abrigo.

- o lagarto-de-água (*Lacerta schreiberi*), espécie endémica da região ocidental da Península Ibérica, habita nas regiões montanhosas e nas suas orlas, junto de cursos de água com cobertura vegetal;

- a rã-Ibérica (*Rana iberica*), endémica da região noroeste da Península Ibérica, em Portugal é sobretudo uma espécie de regiões montanhosas, embora se encontre em zonas periféricas mais baixas.

Figura 24 - Rã-Ibérica *Rana iberica*. **Foto: Ecocensus.**

8.2.2. ANIMAIS INVERTEBRADOS

Dos invertebrados, foram catalogadas 1196 espécies pertencentes a 9 grupos. Destacam-se, pela sua importância em termos de conservação, 2 espécies de borboletas (*Euphydryas aurinia* e *Callimorpha quadripunctata*), 2 escaravelhos (*Lucanus cervus* e *Cerambyx cerdo*) e um gastrópode (*Geomalacus maculosus*), espécies estas protegidas pela Diretiva Habitats.

Figura 25 - Vaca-loura *Lucanus cervus*. Foto: Guilherme Castro.

9. CARATERIZAÇÃO DA PAISAGEM

9.1. UNIDADES DE PAISAGEM

Foram identificadas no Parque Nacional da Peneda-Gerês 10 unidades de paisagem, resultado de uma abordagem metodológica assente no inventário e na recolha de informação sobre a situação presente e evolução histórica, conferindo-lhes um conjunto de atributos particulares que permitem a sua individualização, a partir de critérios de homogeneidade relativa. Analisaram-se as características mais marcantes do território e estudaram-se as dinâmicas presentes, seguindo uma visão holística que integra os fatores de ordem biofísica e socioeconómica, mas também a expressão dos aspetos visuais e culturais[1].

Na sua identificação foram tidas em conta as seguintes variáveis/componentes:

Variáveis	Componentes
Geologia	○ Geologia

[1] A metodologia e a proposta de unidades de paisagem para o território do PNPG foram extraídas do estudo "Avaliação do caráter da paisagem como contributo para o ordenamento e gestão do Parque Nacional da Peneda-Gerês", desenvolvido para o ICNF pela Arquiteta Paisagista Mª Gabriela Dias, no âmbito de uma tese de mestrado orientada pela Professora Doutora Mª Teresa de Mello Breyner Andresen.

	○ Geomorfologia ○ Locais de interesse geológico
Fisiografia	○ Hipsometria ○ Declives e exposições solares ○ Linhas de festo principais e secundárias
Hidrografia	○ Bacias hidrográficas ○ Linhas de água e planos de água
Património biológico	○ Habitats ○ Zonas com estatuto de proteção ○ Coberto vegetal
Usos do solo	○ Usos do solo ○ Correspondências entre lugares ○ Altitudes de lugares ○ Rede viária
Património construído	○ Património arqueológico ○ Património arquitetónico

As unidades de Paisagem identificadas no território do Parque Nacional são as seguintes:

- UP 1 - Castro Laboreiro;
- UP 2 – Lamas de Mouro;
- UP 3 – Ribeiros;
- UP 4 – Gavieira;
- UP 5 – Ramiscal;
- UP 6 – Soajo;
- UP 7 – Serra Amarela Norte;
- UP 8 – Campo do Gerês-Gerês;
- UP 9 – Serra do Gerês e faldas sul
- UP 10 – Planalto da Mourela.

Note-se que quando os nomes das unidades da paisagem correspondem a localidades/freguesias[2] ou espaços geográficos (por exemplo, planalto da Mourela) tal não significa que os limites da Unidade da Paisagem se restrinjam aos limites administrativos ou geográficos mais ou menos identificáveis. A designação escolhida visa apenas personalizar a identificação das unidades, escolhendo para isso a referência mais marcante no contexto dessa Unidade.

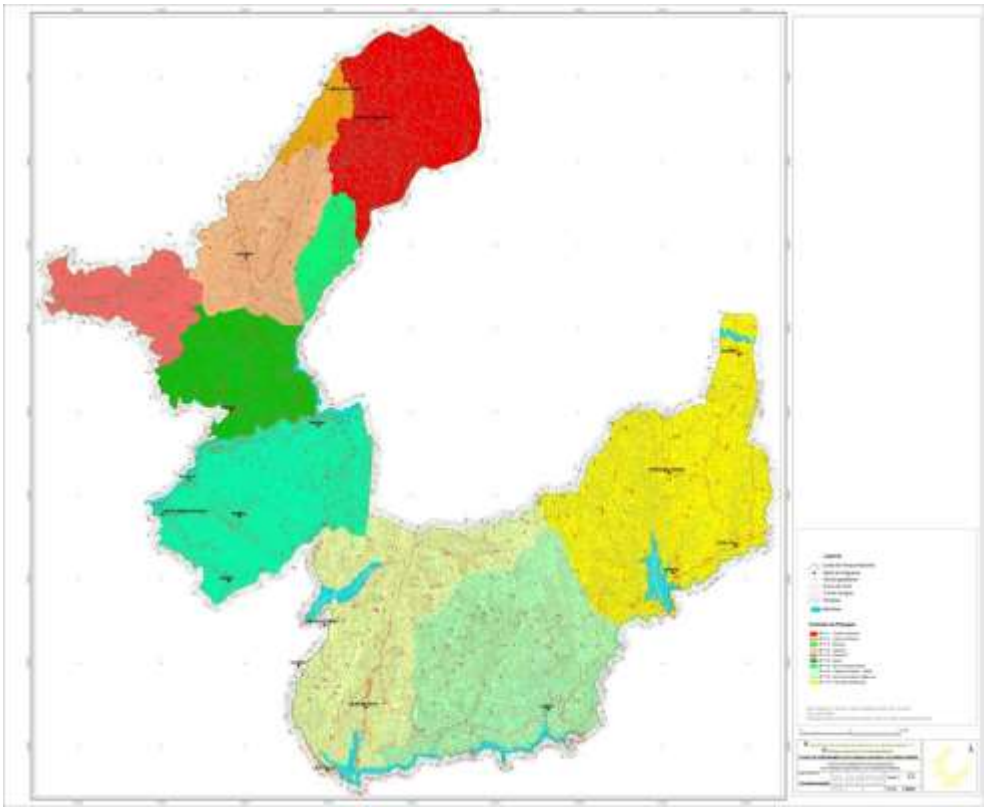


Figura 26 - Carta das Unidades da Paisagem (produzida à escala de base 1/25000). Fonte: SIG/PNPG.

O quadro a seguir descreve os limites das unidades de paisagem identificadas, respetiva área e percentagem relativamente à totalidade da área do PNPG.

Tabela 3 - Descrição dos limites das Unidades de Paisagem identificadas

ID	Descrição	Área (ha)	% do total do PNPG
UP1	**Castro Laboreiro**	7196	10,3%

[2] Manteve-se a designação das freguesias à data de realização do estudo de caracterização da paisagem (2002)

ID	Descrição	Área (ha)	% do total do PNPG
	Freguesia de Castro Laboreiro, concelho de Melgaço Fronteira com Espanha (coincidente com os limites do Parque Nacional), segue pelo festo que liga Porto dos Cavaleiros a Chã da Matança e, posteriormente, por uma linha de cumeada secundária com direção ao rio Castro Laboreiro até ao ponto de origem.		
UP2	**Lamas de Mouro** Freguesia de Lamas de Mouro, concelho de Melgaço Festo que une Porto dos Cavaleiros a Portela do Lagarto e seguindo até Outeiro Alvo; deste ponto segue-se o limite administrativo até à EN 202-3 (coincidente com o limite do Parque Nacional) e depois até ao ponto de origem.	1048	1,5%
UP3	**Ribeiros** Freguesia de Castro Laboreiro, concelho de Melgaço Rio Castro Laboreiro pela linha de festo que divide o território de Mareco até perto das Cruzes segue o limite administrativo do concelho de Melgaço, passando pela Água Santa até ao rio Castro Laboreiro e deste ponto até ao local de origem pela fronteira.	1563	2,2%
UP4	**Gavieira** Freguesia de Gavieira, concelho de Arcos de Valdevez Portela do Lagarto com direção (pelo limite do concelho) até ao limite exterior do Parque Nacional, seguindo em Cabeça da Laje (Lamas do Vez) o festo de separação das águas dos rios Peneda e Adrão com direção à portela de Tibo e daí até à Mistura das Águas; sobe até sensivelmente Cruzes, passando por Águas Santas pelo limite do Concelho de Arcos de Valdevez; deste ponto pelo festo com direção até à portela do Lagarto.	5533	7,9%
UP5	**Ramiscal** Freguesia de Cabreiro, concelho de Arcos de Valdevez Desde Cabeça da Laje (Lamas do Vez) pelo limite administrativo do Parque Nacional, até ao entroncamento da estrada que segue para Bouças Donas, seguindo para Guidão, passando por Pedrada e daí até ao ponto de origem sempre pela linha de festo.	3364	4,8%
UP6	**Soajo** Freguesia de Soajo, concelho de Arcos de Valdevez Desde Mistura das Águas, pelo rio Castro Laboreiro até à confluência com o rio Lima; segue-se pelo limite do Parque Nacional até ao entroncamento da via que segue para Bouças Donas; daí pelo festo que liga Guidão a Pedrada, depois Outeiro Maior, descendo deste novamente por um festo até à portela de Tibo e até ao ponto de origem.	4984	7,2%
UP7	**Serra Amarela Norte** Freguesias de Lindoso, Britelo, Entre-Ambos-os-Rios, Ermida e Germil, concelho de Ponte da Barca Pelo limite do Parque Nacional na albufeira de Touvedo, prosseguindo pelo rio Lima, limite de fronteira na albufeira do Lindoso e Serra Amarela, pelo festo principal até ao limite do Parque Nacional e novamente por este até ao ponto de origem.	9394	13,5%
UP8	**Campo do Gerês-Gerês** Freguesia de Campo do Gerês, Rio Caldo e Vilar da Veiga, concelho de Terras de Bouro Ponte em Rio Caldo sobre a albufeira da Caniçada, pelo limite do Parque Nacional ao longo das EN304 e 307, albufeira de Vilarinho das Furnas, rio de Furnas até ao	1 1284	16,2%

ID	Descrição	Área (ha)	% do total do PNPG
	festo principal da serra Amarela; prossegue-se até à linha de fronteira até as Gargantas das Negras, onde se inflete para sul, rodeando as Minas dos Carris, e seguindo ao limite do distrito e de freguesia até aos Cocões do Coucelinho; deste ponto pela linha de festo que separa o vale do Homem dos afluentes que correm para sul até aos Prados da Messe, Curral da Serra, Lomba do Pau, Freza, depois pelo talvegue até à fonte do Arado, novamente para sul primeiro pelo caminho rural e depois pela estrada municipal; prossegue-se pela estrada referida até ao festo que limita o vale do Gerês a nascente, acompanhando este até à albufeira da Caniçada e pelo limite do Parque Nacional até ao ponto de origem.		
UP9	**Serra do Gerês e faldas UP2 a sul** Freguesias de Vilar da Veiga e de Campo do Gerês, concelho de Terras de Bouro e freguesia de Cabril, concelho de Montalegre Barragem de Salamonde pelo limite do Parque Nacional para nascente até ao encontro da ribeira de Cavadas com o rio Cávado, pelo limite administrativo de freguesia até sul do maciço da Garganta das Negras; daqui coincidente com o limite da UP8 até à albufeira da Caniçada, seguindo depois pelo limite do Parque Nacional para poente até ao ponto de origem.	1 1957	17,2%
UP10	**Planalto da Mourela** Freguesias de Outeiro, Paradela, Covelães, Pitões das Júnias e Tourém, concelho de Montalegre Começando no maciço da Garganta das Negras pela linha de fronteira até ao Cabeço da Pala, onde inflete para sul pelo limite do Parque, prosseguindo pelo mesmo até ao encontro da ribeira de Cavadas com o rio Cávado; daqui coincidente com o limite da UP9 até ao ponto de origem.	13338	19,2%

○ Unidade de Paisagem 1 - Castro Laboreiro

Grande diversidade de situações fisiográficas: planalto, vale e zona intermédia que asseguram formas de apropriação distintas. Daqui salientam-se as fortes diferenças altimétricas (ponto mais alto Giestoso com 1336 m e o mais baixo cerca de 550 m junto ao rio Castro Laboreiro) e as consequentes variações microclimáticas, facto que permite a ocorrência de um sistema de povoamento peculiar, único no contexto do Parque Nacional, baseado na exploração de duas unidades espaciais – brandas e inverneiras. As brandas situam-se nas faldas do planalto entre 1050-1170 m, as inverneiras entre 720-1000 m (a diferença de altitude entre brandas e inverneiras pode atingir os 370 m). Porém, para além do fator climático, também a disponibilidade de superfície destinada à agropecuária determina as formas de ocupação humana.

As condicionantes altimétricas referidas tornam-se determinantes apenas nos núcleos edificados que se encontram a níveis mais elevados, não sucedendo o mesmo nas áreas que podem beneficiar em simultâneo de condições de clima mais moderado (entre 1030-950 m) e de suficiente área destinada à atividade agro-silvo-pastoril, facto que origina a ocorrência de lugares de habitação permanente.

Outro aspeto que pode também explicar a maior concentração e dimensão dos núcleos edificados e respetiva área de exploração na área de transição entre planalto e vale das inverneiras é referente às características litológicas presentes, já que tanto as brandas como os lugares de habitação permanente se localizam estrategicamente em zonas onde ocorrem rochas graníticas mais antigas (mais alteradas), enquanto as inverneiras se situam numa mancha de litologia diferente.

A diversidade fisiográfica é, em grande medida, a responsável pelas diferentes formas de compartimentação das áreas agrícolas, pela dimensão e distribuição dos povoados. Estas duas facetas, em conjunto e de forma significativa, definem a especificidade do padrão da paisagem nesta unidade. Se o esquema de povoamento baseado em brandas-inverneiras tem relevo no Parque Nacional, é aqui, pela sua dimensão e complexidade, que aquele ganha o destaque merecido. Sublinha-se também o papel estruturante que assume o rio Castro Laboreiro, quer na distribuição dos núcleos edificados, quer na subdivisão entre povoados da margem direita (brandas do Além) e da margem esquerda (brandas do Pedroso). Praticamente todos os lugares que se situam na margem esquerda apenas mantêm correspondências (com raras exceções) com lugares situados na mesma margem e o mesmo se passa para a margem direita. A branda – sempre branda de cultivo – assume-se como polo fundamental do povoamento, sendo o local de residência na maior parte do ano, e por isso de maiores dimensões, quer ao nível do espaço edificado, quer no que se refere à própria extensão dos campos de cultivo e restantes áreas de apoio às atividades agrícolas – matos e pastagens.

No que se refere aos usos do solo é de salientar um predomínio das áreas com uso silvo-pastoril, onde se verifica uma grande homogeneidade no coberto vegetal. Em termos de extensão de área, sobressaem também as zonas onde praticamente não existe coberto vegetal, fator que se evidencia sobretudo no vale das inverneiras. Onde afloram os granitos é possível observar valores interessantes do ponto de vista geomorfológico, principalmente no vale das inverneiras (micromodelados).

No espaço agrícola, destaca-se o padrão reticulado dos campos destinados aos cereais de sequeiro ou lameiros. Imediatamente no seguimento destes, na zona das brandas, os giestais particularizam-se pelo insólito, devido ao facto das giestas serem conduzidas em forma de pequena árvore. Na zona das inverneiras, são os bosques de carvalho que se destacam, tanto em termos visuais como biológicos. De notar o predomínio das espécies folhosas nas áreas florestais, sendo, mais uma vez, no vale das inverneiras que este aspeto se destaca, pois a restante área apresenta-se bastante monótona devido aos matos, só pontualmente intercalados com as áreas de floresta.

A imponência da fraga onde se situa o castelo de Castro Laboreiro simboliza um percurso histórico que denuncia uma sucessão de intervenções em várias épocas (pré-romana, altimedieval). Representa um dos símbolos mais fortes desta unidade, sendo um elemento de referência visual que vinca também a localização da sede de freguesia, que é avistado de muitos outros lugares que lhe pertencem. Existem, porém, outros testemunhos que permitem uma leitura da evolução desta paisagem, que vai desde o neolítico até aos nossos dias. É nesta unidade que se verifica uma maior concentração e diversidade destes vestígios históricos, mas o seu valor histórico-cultural revela-se bem maior pelo facto de se

manterem vivas algumas práticas tradicionais que denunciam uma gestão equilibrada/harmoniosa da relação Homem-meio.

Os fornos e os campos de cultivo com os cereais de sequeiro sublinham o seu caráter – "paisagem de sequeiro".

○ Unidade de Paisagem 2 – Lamas de Mouro

O seu caráter é marcado pela situação fisiográfica em que se encontra – no "regaço da serra da Peneda", sendo contornada pela presença de um maciço granítico que apresenta encostas frequentemente escarpadas.

Sublinha-se a presença de uma maior amplitude de espaço, consequência da planura da veiga de Lamas que acolhe o lugar de Lamas de Mouro e os campos de cultivo que gravitam em seu redor. Lamas – de terreno lamacento (forte densidade de linhas de água e declives pouco acentuados) – e de Mouro – rio Mouro (ou rio do Muro, que terá evoluído na linguagem popular para Mouro). Segundo factos históricos, parece ter existido no local onde nasce este rio um muro para defesa (portela do Lagarto) desde os primeiros tempos da nacionalidade. Nota-se uma ligação com o rio que, atravessando esta unidade, determina as condições edáficas e hídricas e batiza esta zona com o seu nome.

Para além deste aspeto simbólico, a importância do rio Mouro para a comunidade resulta não só na disponibilidade do recurso água (aproveitada para a rega e força motriz), como também na influência que tem nas características do solo. A natureza parece ter dotado estas terras de recursos e espaço suficiente para a sobrevivência, pelo que, embora com recurso à bouça e serra (pastoreio), não se verifica o regime de transumância, nem relações de complementaridade com brandas, tanto de gado como de cultivo. Assim, a lógica de povoamento é diferente da realidade da restante zona da serra da Peneda – o vale do rio Mouro funciona como uma fronteira que demarca dois territórios distintos.

Apesar da altitude (lugar de Lamas de Mouro implantado a 950 m) esta unidade parece ter sido influenciada pela introdução do milho, aspeto testemunhado pela presença de alguns espigueiros. No entanto, predominam as marcas de uma paisagem tipicamente de sequeiro, ou seja, as culturas das terras altas, nomeadamente os cereais de sequeiro, mas também a batata e, ainda, o elemento construído com caráter utilitário associado às práticas agrícolas tradicionais – o forno comunitário. Em termos visuais, marcam presença os tons quentes dos cereais, principalmente no verão e outono, e ainda a vasta mancha de afloramentos rochosos.

São residuais as manchas florestais, sobressaindo o maciço vegetal da Veiga das Lamas que se evidencia pelo exotismo, grande porte e alguma diversidade de espécies vegetais, mas grande parte resinosas (árvores exóticas de grande porte e diversidade). Porém, importa destacar esta mancha vegetal sobretudo pelo significado que apresenta em termos históricos – herança da existência de viveiros dos Serviços Florestais neste local.

○ Unidade de Paisagem 3 – Ribeiros

A configuração do relevo dominado pela forte incisão do rio Castro Laboreiro e a presença da ocupação humana em terras de aparência tão inóspita são aspetos fundamentais que vincam o caráter desta unidade. O troço do vale do rio Castro Laboreiro que atravessa esta unidade apresenta vertentes que ostentam declives bastante acentuados, restando línguas muito estreitas de áreas menos declivosas no fundo do vale.

O isolamento é sentido pela distância significativa à sede de freguesia e porque o principal acesso termina aqui, em Ribeiro de Baixo. As encostas declivosas apresentam-se também como barreiras de contenção visual, criando horizontes apertados marcados pela presença dos fortes maciços rochosos. Dominam as áreas com afloramentos rochosos e as encostas declivosas. A presença de vastas superfícies de matos baixos revela igualmente pouca diversidade biológica e visual (embora se verifique a tendência para a regeneração natural dos carvalhais). Embora com uma superfície pouco representativa, a zona florestal é praticamente constituída por espécies folhosas.

À monotonia do cinzento dos granitos contrapõem-se as mínguas áreas cultivadas, tanto ao longo das áreas do fundo de vale, como também subindo as encostas nas zonas de declive menos acentuado, que são retalhadas por socalcos de dimensões bastante reduzidas, e as áreas de carvalhal que correspondem à bouça, em torno dos núcleos edificados.

O povoamento é polinucleado e os espaços agrícolas também bastante fragmentados em leiras de terrenos bastante estreitas e de pequena dimensão. Os socalcos sublinham a persistência do Homem na conquista de superfície e de solo para as práticas agrícolas, subindo pelas encostas até onde se torna possível. A estreiteza do fundo de vale, correspondente ao rio Castro Laboreiro naquele troço, não impede que o homem aproveite aqui toda a superfície passível de ser cultivada, nomeadamente ocupando terrenos que se situam já na margem esquerda daquele rio e em território espanhol, facto que também é extensível para a prática do pastoreio extensivo.

No contexto da freguesia de Castro Laboreiro, é em Ribeiro de Cima (incluindo Pousios) e Ribeiro de Baixo que o milho surge com mais expressão, não só através da permanência sazonal desta cultura nos terrenos agrícolas, mas também pela presença de testemunhos associados a esta atividade agrícola, designadamente, espigueiros, moinhos e levadas de água. Para isso, contribuem as exposições soalheiras, a disponibilidade de água e o clima menos rigoroso, chegando também a ocorrer a vinha a coroar os campos de cultivo, a batata e o centeio.

○ Unidade de Paisagem 4 – Gavieira

A paisagem é dominada pelos vales dos rios Veiga e Peneda fortemente encaixados, de configuração assimétrica e de traçado praticamente retilíneo (sujeitos à direção determinada pela tectónica de

fraturação). As íngremes vertentes contrastam com fundos de vale relativamente aplanados e estreitos, notando-se ainda fortes diferenças altitudinais, sendo o ponto mais alto Outeiro Alvo (1314 m) e mais baixo Mistura das Águas (350 m). A heterogeneidade biofísica em espaço tão exíguo proporciona a coexistência da ocupação típica de zonas de fundo de vale – regadio – onde se implantam os lugares de habitação permanente, sempre em cotas inferiores a 670 m – com as situações típicas de altitudes mais elevadas – sequeiro – onde se situam as brandas, sempre acima dos 950 m de altitude até um máximo de 1050 m. A distância medida na horizontal entre lugares e brandas é inclusive relativamente reduzida, por exemplo, entre Igreja e a branda de Bosgalinhas essa distância é de apenas 2000 m.

As condições físicas descritas condicionam a exploração agrícola às áreas de fundo de vale e ao aproveitamento em altitude de todas as zonas que garantem condições de exploração agrícola, pelo que as brandas de cultivo aproveitam as zonas de aplanamento em altitude. Aqui, tal como no caso do sistema bipolarizado já referido para a Unidade 1 – Castro Laboreiro – a ocupação humana aproveita de forma inteligente as variações microclimáticas, mas também litológicas, já que na área ocupada pelas brandas surgem granitos sintectónicos (mais antigos), ao contrário do que acontece na restante área, onde predominam os mais recentes. Esta é, aliás, uma faceta muito própria desta unidade – a presença dominante de maciços rochosos – a aspereza do modelado, com maciços de cumes ora aplanados, ora pontiagudos e, frequentemente, despidos de qualquer coberto vegetal, contrastando com áreas de relevo mais suave que resultam de uma génese litológica diferente da anterior (nomeadamente xistos e granitos antigos).

As manchas de coberto arbóreo – bouça – ocupam uma área bastante reduzida, desenvolvendo-se numa faixa praticamente contínua que acompanha longitudinalmente os rios da Veiga e Peneda, no mesmo alinhamento em que se desenvolvem os lugares de habitação permanente. É em torno destes, mas também em redor das brandas de cultivo que gravitam ainda as áreas agricultadas. Os espaços agricultados são bastante compartimentados em parcelas de dimensões habitualmente reduzidas. Ao nível do coberto arbóreo, verifica-se o predomínio de espécies folhosas, mas também ocorrem resinosas, que garantem alguma diversidade, num contexto em que predominam os matos baixos e as áreas em que praticamente não existe cobertura vegetal nenhuma. Salienta-se a cobertura arbórea presente na encosta da Saramagueira, pela presença e densidade de sobreiros e carvalhos.

Nos lugares de habitação permanente, o cultivo do milho determinou a construção de uma paisagem fortemente humanizada, em que se evidenciam os muros de socalco na separação dos terrenos de cultivo. É possível observar a “escadaria” disposta ao longo das encostas e constatar a conquista progressiva de superfície de solo agricultável. O milho regado é a cultura reinante, assim como os prados nos lameiros nos lugares de habitação permanente, enquanto nas brandas de cultivo são os cereais de sequeiro. Os terrenos agrícolas junto aos cursos de água tendem a adotar uma distribuição perpendicular ao rio (leiras estreitas que procuram manter a possibilidade de acesso ao recurso água, por exemplo, Baleiral e Peneda). Em torno dos núcleos edificados e nos fundos de vale mais amplos,

verifica-se uma configuração mais irregular, não se percebendo, assim, uma lógica de distribuição nítida.

A correspondência entre lugares e brandas é simples, uma vez que apenas a branda da Bouça dos Homens é partilhada pelos lugares de Peneda e Baleiral. Todos os restantes lugares mantêm sempre ligações apenas com uma ou duas brandas sem que sejam partilhadas. Praticamente todos os lugares, à exceção de Tibo, detêm correspondência com brandas de cultivo. O edificado dos lugares de habitação permanente apresenta dimensões maiores do que o das brandas de cultivo, embora em termos de organização do interior dos núcleos, as brandas surjam como imitações do lugar de habitação permanente, mas com dimensões mais modestas. Dada a importância das brandas de cultivo nesta unidade, verifica-se que algumas se transformaram em lugares de habitação permanente – veja-se o exemplo de Bouça dos Homens e S. Bento do Cando.

Um dos locais com forte expressão no contexto desta unidade é o Santuário da Nª Sr.ª da Peneda, que detém uma carga simbólica religiosa amplamente reconhecida. Porém, outros testemunhos também ocorrem nesta área, podendo-se destacar os espigueiros, fojos, mamoas e também de arquitetura do Estado Novo.

○ Unidade de Paisagem 5 – Ramiscal

Pelas suas características fisiográficas o vale do rio Ramiscal desempenha um papel com importante significado para a conservação dos valores biológicos, ou seja, as encostas abruptas que acompanham este vale encaixado condicionam de forma decisiva a ocupação humana, criando condições de difícil acesso. Assim, uma mancha densa de floresta acompanha o rio Ramiscal (e alguns afluentes), com direção sensivelmente este-oeste, relativamente extensa e de coberto vegetal denso e diversificado, baseado fundamentalmente em espécies folhosas – onde ocorrem valores naturais de elevada importância.

Efetivamente, é possível constatar o domínio de um coberto arbóreo baseado em espécies folhosas, porém as espécies resinosas também apresentam uma expressão significativa, embora em situações pontuais, como é o caso das áreas de bouça em redor dos lugares, e ainda em Travanca, áreas que têm a sua origem associada à intervenção dos Serviços Florestais.

A relação estabelecida entre o rio Ramiscal e os lugares não é próxima, já que estes se implantam a meia encosta, a uma diferença altimétrica que pode chegar aos 250 m (caso de Lordelo) e nunca inferior a 120 m (caso de Avelar). Os lugares implantam-se nas zonas de aplanamento a média altitude, onde os declives são menos pronunciados, apesar de mesmo assim não se dispensar a armação do terreno em socalcos nas áreas destinadas aos cultivos, evidenciando a contínua influência do Homem no enriquecimento dos solos fruto da construção de socalcos e fertilização. O milho ocupa um lugar de destaque no conjunto das culturas agrícolas, assim como a vinha na bordadura das parcelas. Na branda de cultivo de Rodrigo (a única deste género nesta unidade) encontram-se as mesmas culturas, mas

também o centeio e a batata, facto que se deve à altitude que é muito semelhante aos dois lugares permanentes.

Os terrenos agrícolas e as áreas de bouça em redor dos núcleos edificados, tal como a mancha vegetal que se desenvolve ao longo do rio anteriormente referida, estão em contraste evidente com a restante área onde predominam os matos. Nesta extensa área de baldio, que se prolonga até aos altos aplanados da serra (acima dos 800-1000 m de altitude), sublinha-se também um caráter bastante humanizado, já que se regista um número significativo de brandas de gado (algumas das quais manteriam correspondência com lugares que se encontram fora dos limites do Parque Nacional).

Genericamente, o povoamento desenvolve-se de forma similar à Unidade 4 – Gavieira – embora com a presença de um grande número de brandas de gado. Sobressaem as práticas agrícolas tradicionais – agropastorícia – e o património construído associado, com caráter bastante utilitário. Pela singularidade e raridade, destacam-se os fojos do lobo e os abrigos de pastor, não só no contexto regional mas até ibérico no caso dos primeiros.

Porém, a individualização desta área assenta de forma particular na presença de resquícios de floresta primitiva. Esta característica torna-se de facto notória já que, no contexto geral da área em estudo, se verifica a ausência de zonas tão vastas de floresta, com predomínio de espécies autóctones, que contribuem definitivamente para uma maior diversidade biológica – valor significativo pela sua raridade e diversidade.

○ Unidade de Paisagem 6 – Soajo

O relevo é bastante movimentado, podendo observar-se diferenças no modelado de acordo com a litologia, ou seja, é possível perceber a suavidade manifestada pelos xistos em contraste com as zonas de modelado mais abrupto onde ocorrem as rochas graníticas.

A unidade é marcada principalmente pelo troço do rio Lima, que constitui o seu limite sul e que se apresenta bastante encaixado. Mesmo assim, os lugares de Paradela, Cunhas e Soajo dispõem-se num alinhamento paralelo ao seu percurso, sempre a meia encosta, aproveitando as áreas mais aplanadas que possibilitem o desenvolvimento das práticas agrícolas. Para além disso, o rio Adrão (afluente do rio Lima) atravessando a unidade praticamente no centro também assume um caráter estruturante do povoamento, ao determinar a localização de vários outros núcleos edificados (Adrão, lugar de habitação permanente e várias brandas de cultivo).

Ao nível do coberto vegetal, é nesta unidade que se verifica a existência de grandes manchas florestadas com espécies resinosas, algumas das quais fortemente afetadas por incêndios. Ao contrário das unidades descritas anteriormente, aqui as monoculturas – baseadas em *Pinus pinaster* – evidenciam-se significativamente, garantindo à paisagem uma maior homogeneidade em termos de coberto vegetal.

Algumas dessas áreas são herança do Estado Novo e nestas é francamente marcante a presença de espécies exóticas, com destaque para a *Chamaecyparis lawsoniana* e *Pinus sylvestris* (principalmente, Mezio e Entre Outeiros).

Esta unidade caracteriza-se por dispor de uma extensa área de baldio, que se estende até ao topo do maciço da Peneda, maioritariamente coberta apenas com matos baixos, demonstrando a importância que a ocupação e exploração da serra tem para a economia local na atividade pecuária. Nos baldios das zonas mais altas da serra domina uma grande homogeneidade, apenas compartimentada pelas galerias ripícolas de algumas linhas de água de montanha. Na proximidade dos lugares, dado o número ainda significativo, quer de brandas de cultivo, quer de lugares de habitação permanente, os baldios encontram-se mais espartilhados e distribuídos pelas respetivas áreas adjacentes.

À monotonia conferida pelos matos opõe-se o reticulado dos campos de dimensão e disposição variável. Onde o declive permite, aproveitam-se as zonas para os cultivos sempre divididas em parcelas de dimensão reduzida, formando um contínuo retalhado de forma irregular. Numa grande parte destes terrenos cultivados foi necessário recorrer à construção de socalcos, que se apresentam com maior regularidade, mas também frequentemente em leiras bastante estreitas e pequena dimensão. No caso do Soajo, este efeito é notado de forma significativa, devido sobretudo à extensão da área destinada ao cultivo. O milho marca presença não só nos lugares de habitação permanente, mas também em algumas brandas de cultivo – já que estas brandas não se encontram a altitudes muito elevadas (a mais alta encontra-se a 600 m de altitude). Por isso, a paisagem encontra-se de forma singular marcada por motivos que se associam às culturas de regadio – principalmente os espigueiros, pois não existe lugar (lugar de habitação permanente) que não seja premiado com a presença destes elementos.

Também nesta unidade é possível constatar a presença de um conjunto significativo de testemunhos indicativos da evolução desta paisagem, sendo de destacar a paisagem agrícola tradicional (fojos, espigueiros, capelas, levadas, etc.) e os vestígios da intervenção do Estado Novo (comprovado pelo número de casas de guarda e viveiros dos Serviços florestais e extensão de área florestada (Mezio e Travanca). Contudo, é de assinalar a presença da barragem do Alto Lindoso, pela escala da intervenção, testemunho da "paisagem contemporânea".

○ Unidade de Paisagem 7 – Serra Amarela Norte

Esta unidade estende-se pela encosta norte da serra Amarela, desde os cumes mais elevados (1359 m) até ao vale encaixado percorrido pelo rio Lima. É incontornável a vigorosa impressão na paisagem do percurso seguido pelo rio Lima de nascente para poente, tornando-se inevitavelmente num limite ou fronteira. Por contraste, a serra Amarela, fruto de um substrato geológico mais antigo (por comparação com outras zonas do Parque, como, por exemplo, a serra do Gerês ou a zona nascente da serra da Peneda), apresenta um modelado relativamente suavizado, mas sempre fortemente sulcado pelos percursos privilegiados da drenagem hídrica, com destaque para o rio Cabril.

Os lugares implantam-se nas zonas de aplanamento a baixa altitude (logo acima das abruptas vertentes que acompanham o rio Lima), onde os declives são menos pronunciados, apesar de mesmo assim não se dispensar a armação do terreno em socalcos nas áreas destinadas aos cultivos. O milho ocupa um lugar de destaque no conjunto das culturas agrícolas, assim como a vinha na bordadura das parcelas.

Ainda sobre os lugares, referir que apresentam uma morfologia urbana que se caracteriza por dois ou mais núcleos de construções concentradas entre os quais se estendem os campos de cultura. Já nos lugares situados a maior altitude, o tecido é mais concentrado.

Como matriz, destacam-se os matos (matos colinos sobre granitos sintectónicos), a vasta área de pastagem da serra, explorada com o apoio de abrigos de pastor espalhados um pouco por todo o território. A floresta, no caso dos carvalhais e de outras folhosas, resume-se ao vale do rio Cabril e trechos de outras linhas de água. Outrora, a serra era ocupada por uma mancha maior de floresta, plantada por ação dos Serviços Florestais que, no entanto, foi consumida pelo fogo após o 25 de Abril. Aliás, a presença dos Serviços Florestais, já assinalada nas unidades de paisagem a norte do rio Lima, estende-se nos mesmos moldes – várias casas dos antigos guardas e ainda um viveiro em Porto Chão.

A respeito da ocupação humana, há a assinalar a necrópole megalítica de Britelo, um santuário rupestre – Bouça do Colado (próximo de Parada) – com cronologia do Calcolítico ou do Bronze antigo, vestígios da Idade do Ferro (Castro de Cidadelhe) e da presença romana. Incontornável referência no plano histórico, é o castelo do Lindoso, fundado nos inícios do século XIII. Fruto do seu papel na defesa da fronteira, foi sendo sucessivamente transformado como forma de dar resposta às exigências próprias de uma fortificação. No capítulo do património construído, é ainda assinalável o conjunto vasto de elementos da paisagem tradicional (moinhos, fojos, espigueiros, pontes, capelas, silhas, etc.). É de notar, ainda, a presença do antigo posto de fronteira, na Madalena, símbolo do controle de fronteira exercido entre Portugal e Espanha.

Ou seja, nesta Unidade é de assinalar um conjunto de testemunhos de épocas remotas até aos nossos dias, que culmina no aproveitamento hidroelétrico do Alto Lindoso, já com duas etapas de desenvolvimento. Da antiga Central do Lindoso (o primeiro grande centro produtor instalado em Portugal) resta-nos um conjunto de estruturas construídas, testemunhos daquilo que foi o investimento tecnológico neste domínio, no início do século XX. A modernização do centro de produção mais determinante ocorre na década de 80 do século passado, tendo introduzido elementos com uma nova escala na paisagem – a barragem, o plano de água associado e todas as infraestruturas aéreas de transporte de energia.

○ Unidade de Paisagem 8 – Campo do Gerês-Gerês

A paisagem é dominada pelos vales dos rios Homem e Gerês fortemente encaixados, este último de traçado praticamente retilíneo (sujeitos à direção determinada pela tectónica de fraturação), de forma idêntica àquilo que já havia sido assinalado na Unidade 4 (Gavieira) para os vales dos rios Veiga e

Peneda. Notar também a quase completa homogeneidade do substrato geológico, com exceção de uma pequena faixa marginal ao talvegue que convergia para a antiga aldeia de Vilarinho da Furna.

Sob o ponto de vista do povoamento, é incontornável referir a submersão das aldeias de Vilar da Veiga e Vilarinho da Furna, e respetivos fundos de vales, de que o território ficou amputado. Hoje, o povoamento estrutura-se em torno de diversos lugares, embora fruto da dinâmica turística, principalmente no vale do Gerês, sucede um tecido disperso prolongado, apenas quase aglutinado na vila do Gerês.

Ao nível do uso do solo, assinale-se o predomínio dos matos, mas também os povoamentos de pinheiro-bravo, as áreas dominadas por espécies invasoras com a *Hackea* sp. e *Acacia dealbata*, e o carvalhal de Palheiros e da Albergaria, classificado como Reserva Biogenética do Conselho da Europa. Aquelas são as grandes manchas que dominam a paisagem, já que as áreas de culturas anuais em torno dos aglomerados são relativamente diminutas.

Notórios são também os planos de água formados pelas albufeiras de Vilarinho das Furnas e da Caniçada, visto que dominam os trechos inferiores dos dois vales em causa (e dentro do limite do Parque Nacional), marcas da paisagem contemporânea.

Da paisagem histórica, destaca-se o povoado da Idade do Ferro da Calcedónia, a via romana (e todos os testemunhos a ela associados), mas também a vila do Gerês – o seu núcleo tradicional ligado à atividade termal carregado (ainda) de alguma áurea – e todos os vestígios da implantação dos Serviços Florestais (casas dos guardas, viveiros de plantas, no Vidoeiro e de trutas, em Albergaria). Destaca-se, ainda, a presença do antigo posto de fronteira, na Portela do Homem, símbolo do controle de fronteira exercido entre Portugal e Espanha.

○ Unidade de Paisagem 9 – Serra do Gerês e faldas sul

Esta Unidade é dominada pelo vasto maciço da serra do Gerês, vigoroso modelado de granito, onde pontuam vestígios glaciários, e extensamente fraturado por onde se instala a rede hidrográfica.

Desta vasta área apenas penetrada por via das explorações de minério e pelo pastoreio, pode-se referir que a matriz corresponde aos matos sobre granitos sintectónicos com afloramentos rochosos. Assinale-se, no entanto, sob o ponto de vista do património natural, algumas situações excecionais: a presença de bosques de teixo, o sobreiral de Ermida, manchas de *Pinus sylvestris* e complexos higroturfosos.

Nas faldas da serra, desenvolve-se um povoamento que gravita em torno de aglomerados, por sua vez rodeados de áreas socalcadas para culturas anuais e de povoamentos de pinheiro-bravo. Os núcleos de povoamento, quer se apresentam mais concentrados, quer com malha mais aberta com áreas agrícolas no interior.

Sob o ponto de vista do património construído, para além dos vestígios da exploração mineira no capítulo da arqueologia industrial, o que deve ser assinalado são os elementos da arquitetura

tradicional, em particular, os fojos, as silhas, os moinhos, mas também, e situação ímpar no Parque Nacional, os lagares de azeite.

○ Unidade de Paisagem 10 – Planalto da Mourela

Assinalável a área de planalto, contrastando com os vigorosos cumes da serra do Gerês; são definitivamente dois reinos lado a lado sob o ponto de vista geológico. O planalto constitui a área de pastagem por excelência, desde que as condições climatéricas o permitam e visto que estamos numa altitude média na ordem dos 1000 metros.

Nesta Unidade dominam claramente os matos, área de pastagem, e os lameiros (estes últimos gravitando em torno dos aglomerados). São de salientar os carvalhais nos vales dos rios Beredo e Mau e na encosta a sul de Tourém. Ainda sob o ponto de vista do património natural, realce para os complexos higroturfosos.

O povoamento nesta unidade assenta em aglomerados claramente definidos (em Pitões e Tourém, cada freguesia conta com um apenas), não existindo outras tipologias de assentamentos complementares de exploração do meio. No conjunto dos aglomerados em presença, merece destaque, pelas tipologias de habitação particularmente aprimoradas e pelo número em presença, a aldeia de Tourém. O aprimoramento estende-se também às fontes públicas e tanques associados, como em nenhuma outra parte do Parque Nacional.

À semelhança do Planalto de Castro Laboreiro, também neste território encontramos monumentos megalíticos. Dignos de nota são também os vestígios da Idade do Ferro (nos castros de Tourém e Outeiro), da Idade Média (povoado do Juriz, mosteiro de Santa Maria de Júnias, igreja de Tourém, caminho e ponte) e diversos elementos da arquitetura tradicional notáveis, próprios do Barroso (fornos, casa do boi, relógios de sol, fontes e capelas).

Fora dos limites dos aglomerados, também existem elementos impressivos da arquitetura tradicional, como os fojos e, caso apenas semelhante à capela de Anemão (pela sua localização isolada), a capela de S. João.

10. CARATERIZAÇÃO DO USO ATUAL DO SOLO

O mapeamento das principais classes de uso e ocupação do solo (COS 2018, classes de 1.º nível) permite uma leitura geral do aproveitamento dos recursos territoriais. A extensão e continuidade das áreas ocupadas por matos, floresta e espaços descobertos ou com pouca vegetação marcam de forma imediata a paisagem do PNPG, ponteada por manchas menores de áreas agrícolas, massas de água, pastagens e territórios artificializados.

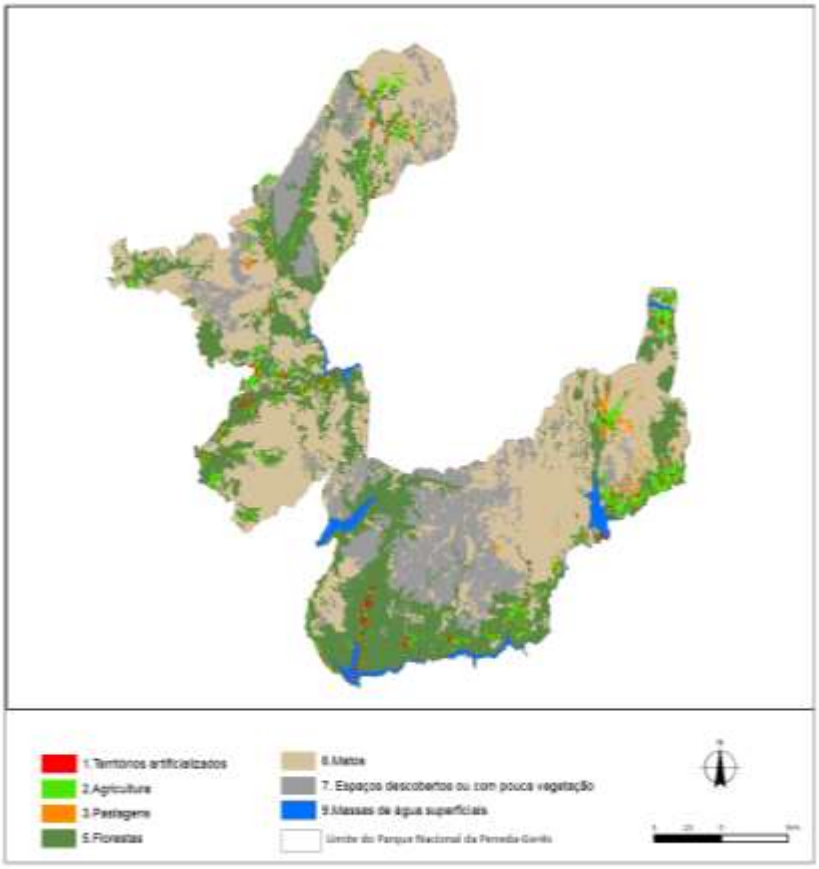


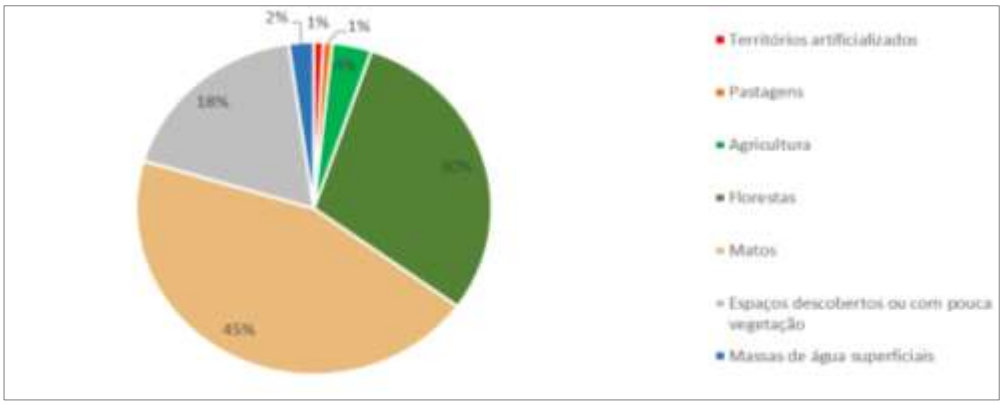
Figura 27 - Carta de uso e ocupação do solo. Fonte: COS 2018. SIG/ADERE-PG

De acordo com a COS 2018, os matos são a classe de uso e ocupação do solo com maior representatividade no território, seguindo-se a área ocupada por floresta e depois os espaços descobertos ou com pouca vegetação.

Tabela 4 - Áreas ocupadas pelas principais classes de uso e ocupação do solo. Fonte: COS 2018

	Uso e ocupação do solo (COS 2018)	
	Área ha	%
Territórios artificializados	580,4	1%
Pastagens	581,8	1%
Agricultura	2499,0	4%
Florestas	20711,5	30%
Matos	31027,5	45%
Espaços descobertos ou com pouca vegetação	12605,2	18%
Massas de água superficiais	1579,5	2%

Gráfico 1 - Áreas ocupadas pelas principais classes de uso e ocupação do solo. Fonte: COS 2018



Uma análise mais detalhada (dados desagregados por sub-classes de uso e ocupação do solo) permite identificar realidades específicas, influenciadas pelas condições biofísicas, pelos recursos naturais, humanos, culturais e materiais, pela estrutura da propriedade e pelo retorno económico do aproveitamento do solo. Os grandes números do uso e ocupação do solo no PNPG, evidenciam que:

- 45% do território corresponde a zonas de matos, com predomínio dos giestais e piornais (classe *Cytisetea scoparia-striati*) e dos urzais-tojais (*Calluno-Ulicetea*). A expansão das áreas de matos deve-se essencialmente à ocupação progressiva de áreas anteriormente ocupadas por vegetação arbórea.
- 30% do território está afeto a floresta, onde predominam as manchas de floresta autóctone, de folhosas, dominada por carvalhos, em associação com outras espécies, seguindo-se as áreas de pinhal e outras resinosas. Em territórios de pequena propriedade, como é o caso do PNPG, onde se agravam as dificuldades de gestão do espaço florestal, é fundamental adotar adequadas políticas públicas e instrumentos de gestão da paisagem que contribuam para a valorização dos serviços de ecossistemas, numa perspetiva multifuncional da floresta e de conciliação dos diferentes usos florestais, agrícolas e de pastagem.
- 18% do território apresenta espaços descobertos ou com pouca vegetação, que correspondem a áreas mais elevadas, geralmente acima dos 1000 metros de altitude. Integram-se as áreas de rocha nua, essencialmente granitos, e zonas de vegetação esparsa.
- 4% do território apresenta uma ocupação de natureza agroflorestal ou agrícola. As áreas de agroflorestais são constituídas essencialmente por lameiros com orlas de folhosas dominadas por carvalhos, integrando áreas de agricultura em mosaico com espaços naturais e seminaturais. As áreas agrícolas são principalmente áreas do tipo mosaicos culturais e parcelares complexos, refletindo o regime de agricultura de subsistência. Nas áreas de ocupação agrícola entram ainda as culturas temporárias de sequeiro e regadio (milho, o trigo e o centeio) e, com muito pouca expressão, a vinha.
- 2% do território está coberto por massas de água superficiais e outras zonas húmidas, essencialmente albufeiras, represas e açudes.

- 1% do território constitui áreas de pastagem, espontâneas ou melhoradas, onde se incluem os prados naturais e prados sujeitos a fenação, sendo áreas fundamentais de suporte à atividade pecuária.
- 1% do território está artificializado. Estas áreas artificializadas incluem, em tecido contínuo e em tecido descontínuo, o edificado (propriedade horizontal), os espaços de comércio, as instalações agrícolas, as infraestruturas de produção de energia renovável, os equipamentos e espaços públicos (instalações desportivas, de lazer, culturais, parques e jardins, entre outros) e as instalações turísticas.

11. CARATERIZAÇÃO SOCIOECONÓMICA

11.1. POPULAÇÃO

11.1.1. EVOLUÇÃO DEMOGRÁFICA E ESTRUTURA POPULACIONAL

O Parque Nacional da Peneda-Gerês abrange 18 freguesias, algumas das quais apenas possuem território (baldio) no interior da área do Parque (isto é, não possuem núcleos populacionais); outras têm apenas alguns dos seus aglomerados no interior da área protegida.

Tabela 5 - Listagem das freguesias abrangidas pelo PNPG.

Freguesias totalmente inseridas nos limites da área protegida	Freguesias só com baldio na área do PNPG	Freguesias com parte dos seus aglomerados fora dos limites da área protegida
Gavieira Britelo Lindoso Vilar da Veiga Cabril Outeiro Pitões das Júnias Tourém	Campo do Gerês Covide Cabana Maior Gondoriz	UF de Castro Laboreiro e Lamas de Mouro *(Castro Laboreiro totalmente inserido no PNPG)* Cabreiro Soajo UF Entre Ambos-os-Rios, Ermida e Germil *(Ermida e Germil totalmente inseridos no PNPG)* Rio Caldo UF Sezelhe e Covelães *(Covelães totalmente inserido no PNPG)*

Atendendo a estas diferentes situações, e para efeito de caracterização e análise da evolução demográfica, optou-se por considerar os dados ao nível da freguesia, ou seja, o valor total da população residente nas freguesias consideradas do PNPG, independentemente da coincidência dos limites administrativos com a Área Protegida. Foram considerados os dados provisórios do Recenseamento Geral da População de 2021 (os dados definitivos estão previstos para o 4.º trimestre de 2022), numa análise comparativa com os Censos de 2011.

11.1.1.1. EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE

De acordo com os Censos de 2021, residiam no conjunto das freguesias do Parque Nacional 7456 pessoas, representando uma perda populacional de 18% face a 2021, mantendo a tendência regressiva da década anterior, entre 2001 e 2011, período em que o decréscimo populacional foi de 17,9%.

Tabela 6 - População residente nas freguesias do PNPG. Fonte: INE.

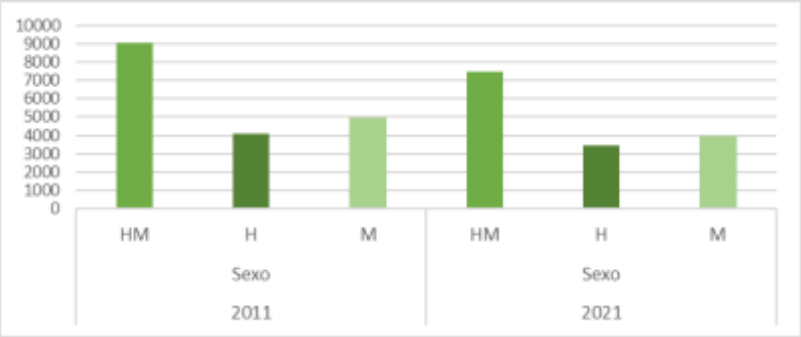
População residente	2011			2021			Var.		
	Sexo			Sexo			Sexo		
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
Arcos de Valdevez	22847	10429	12418	20720	9484	11236	-9%	-9%	-10%
Cabana Maior	239	96	143	177	79	98	-26%	-18%	-31%
Cabreiro	428	177	251	324	138	186	-24%	-22%	-26%
Gavieira	298	128	170	258	110	148	-13%	-14%	-13%
Gondoriz	958	429	529	861	396	465	-10%	-8%	-12%
Soajo	986	409	577	671	290	381	-32%	-29%	-34%
Melgaço	9213	4076	5137	7773	3452	4321	-16%	-15%	-16%
UF Castro Laboreiro e Lamas de Mouro	657	252	405	503	193	310	-23%	-23%	-23%
Ponte da Barca	12061	5596	6465	11049	5142	5907	-8%	-8%	-9%
Britelo	485	233	252	379	192	187	-22%	-18%	-26%
Lindoso	427	198	229	374	167	207	-12%	-16%	-10%
UF Entre Ambos-os-Rios, Ermida e Germil	612	280	332	498	220	278	-19%	-21%	-16%
Terras de Bouro	7253	3478	3775	6358	3074	3284	-12%	-12%	-13%
Campo do Gerês	162	81	81	149	81	68	-8%	0%	-16%
Covide	343	171	172	273	129	144	-20%	-25%	-16%
Rio Caldo	892	433	459	770	379	391	-14%	-12%	-15%
Vilar da Veiga	1286	610	676	1074	520	554	-16%	-15%	-18%
Montalegre	10537	5096	5441	9261	4470	4791	-12%	-12%	-12%
Cabril	553	265	288	512	249	263	-7%	-6%	-9%
Outeiro	156	82	74	143	74	69	-8%	-10%	-7%
Pitões das Júnias	161	67	94	151	69	82	-6%	3%	-13%
Tourém	151	74	77	110	56	54	-27%	-24%	-30%
UF de Sezelhe e Covelães	277	132	145	229	110	119	-17%	-17%	-18%
População total nas freguesias do PNPG	**9071**	4117	4954	**7456**	3452	4004	**-18%**	-16%	-19%
População total nos 5 municípios do PNPG	61911	28675	33236	55161	25622	29539	-11%	-11%	-11%

Esta redução populacional atinge todas as freguesias do PNPG e todos os concelhos que o integram.

Todas as freguesias que integram o território do PNPG estão em queda demográfica, na sua quase maioria com valores superiores às médias concelhias. Soajo é a freguesia que perde mais habitantes nos últimos 10 anos, tanto em termos absolutos (-315) como relativos (-32%).

Ponte da Barca é o concelho que, em termos percentuais, perde menos habitantes e Melgaço o concelho onde a perda de população é mais acentuada.

Gráfico 2 - População residente nas freguesias do PNPG, por sexo. Fonte: INE.



Da análise do número de residentes por sexo, conclui-se que é o grupo das mulheres que regista maior quebra, assinalando um decréscimo de 19%, enquanto os homens diminuem cerca de 16%, facto que poderá ser explicado pelo regresso de alguns emigrantes do sexo masculino (o grupo que tradicionalmente mais emigra).

Ainda na perspetiva da evolução demográfica, verifica-se que em 2021 nenhuma das freguesias do Parque apresenta uma taxa de crescimento natural positiva, o que se reflete, necessariamente, na estrutura demográfica do PNPG. O envelhecimento da população é notório e parece ser explicado sobretudo pela baixa taxa de natalidade e crescimento natural negativo e também pelos fluxos migratórios. O envelhecimento populacional potencia a incapacidade de substituição geracional, o que acarreta consequências socioeconómicas graves. Reflete-se nas opções e modos de vida das famílias e deve ser tido em consideração no desenho de políticas sociais, económicas e ambientais. Entre outros aspetos, este envelhecimento da população traduz-se, no contexto de uma área protegida de montanha, no desaparecimento de práticas tradicionais que contribuem para a manutenção da paisagem, para o equilíbrio de alguns processos ou ciclos naturais e, em última análise, para a conservação da natureza e biodiversidade.

Gráfico 3 - Evolução do crescimento natural nas freguesias do PNPG (2011 - 2021). Fonte: INE.

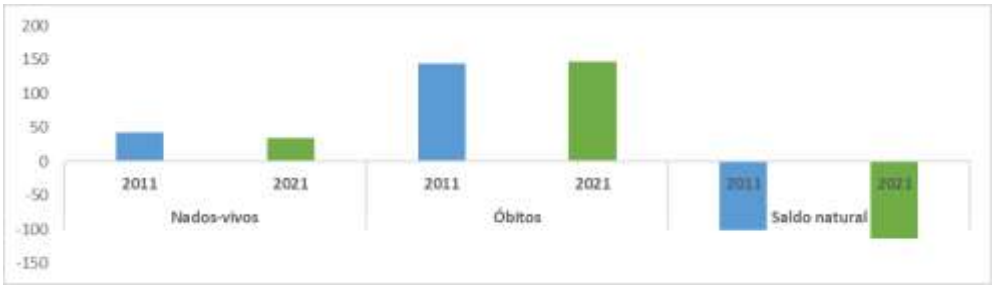
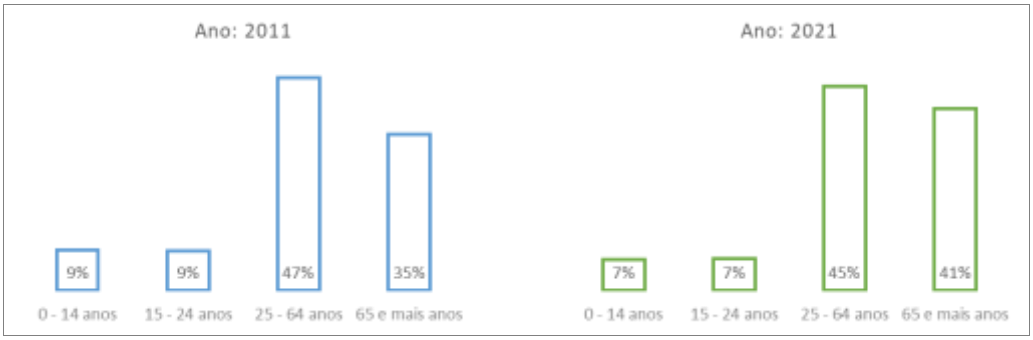


Tabela 7 - Evolução do saldo e taxa de crescimento natural nas freguesias do PNPG, 2011-2021. Fonte: INE.

	Nados-vivos		Óbitos		Saldo natural	
	2011	**2021**	2011	**2021**	2011	**2021**
Total (N.º)	43	34	144	147	-101	-113
Taxa de Natalidade	4,7	4,6				
Taxa de mortalidade			15,9	19,7		
Taxa de crescimento natural					-11,1	-15,2

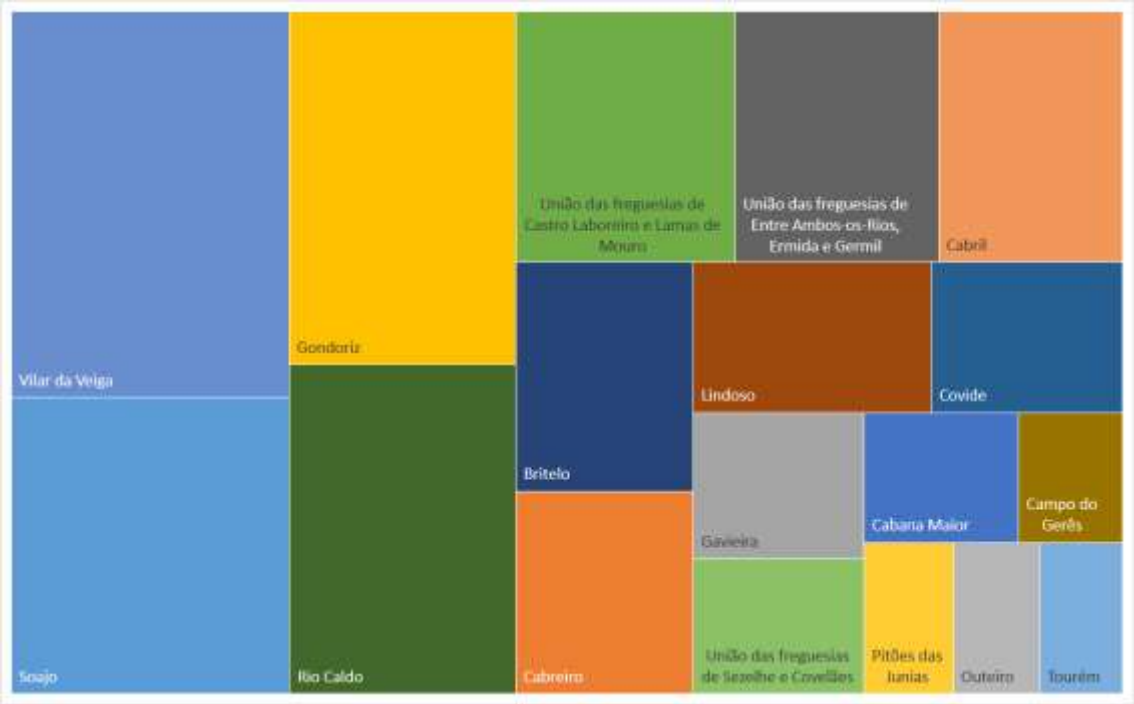
No que concerne aos dados da população por grupos etários, a leitura dos números evidencia o envelhecimento da população do PNPG, com o grupo dos 65 e mais anos a representar 41% da população residente em 2021, mais 6% do peso que tinha em 2011. Ao invés, na última década, a população até aos 24 anos vê o seu peso diminuir 4% (de 18% para 14%). Assiste-se, pois, a um duplo envelhecimento da população, caracterizado pelo aumento da população idosa e diminuição da população jovem.

Gráfico 4 - Distribuição da população residente nas freguesias do PNPG, por grupos etários, 2011 e 2021. Fonte: INE.



Por fim, evidencia-se no gráfico seguinte a distribuição da população residente no PNPG pelas suas diferentes freguesias (peso de cada freguesia no total da população residente no Parque Nacional da Peneda-Gerês, em 2021), onde se destaca Vilar da Veiga como a freguesia mais populosa do Parque.

Gráfico 5 - Representação do peso de cada freguesia no total da população residente no PNPG, em 2021. Fonte: INE.



11.1.1.2. ESTRUTURA DO POVOAMENTO

A subsistência num território de montanha com declives pronunciados, com uma forte fragmentação do relevo, onde os solos são pobres e o risco de erosão é elevado, passa obrigatoriamente pela construção de um sistema social e produtivo assente na autossuficiência e na máxima rentabilização dos recursos, sem prejuízo da sua manutenção sustentável como garante de sobrevivência futura. A ocupação do território no PNPG reflete essa realidade. Ela obedece às determinantes do meio geográfico e à abundância dos recursos e evolui à medida que esses condicionalismos se alteram, quer naturalmente, quer por força da ação antrópica.

São as serras (Peneda, Soajo, Amarela e Gerês) e as linhas de água, que cruzam o território nos dois sentidos, que condicionam a estrutura de povoamento do PNPG.

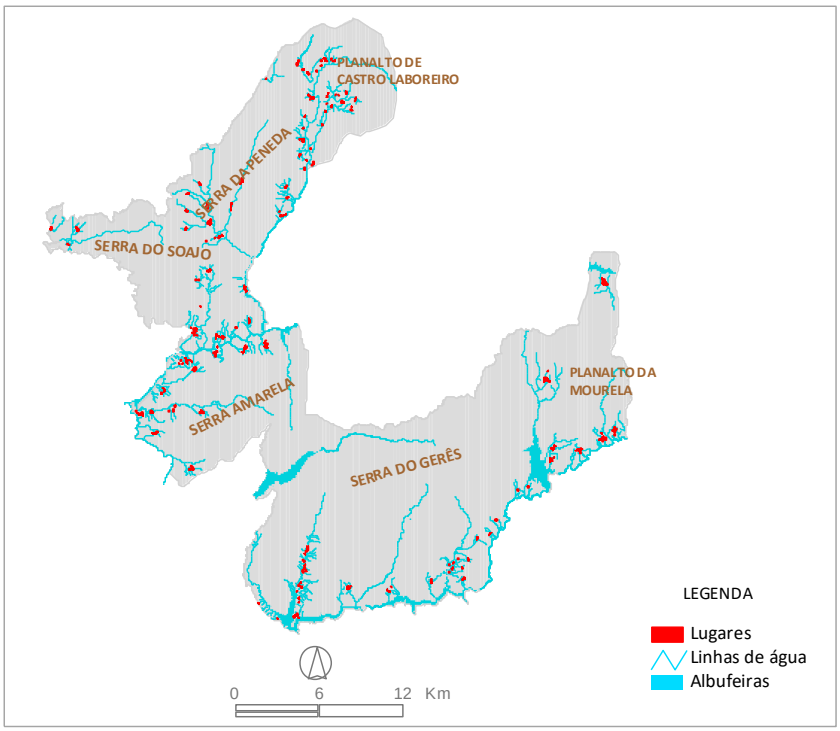


Figura 28 - Relação da estrutura do povoamento no PNPG com condicionalismos geofísicos. Fonte: SIG/PNPG.

Foi em função destes dois tipos de condicionalismo ambiental que as comunidades se organizaram de forma a responder às necessidades de uma economia agro-pastoril que dominava em praticamente todo o território do Parque.

É, porém, nas Serras da Peneda e do Soajo e Planalto de Castro Laboreiro que a organização do povoamento em função sistema agro-pastoril assumia configurações mais particulares.

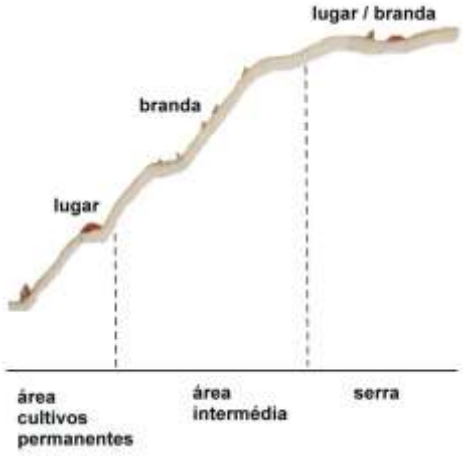


Figura 29 - Organização do povoamento nas serras da Peneda e do Soajo e freguesia de Castro Laboreiro.

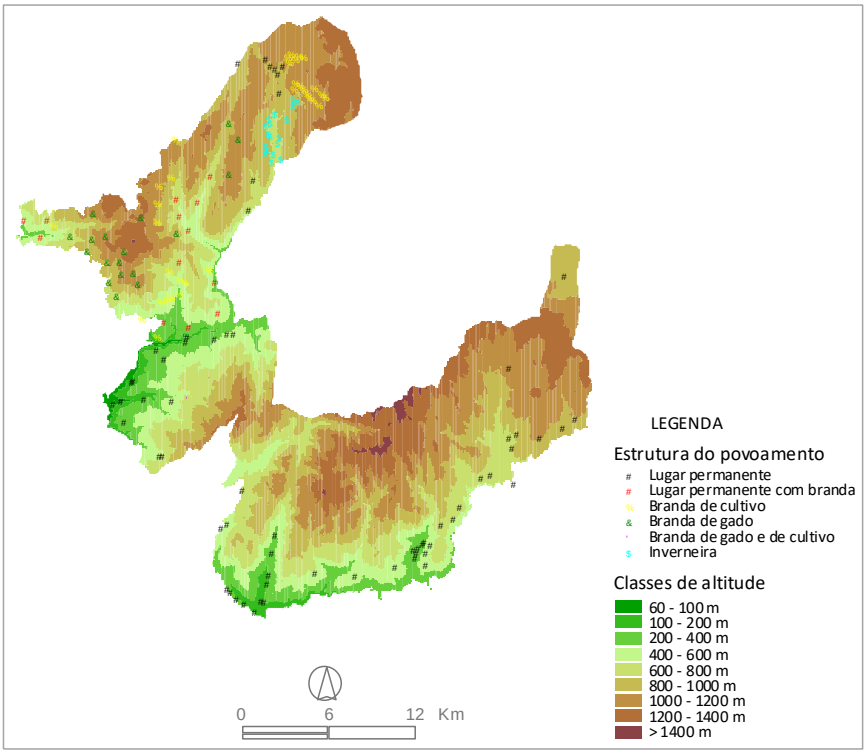


Figura 30 - Organização e distribuição do povoamento no PNPG. Fonte: SIG/PNPG.

De facto, encontrávamos nestas regiões estratégias de mobilidade e de utilização sazonal do espaço que, tendo embora características comuns a outros sistemas de transumância das sociedades agro-pastoris, se distinguiam pelo volume da população em movimento, pela duração da permanência, pelos motivos que levavam à mobilidade e, em última análise, pela relação que a comunidade mantinha com

o seu espaço de residência. Para além de se distinguir do sistema mais generalizado de transumância em que o pastor (ou quando muito alguns elementos do núcleo familiar) acompanha os animais nos seus percursos sazonais, a organização sócio espacial das várias comunidades da Peneda distinguia-se também entre si, em consequência das distintas condições ambientais e diferentes percursos históricos. Assim, na freguesia de Castro Laboreiro (abrangendo já área de planalto), encontrámos uma modalidade única de povoamento – hoje em rutura –, cuja originalidade reside na duplicação do local de habitação em dois núcleos complementares, ambos fundamentais no quadro do sistema económico local.

Não oferecendo o vale do Rio Castro Laboreiro condições geo-ecológicas favoráveis ao desenvolvimento de uma agricultura rentável que incentivasse a permanência a menor altitude, as populações desenvolveram uma lógica de mobilidade sazonal que lhes permitisse a máxima rentabilização dos recursos naturais, nas diferentes épocas do ano e nos diferentes patamares da serra. Enveredaram então por uma estratégia de desdobramento do núcleo habitacional, em branda e inverneira (lugares móveis), e em que a branda representa mais do que a tradicional extensão do conjunto *núcleo habitacional – campos agrícolas*. De facto, a branda em Castro Laboreiro não é a apenas um complemento no sistema económico – o garante de recursos alimentares para os animais – mas sim um elemento fundamental na medida em que dá resposta não apenas a uma vertente do sistema – a pastorícia – mas às suas duas componentes – a agricultura e a pastorícia. A sua importância é comprovada pelo facto de ser toda uma população que se desloca em bloco, acompanhada pelos animais, e pelo facto de se encontrarem nas brandas núcleos de propriedade particular com campos de cultivo. As brandas constituem, aliás, o polo fundamental do povoamento – daí a designação habitual de brandas de habitação que as distingue das brandas de cultivo – onde as famílias residiam a maior parte do ano[3]. Situam-se a altitudes elevadas, entre 950 e os 1200 metros e são, na sua construção, semelhantes às inverneiras ou aos lugares de habitação permanente, aqueles em que pela sua localização privilegiada a estratégia de desdobramento não foi necessária (situados entre os 700 e os 950 metros). Hoje, com as mudanças económicas e culturais que a sociedade rural tem sofrido, esta estratégia de mobilidade tem vindo a diluir-se e as populações têm vindo a alterar os seus hábitos, reduzindo o período de permanência na branda.

Nas regiões do Parque integradas no concelho de Arcos de Valdevez, ainda no maciço da Serra da Peneda, já a estrutura de povoamento é distinta. Embora existam brandas, estas localizam-se a altitudes semelhantes à da maioria dos aglomerados (a meia encosta, entre os 400 e os 800 metros) e são basicamente brandas de cultivo, isto é, de apoio à atividade agrícola, com construções menos elaboradas e de menor comodidade. Ao contrário do que sucede em Castro Laboreiro, em freguesias como o Soajo, Gavieira[4] e Cabreiro as populações não se deslocam em massa para a branda. Apenas se

[3] As brandas eram tradicionalmente ocupadas de maio a outubro, embora com algumas interrupções relacionadas com o calendário agrícola e com a necessidade de acompanhar as diferentes culturas na branda e na inverneira.

[4] Gavieira era a freguesia que apresentava maiores semelhanças com Castro Laboreiro, podendo-se também aí identificar uma duplicação do local de residência. No entanto, enquanto em Castro Laboreiro a complementaridade branda - inverneira era total, na Gavieira a branda assumia muito mais o papel de infraestrutura de apoio à pastorícia, sendo a inverneira percecionada

deslocam alguns elementos do agregado familiar ou, quando muito, algumas famílias completas. A estratégia de mobilidade é, pois, distinta, não se podendo considerar que exista de facto uma duplicação do local de residência, tal como existe em Castro Laboreiro. Os lugares são fixos, isto é, de habitação permanente, sendo as brandas espaços complementares que respondem a necessidades da economia agro-pastoril. Para além das brandas de cultivo, encontram-se a maior altitude as tradicionais brandas de gado, onde permanecem os animais e o pastor.

Na serra Amarela (territórios do concelho da Ponte da Barca), o povoamento é condicionado pelo rio Lima. A maioria dos aglomerados encontra-se agora a altitudes menores, entre os 200 e os 400 metros, e os restantes, como Germil e Ermida, situam-se entre os 400 e os 600 metros. Aqui, as brandas de gado são constituídas por abrigos de pastor sem caráter habitacional.

Finalmente, temos a serra do Gerês. Da mesma forma que o rio Lima condiciona o povoamento em Ponte da Barca, aqui é o rio Cávado que, atravessando os concelhos de Terras de Bouro e de Montalegre, condiciona a ocupação do meio. É comum aos dois concelhos uma concentração de aglomerados nas áreas de vale do Cávado, entre os 200 e os 400 metros. Mas enquanto os aglomerados de Terras de Bouro se organizam também em torno do rio Gerês, surgindo uma ocupação entre os 500 e os 600 metros, os de Montalegre acompanham a progressão do Cávado, apresentando não um povoamento em patamares, mas de subida gradual até à área de planalto da Mourela. Também aqui a presença de brandas se limita a brandas de gado. No planalto da Mourela, área com algumas características semelhantes às do Planalto de Castro Laboreiro, a estratégia de povoamento foi diferentemente condicionada, dando lugar não à duplicação de núcleos, mas à concentração em núcleos únicos, de que são exemplo Tourém e de Pitões, freguesias constituídas por um único aglomerado.

11.2. ATIVIDADES ECONÓMICAS

11.2.1. AGROPECUÁRIA

A desenvolver com base nos dados do RGA 2019 (ainda não disponíveis). Apresenta-se apenas uma caraterização da distribuição espacial dos sistemas de produção, realizada com base nos dados das candidaturas dos órgãos gestores de áreas baldias e afins aos apoios zonais em 2017.

- Distribuição espacial dos sistemas de produção

As características físicas e climáticas do território do Parque Nacional condicionaram a localização dos núcleos urbanos, a ocupação do solo e, consequentemente, o predomínio de dado sistema produtivo,

pela comunidade como o núcleo residencial principal, onde se permanecia mais tempo e em que o investimento na comodidade era maior.

assim como de dada espécie pecuária. Da gestão diferenciada dos recursos disponíveis e da eleição de distintos objetivos promove-se a diferenciação dos sistemas produtivos a nível espacial.

Nas encostas suaves e nos terrenos armados em socalcos encontramos as áreas com melhor aptidão agrícola, donde resulta um predomínio dos sistemas de produção de policultura de bovinos e de quintal de autoconsumo. Este último encontra-se restrito a pequenas áreas agrícolas e confina-se às imediações dos núcleos populacionais, enquanto o primeiro se estende pelas parcelas dispostas e dispersas nos socalcos.

São os sistemas de pecuária extensiva e de pequenos ruminantes que vitalizam as zonas naturais do Parque, não só através da economia gerada para uma grande fatia das famílias agrícolas residentes nesta zona como pela simbiose existente entre os animais e as áreas serranas a proteger.

Para o sistema de pecuária extensiva de bovinos, conseguem-se definir algumas zonas de eleição: as serras da Peneda e do Soajo, seguidas do planalto da Mourela, onde o total de animais desta espécie pecuária representa mais de metade do total de efetivo de bovinos das freguesias do Parque, segundo os dados das candidaturas dos órgãos gestores de áreas baldias e afins aos apoios zonais em 2017: 57,9%, nas freguesias do concelho de Arcos de Valdevez; 19%, nas freguesias do concelho de Montalegre.

Quadro 23 – Efetivo pecuário (CN) das freguesias do PNPG, agrupadas por concelho, em 2017

	Bovinos (CN)	**%**	**Caprinos (CN)**	**%**	**Ovinos (CN)**	**%**
Melgaço	541,80	6,2	78,60	11,7	68,85	24,6
Arcos de Valdevez	5047,80	57,9	149,70	22,3	160,35	57,3
Ponte da Barca	1059,00	12,1	57,60	8,6	27,00	9,6
Terras de Bouro	411,80	4,7	209,55	31,3	1,80	0,6
Montalegre	1659,2	19,0	174,75	26,1	21,9	7,8
PNPG	*8719,60*		*670,20*		*279,90*	

Fonte: Dados das candidaturas dos órgãos gestores de áreas baldias e afins aos apoios zonais em 2017

O sistema de pequenos ruminantes apresenta um comportamento distinto pois são animais mais rústicos, que utilizam áreas serranas, aproveitando, para a sua alimentação, essencialmente áreas de matos. Geralmente, este sistema não tem suporte forrageiro a nível da exploração agrícola, estando mais dependente da produtividade das pastagens espontâneas.

No caso dos ovinos, observa-se que são as freguesias do concelho de Arcos de Valdevez que possuem um maior efetivo (57,3%), seguidas pela União das Freguesias de Castro Laboreiro e Lamas de Mouro (24,6%). Já os caprinos têm um maior peso nas freguesias pertencentes ao concelho de Terras de Bouro (31,3%).

Notas evolutivas:

O decréscimo populacional que se tem verificado em todas as regiões do Parque Nacional, com a consequente feminização e envelhecimento dos produtores, conduziu a uma falta de disponibilidade de mão-de-obra agrícola.

O sistema tradicional de pastoreio tem-se alterado, verificando-se o abandono de algumas brandas de cultivo e da maior parte das brandas de gado. As pastagens naturais, existentes nas áreas de usufruto comunitário, permanecem como a principal fonte de alimentação dos animais. Contudo, devido ao reduzido número de pastores e à falta de disponibilidade destes para pernoitar na serra, registou-se uma mudança no maneio dos animais. Atualmente, o mais frequente é a permanência dos bovinos na serra, durante todo o ano, em particular nas serras do Soajo e da Peneda.

Até a aproximadamente uma década atrás, assistiu-se a um aumento crescente do número de cavalos, explicado pela apetência das receitas económicas resultantes da adesão às medidas políticas então em vigor. Hoje em dia, o número de cavalos tende a estabilizar e até mesmo a diminuir, dado ser obrigatória a identificação dos animais. Estes animais predominam nas serras da Peneda e do Soajo e inserem-se em explorações agrícolas que integram um novo sistema de produção: equinos em regime natural. Os animais vivem livres, sem grande controlo, e pastam por todo o Parque durante todo o ano.

11.2.2. FLORESTA

A área florestal no Parque Nacional da Peneda-Gerês totaliza 20681 ha (dados de 2018), o que corresponde a cerca de 30% do território desta área protegida. É caracterizada por uma elevada diversidade de espécies e uma estrutura muito irregular. Esta diversidade está relacionada com as características físicas e com a ocupação humana do território, distinguindo-se os tipos de floresta de acordo com a utilização feita pelo homem ao longo do tempo.

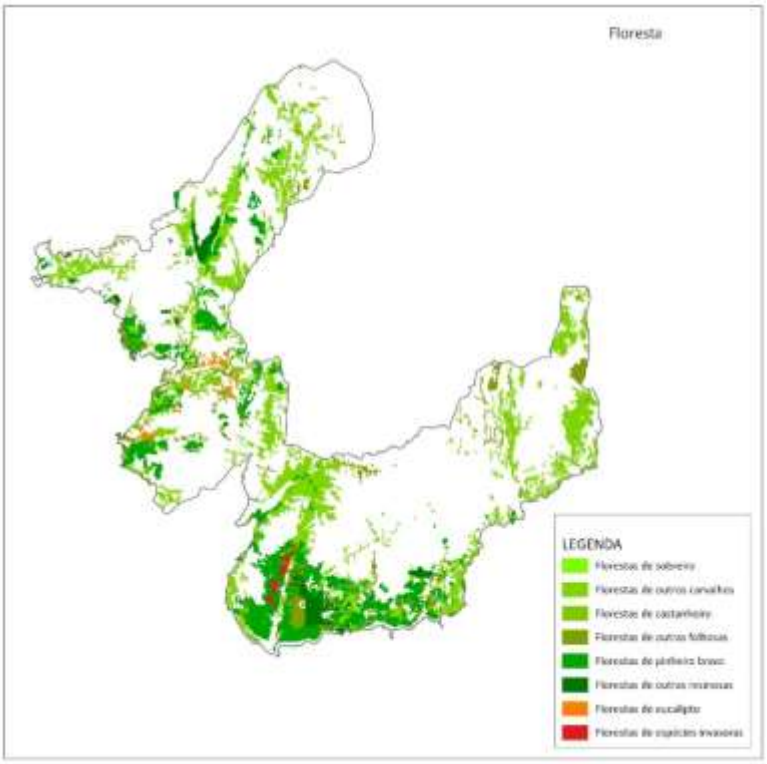


Figura 31 - Distribuição da floresta na área do PNPG. Fonte: Dados da COS2018 (tratados pelo SIGPNPG)

Tabela 8 - Área e tipo floresta no PNPG em 2018. Fonte: Dados da COS2018 (tratados pelo SIGPNPG).

TIPO DE FLORESTA	ÁREA (ha)
Florestas de sobreiro	5
Florestas de outros carvalhos	10730
Florestas de castanheiro	37
Florestas de outras folhosas	2349
Florestas de pinheiro-bravo	5928
Florestas de outras resinosas	1093
Florestas de eucalipto	361
Florestas de espécies invasoras	190
Total	**20693**

A área de folhosas ocupa 13110 ha, verificando-se o domínio da floresta autóctone de carvalhos (Quercus robur e Quercus pyrenaica). A floresta de resinosas ocupa uma área de 7021 ha onde predominam o pinheiro-bravo e o pinheiro-silvestre.

A presença de grandes manchas de floresta autóctone, principalmente de carvalhal, marca desde sempre a paisagem do Parque, sendo estas formações de grande importância para a manutenção da biodiversidade. Destacam-se os carvalhais das matas do Ramiscal, da Peneda, de Castro-Laboreiro, de Palheiros-Albergaria, do rio Beredo e do rio Mau.

As florestas de resinosas resultam de ações de arborização em áreas anteriormente ocupadas por matos, levadas a cabo pelos Serviços Florestais no início do século XX e, maioritariamente, nas décadas de 40 a 60. Os serviços florestais chegaram ao Gerês em 1888, sendo publicada no Diário do Governo n.º 295, de 26 de dezembro de 1888, a criação do regulamento provisório dos Serviços de Arborização da Serra do Gerês e a Administração Florestal do Gerês, a primeira a ser instituída em Portugal.

As resinosas foram plantadas com objetivos económicos, embora também contribuam para a diversidade biológica e paisagística do Parque. As florestas de resinosas podem não constituir povoamentos puros, particularmente em povoamentos de pinheiro-bravo onde se encontram folhosas, constituindo florestas mistas de resinosas e folhosas, que apresentam alguma riqueza do ponto de vista florístico e faunístico.

Com a criação do Parque Nacional da Peneda-Gerês em 1971, todo o Parque ficou sujeito ao regime florestal. A gestão florestal dos baldios passou a ser da responsabilidade do PNPG, que a efetua de acordo com a lei em vigor. Os terrenos baldios podem ser administrados por uma das seguintes formas, a escolher pela assembleia de compartes: alínea a) – exclusivamente pelos compartes; alínea b) – em regime de associação entre os compartes e o Estado.

Tabela 9 - Regime comunitário (baldios e outras formas equiparadas). Fonte: Plano Zonal PNPG.

Baldios	Área total (ha)	Regime de gestão
Castro Laboreiro	9096,8	Alínea b)
Lamas do Mouro	1710,9	Alínea b)
Gavieira	5520,5	Alínea b)
Sistelo	2197,5	Alínea b)
Cabreiro	3701,4	Alínea b)
Gondoriz	2544,8	Alínea b)
Cabana Maior	1668,5	Alínea b)
Soajo	5308,5	Alínea b)
Lindoso	4105,3	Alínea b)
Britelo	887,1	Alínea b)
Entre Ambos-os-Rios	736	Alínea b)
Foral	2686,9	*
Germil	803,7	
Furna	1763	*
Campo do Gerês	842,3	Alínea a)
Covide	1528,7	*
Rio Caldo	697	Alínea b)

Vilar da Veiga	1694,9	Alínea b)
Ermida	1559,6	Alínea a)
Fafião	2208,7	Alínea a)
Pincães	1935,9	Alínea b)
Cabril	5600,4	Alínea b)
Outeiro	2944	Alínea b)
Cela-Sirvozelo	2270	Alínea b)
Paredes	753	Alínea b)
Covelães	905	Alínea b)
Pitões das Júnias	3193,8	Alínea b)
Tourém	1495,8	Alínea a)
Travassos	639,3	Alínea b)
Sezelhe	721,1	Alínea b)

* Não se aplica

O regime de propriedade no PNPG é caracterizado de acordo com o seguinte quadro:

Tabela 10 - Regime de propriedade no PNPG. Fonte: SIGPNPG.

REGIME DE PROPRIEDADE	ÁREA (ha)
Mata Nacional	5199,6
Baldio e/ou Foral	50004,6
Particular	12148,8
Outras áreas	2291,5

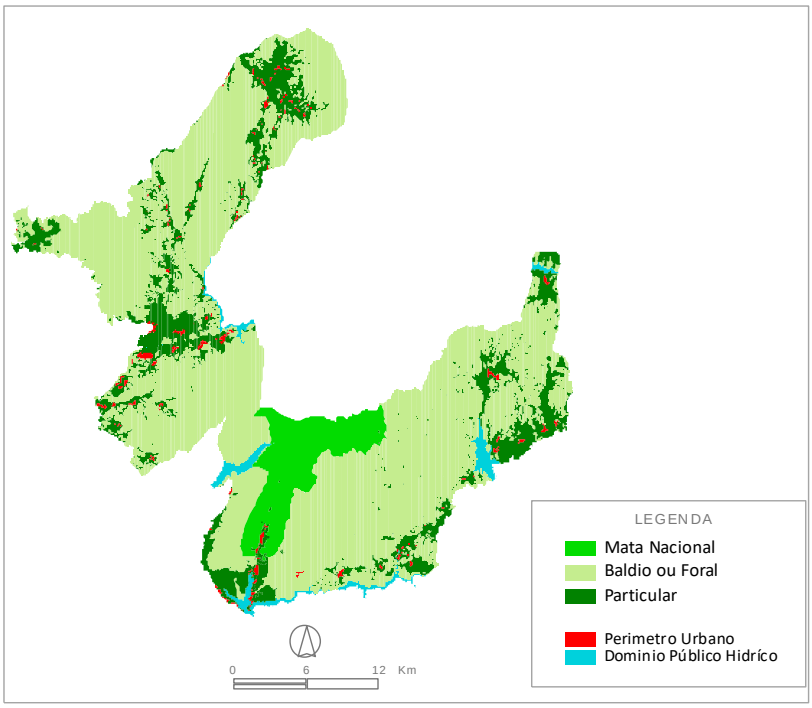


Figura 32 - Regime de propriedade na área do PNPG. Fonte: SIGPNPG.

Os terrenos baldios estendem-se por uma área de aproximadamente 500 055 ha, dos quais 11679 ha são ocupados por floresta, composta por 5 ha de sobreiro, 8 ha de Florestas de castanheiro, 30 ha de Florestas de espécies invasoras, 107 ha de Florestas de eucalipto, 952 ha de Florestas de outras resinosas, 1441 ha de Florestas de outras folhosas, 3915 ha de Florestas de pinheiro bravo e 5221 ha de Florestas de outros carvalhos. Estas manchas têm uma estrutura etária e de densidades muito diversificada, resultado principalmente dos incêndios que têm ocorrido.

A floresta privada ocupa 6403 ha, que correspondem a pequenas propriedades (em média inferiores a 1 ha), o que implica dificuldades acrescidas para a gestão, dado que, geralmente, os proprietários não valorizam a floresta. É dominada pela floresta de folhosas, com 4743 ha, ocupando as resinosas 1401 ha. A floresta de invasoras ocupa 14 ha e a de eucalipto 245 ha.

A Mata Nacional do Gerês, criada em 17 de agosto de 1888, tem uma área de 5199,6 ha e é ocupada por 2450 ha de floresta, maioritariamente (1379 ha) de Florestas de outros carvalhos e 207 ha de Florestas de outras folhosas, com destaque para a Mata de Albergaria e Palheiros. As resinosas ocupam 715 ha (629 ha de Florestas de pinheiro bravo e 86 ha de Florestas de outras resinosas.

No caso do carvalhal de Albergaria, a situação é preocupante. A regeneração dos componentes naturais passou a fazer-se mais lentamente, sendo já visíveis os seus efeitos nocivos. Os vários estratos florestais apresentam-se em fraca condição sanitária e o carvalhal apresenta pouca regeneração natural e plantas jovens. O ecossistema encontra-se em avançado estado de degradação, o que é evidenciado pela quantidade e dimensão das muitas heras encontradas nas manchas de carvalhal e de pinheiro-silvestre.

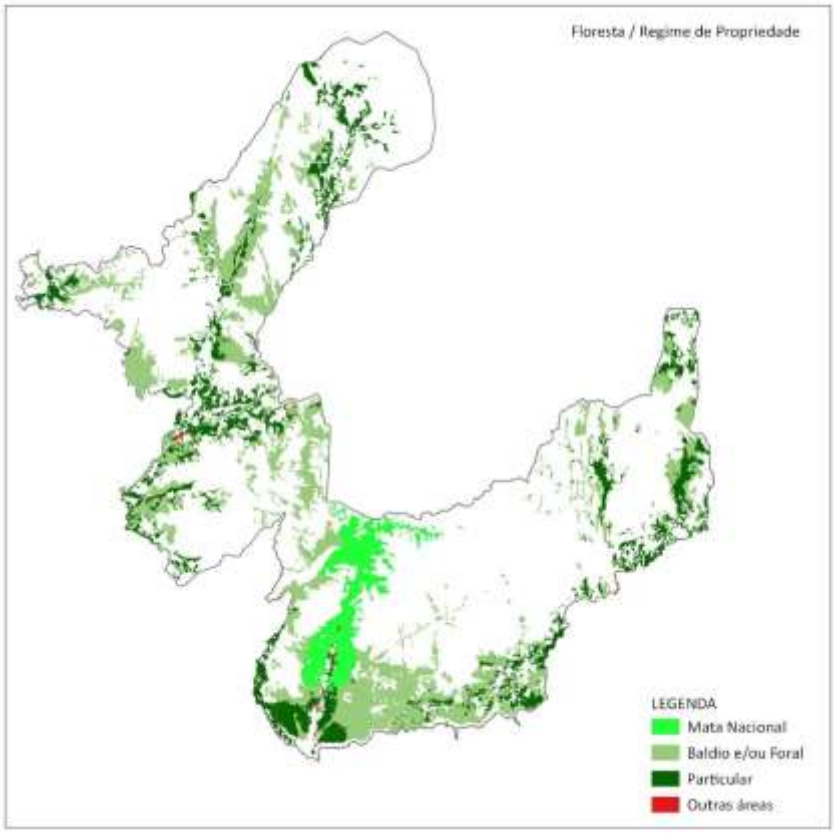


Figura 33 - Distribuição das áreas de floresta por classe do regime de propriedade. Fonte: SIGPNPG.

Tabela 11 - Áreas de floresta por classe do regime de propriedade. Fonte: SIGPNPG.

	MATA NACIONAL	BALDIO E/OU FORAL	PARTICULAR	OUTRAS ÁREAS
Florestas de sobreiro	0	5	0	0
Florestas de outros carvalhos	1379	5221	4056	74
Florestas de castanheiro	0	8	29	0
Florestas de eucalipto	4	107	245	5
Florestas de espécies invasoras	145	30	14	1
Florestas de outras folhosas	207	1441	658	43
Florestas de pinheiro bravo	629	3915	1350	34
Florestas de outras resinosas	86	952	51	4
Total	**2450**	**11679**	**6403**	**161**

A invasão dos habitats naturais por espécies exóticas é uma das principais causas de perda de biodiversidade. A espécie *Acacia dealbata* é a invasora mais preocupante pois ocupa uma grande área

no vale do rio Gerês. Para além desta, existem muitas outras manchas dispersas em toda a área ocidental do PNPG. Os incêndios florestais e outros fatores relacionados com a ação ou omissão humana têm contribuído para o aumento da área ocupada por esta invasora que, embora tenha aproveitamento lenhoso, não é controlável.

Tabela 12 - Áreas de *Acacia dealbata* (2000 – 2004)*

	2000	2001	2003	2004
ÁREA DE *Acacia dealbata*	905,0	744,2	1362,5	1355,7

* Não foi possível obter registos fidedignos das áreas atuais de *Acácia dealbata.*

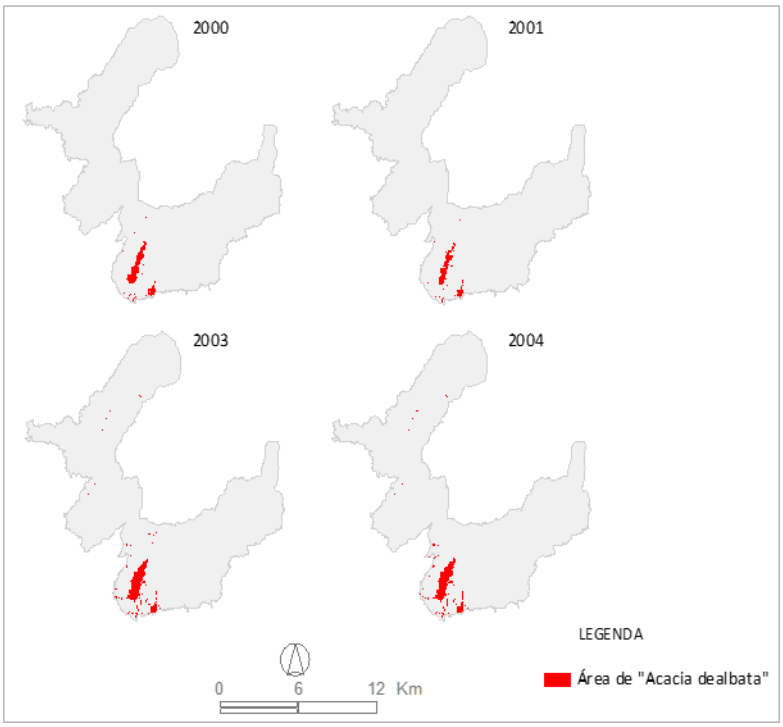


Figura 34 - Evolução da área de *Acacia dealbata* no PNPG entre 2000 e 2004. Fonte: SIGPNPG.

No entanto, os esforços de tratamento e combate realizados pelas equipas de trabalhadores florestais do PNPG abrangem, em 2020, uma área de cerca de 17,6 ha.

Os incêndios florestais são a principal ameaça à floresta do Parque Nacional. Entre 2001 e 2020 arderam cerca de 32 713 ha, o que representa graves consequências para a biodiversidade, perdas de solo, alteração da paisagem e perda de rendimento económico.

A área ardida oscila bastante de ano para ano, sendo 2010 o que apresenta maior área ardida. A falta de compartimentação de manchas contínuas de resinosas, a acumulação de combustível pela ausência de controlo de matos e absentismo dos gestores dos espaços florestais são as principais causas para o elevado risco de incêndio.

Da análise dos dados estatísticos referentes aos incêndios na área do PNPG, no período de 2000 a 2019, conclui-se que ocorreram, em média, 129 incêndios por ano (incluindo incêndios agrícolas e fogachos), afetando uma área média de 1631 ha/ano. Neste período temporal a área ardida e o número de ocorrências oscilam, embora se verifique, desde 2015, uma diminuição do número de incêndios por ano (e áreas ardidas bastante inferiores à registada em 2016).

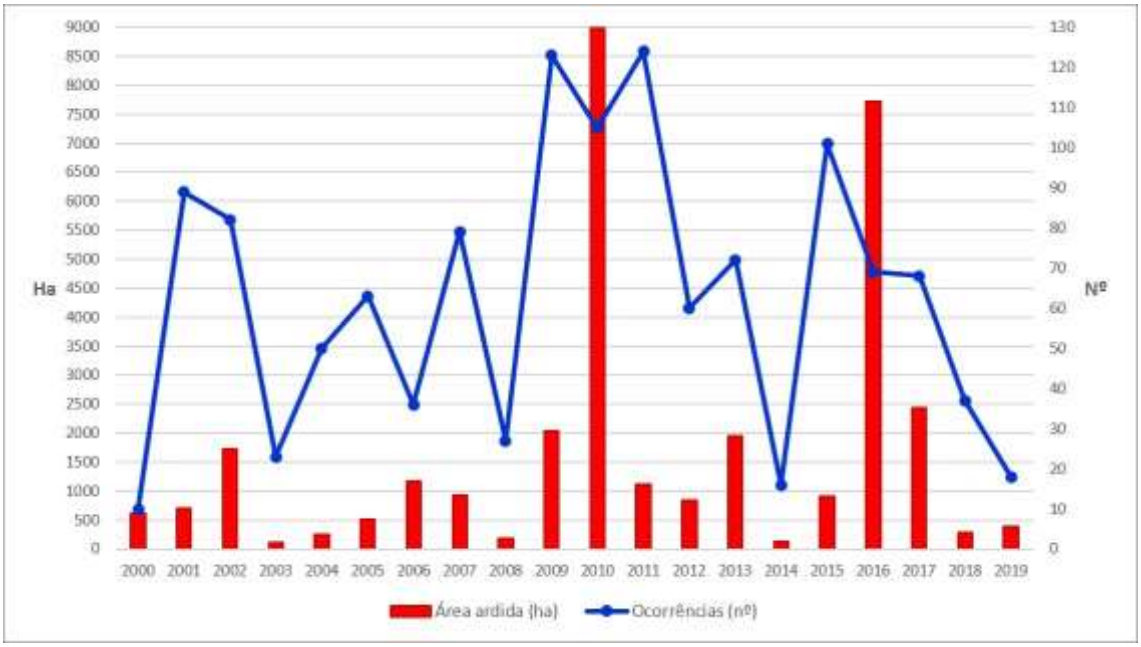


Gráfico 6 - Nº. de ocorrências e área ardida entre 2000 e 2019. Fonte: Dados do SGIF (tratados pelo SIGPNPG).

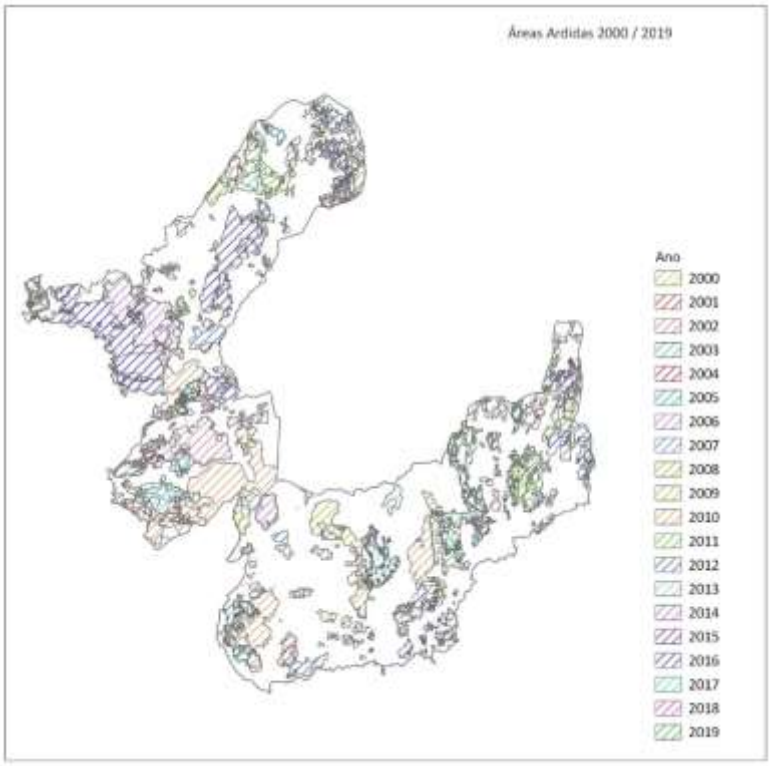


Figura 35 - Áreas ardidas entre 200 e 2019. Fonte: Dados do SGIF (tratados pelo SIGPNPG).

11.2.3. CAÇA E PESCA DESPORTIVA

- Atividade cinegética

A estratégia seguida pelo ICNF, I.P. e consequentemente pelo Parque Nacional da Peneda-Gerês na área da conservação da natureza implicou a implementação de um regime de caça que favorecesse o correto ordenamento desta atividade, que desde sempre foi praticada pelos naturais e residentes. Este regime passa por não comprometer a sobrevivência das espécies cinegéticas e por salvaguardar a sobrevivência das espécies protegidas.

O Parque Nacional seguiu essa estratégia em cooperação com as autarquias locais e associações compostas por naturais e residentes nesta área protegida e considerando que, no quadro legal

existente, a figura de "Zona de Caça Associativa" (ZCA) era a que melhor cumpria os seus objetivos desta área protegida, apoiou a criação de 21 zonas de caça associativa.

Atualmente, são 22 as zonas de caça ativas incluídas, total ou parcialmente, no PNPG:

Tabela 13 - Zonas de caça ativas com terrenos no PNPG (2020). Fonte: ICNF/DECF-N.

Tipo de ZC	Designação	Concelho	Área da ZC (ha)
ZCA	Cabana Maior	Arcos de Valdevez	1502
ZCA	Cabreiro	Arcos de Valdevez	1874
ZCA	Cabreiro	Arcos de Valdevez	1874
ZCA	Gondoriz	Arcos de Valdevez	2335
ZCA	Peneda	Arcos de Valdevez	487
ZCA	Peneda Gavieira	Arcos de Valdevez	1764
ZCM	Sistelo	Arcos de Valdevez	2729
ZCA	Soajo	Arcos de Valdevez	3193
ZCA	Castreja	Melgaço	2470
ZCM	Gave	Melgaço	1702
ZCA	Lamas de Mouro	Melgaço	1707
ZCA	Alto da Cumieira	Montalegre	3324
ZCA	Cernada	Montalegre	1127
ZCA	Covelães	Montalegre	1188
ZCA	Pitões das Júnias	Montalegre	1817
ZCA	Sezelhe	Montalegre	510
ZCA	Foral	Ponte da Barca	1499
ZCA	Germil	Ponte da Barca	643
ZCA	S. Miguel e Britelo	Ponte da Barca	1235
ZCA	Serra Amarela	Ponte da Barca	1588
ZCA	Calcedónia	Terras de Bouro	1659
ZCA	Campo do Gerês	Terras de Bouro	1086
ZCA	Serra do Gerês	Terras de Bouro	2529

A área abrangida por zonas de caça perfaz cerca de 39 842 ha. À data da revisão do POPNPG aprovado em 1995, esta área estava totalmente inserida na Área de Ambiente Rural. No entanto, com a publicação do atual Plano de Ordenamento (2011), passou a existir uma sobreposição de terrenos cinegéticos ordenados com áreas do PNPG onde o exercício da caça não é permitido (à luz do atual quadro legislativo), sobreposição esta que decorre do facto da concessão ser anterior à publicação do Plano de Ordenamento. De forma a acautelar uma situação de aparente irregularidade no funcionamento dessas zonas de caça, e uma vez que a responsabilidade pela mesma não é imputável às respetivas entidades gestoras, o POPNPG estabeleceu no n.º 3 do art.º 29 que "… nos locais classificados como áreas de proteção parcial de tipo I ou de tipo II que incluam terrenos cinegéticos ordenados, a atividade cinegética pode manter-se até ao final do período de concessão em vigor à data de publicação deste regulamento …".

A regularização da situação destas zonas de caça tem vindo a ser realizada e em 2020 já não há sobreposição de terrenos com áreas sujeitas a regimes de PT, APPI e APPII, respeitando, assim, a norma que interdita o exercício da caça nos terrenos sujeitos a estes regimes de proteção.

Na figura 12 mostra-se a localização das zonas de caça ativas no PNPG.

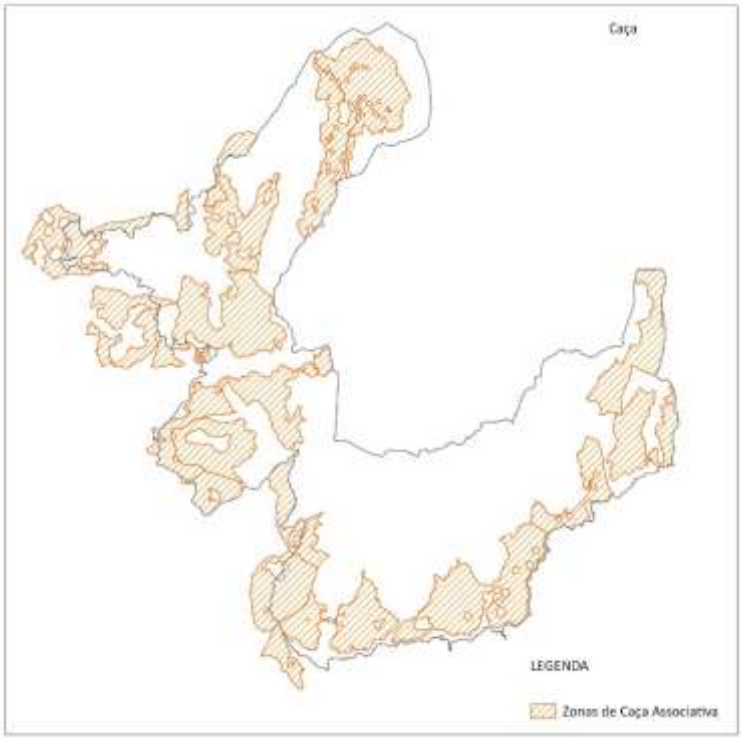


Figura 36 - Zonas de caça ativas no PNPG em 2020. Fonte: ICNF/DECF-N.

○ Pesca desportiva

O ordenamento da pesca desportiva na área do PNPG é fundamental para a conservação dos recursos piscícolas.

Como em Portugal a pesca desportiva tem tido um elevado incremento nos últimos anos, a gestão desta atividade deve satisfazer os objetivos dos pescadores, tendo sempre em atenção as possibilidades e limitações que os sistemas fluviais oferecem. Quer isto dizer que a conservação das comunidades piscícolas e dos seus habitats deve ser uma premissa fundamental para uma gestão sustentável deste recurso.

O Plano de Desenvolvimento da Floresta Portuguesa (DGF, 1998) apresenta como um dos Princípios Gerais da Politica Aquícola (ponto d) que "*as águas públicas interiores devem ser progressivamente sujeitas a normas específicas de gestão, num quadro geral de ordenamento dos recursos aquícolas, com*

vista à proteção, conservação, fomento e utilização racional do património aquícola e tendo em conta os interesses dos utilizadores".

Faz, então, todo o sentido explorar os vários instrumentos de maneio e gestão existentes para esta atividade. Como exemplos, pode referir-se a criação de zonas de Proteção, Abrigo, de Desova, de Pesca Reservada, Condicionada ou de Concessões de Pesca Desportiva.

Uma boa gestão da pesca desportiva não deve restringir-se exclusivamente à conservação das populações piscícolas (sobretudo as truteiras, dado o seu maior interesse), exercendo um controlo de esforço de pesca. Deve também procurar melhorar os recursos piscícolas, tanto em qualidade (atendendo à bravura da truta autóctone, selecionando o tamanho ótimo de pesca, criando zonas de refúgio em locais de remanso ou protegendo as margens com vegetação ripícola), como em quantidade (aumentando as zonas de desova e protegendo os ribeiros com alevins, modificando a estrutura populacional, favorecendo os trechos rápidos ou de remanso, respetivamente, segundo se trate de populações envelhecidas ou excessivamente jovens).

Por outro lado, a Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade refere que "*importa compatibilizar a atividade da pesca e da aquicultura com os objetivos de conservação da natureza e biodiversidade, nomeadamente, através da implementação das medidas de proteção dos recursos naturais já previstas no quadro legislativo existente, da promoção do ordenamento pesqueiro e do estabelecimento de uma rede nacional coerente de zonas de aptidão para cultura das espécies aquícolas*".

O mesmo documento refere que deve ser promovida a exploração sustentável dos recursos biológicos das águas interiores. Para tal, enumera as seguintes medidas:

- Promover a exploração dos stocks das espécies dulciaquícolas, com valor comercial e promover a proteção dos habitats mais relevantes;
- Adotar medidas coerentes que conduzem à salvaguarda ou recuperação da biodiversidade nos locais onde se constate que se encontra ameaçada, nomeadamente devido à pesca;
- Adotar medidas que conduzem a uma redução do esforço de pesca quando esteja em causa a biodiversidade em zonas críticas;
- Promover a proteção de espécies dulciaquícolas autóctones e respetivos habitats.

A criação de concessões de pesca é um dos principais instrumentos de ordenamento da pesca desportiva.

O apoio técnico dado aos clubes de pesca na elaboração dos projetos de concessão constitui um dos objetivos do PNPG, salvaguardando-se a biodiversidade.

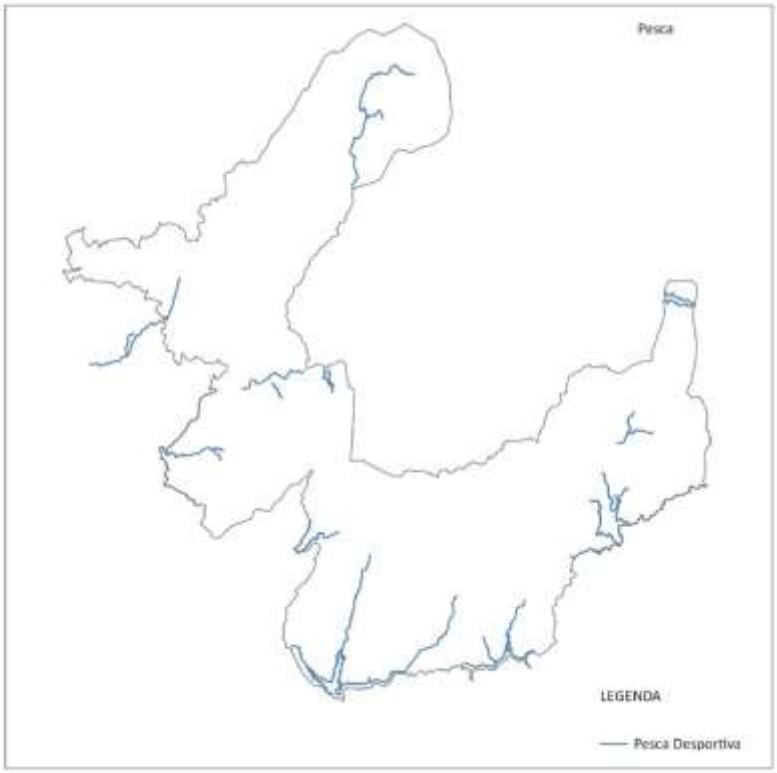


Figura 37 - Distribuição das concessões de Pesca Desportiva na área do PNPG (2020). Fonte: ICNF/DRCA.

11.2.4. APICULTURA

Em toda a área do Parque Nacional da Peneda-Gerês, a atividade apícola teve sempre um grande destaque, já que o mel constituía um elemento muito apreciado na dieta alimentar, simples ou combinado com outros produtos, assim como no tratamento de doenças, sendo por vezes usado para magias e rituais. Para além disso, era também uma pequena fonte de rendimento que ajudava no equilíbrio da economia familiar.

Toda a apicultura da região do PNPG, a partir dos anos 70 e 80 do séc. XX, sofreu uma grande transformação, com a passagem do tipo fixista (cortiços) para o sistema mobilista (colmeias móveis).

A evolução da apicultura foi constante. Após um decréscimo do número de apicultores, apiários e colónias entre 2001 e 2006/2007, assistiu-se a um ligeiro aumento, seguido de uma estabilização até 2013 (dados do INE, a nível nacional). Há mais colónias e maior produção de mel, mas a transferência de conhecimento entre gerações não tem sido assegurada, sendo que os pais e avós não conseguem incutir o gosto pela atividade ou transferir os conhecimentos acumulados durante muitos anos. Uma

das principais ameaças ao desenvolvimento da apicultura é, sem dúvida, o abandono ou desaparecimento dos apicultores e do gosto pela atividade.

Neste sentido, grande parte da apicultura que existe e a sua disseminação ficou a dever-se à realização de cursos de formação profissional, mas também ao gosto e interesse de alguns apicultores que a custo conseguem manter silhas (apiários) ancestrais em locais com aptidão comprovada para a atividade apícola.

Em regra, os apicultores remanescentes possuem os equipamentos necessários ao manuseamento e extração do mel, contudo nem sempre estão asseguradas as perfeitas condições de manuseamento e tratamento da matéria-prima.

A assistência técnica é deficitária, sendo que os únicos apoios eram, até há alguns anos atrás, disponibilizados por técnicos do PNPG. A questão da assistência técnica ganha ênfase, particularmente na aplicação de produtos químicos para o tratamento das abelhas e controlo de vegetação em redor do apiário, sendo recomendada a promoção de boas práticas apícolas de modo a manter os apiários em bom estado sanitário, preservando o meio envolvente. Mais recentemente, os apicultores viram-se confrontados com uma nova ameaça que exige um maior apoio técnico e institucional: a *Vespa velutina nigrithorax*, uma espécie não-indígena, predadora da abelha europeia (*Apis mellifera*), capaz de dizimar colónias, provocando grandes prejuízos económicos. Em Portugal, o primeiro ninho de vespa asiática (como é comumente conhecida) foi encontrado em Viana do Castelo, em 2011. Atualmente encontra-se por todo o Norte do país, embora com maior intensidade nos concelhos do litoral.

Embora existam alguns produtores profissionais que se dedicam quase exclusivamente à produção e comércio de mel, a apicultura é encarada, sobretudo, como uma atividade complementar, um "vício" como alguns lhe chamam. Para tal contribui o escasso retorno financeiro que obtêm da atividade. A venda faz-se sobretudo a visitantes, a associações de artesanato ou a revendedores que embalam e o comercializam. A rotulagem, embora obrigatória, nem sempre é feita, podendo-se ainda encontrar frascos de mel sem qualquer tipo de identificação.

Os futuros apicultores deverão estar bem formados e informados, ligados ao mercado a partir de uma organização de produtores que lhes garanta assistência técnica, formação profissional, controlo de qualidade e colocação no mercado dos produtos apícolas, em especial o mel, que é um ótimo alimento natural.

11.2.5. TURISMO

O Turismo de Natureza é apontado hoje como um dos mercados turísticos mais promissores, isto é, de maior crescimento relativo. Aqui, as áreas protegidas assumem um papel de destaque, já que é nestas áreas classificadas que o produto Turismo de Natureza se destaca.

O Parque Nacional da Peneda-Gerês, abrangendo cinco municípios do interior e de montanha, é reconhecido pelos recursos e potencialidades extraordinárias, que têm servido de suporte ao desenvolvimento de uma atividade turística relevante e com um peso crescente na economia da região. São importantes recursos turísticos deste território a beleza e o valor cultural das paisagens, o património natural com interesse turístico, como é o caso dos geossítios, e todo um importante património cultural, com relevância para o património classificado.

Para além das atividades diretamente relacionadas com o turismo, como sejam a hotelaria, a restauração e a animação turística, o fenómeno da visitação nesta região tem contribuído indiretamente para a dinamização e aparecimento de outras atividades e serviços da economia local e, logo, para a criação de emprego. São disso exemplo a importância da construção civil e a expressão do comércio em algumas localidades da região. No caso dos serviços públicos verifica-se também uma relação importante, destacando-se a criação de postos de trabalho em determinados serviços, em especial os de atendimento e informação ao público e os de limpeza e manutenção de infraestruturas e equipamentos urbanos.

Na caracterização da oferta e da procura turística na região do PNPG seguiram-se as seguintes opções metodológicas:

- foram utilizados quase exclusivamente dados do Registo Nacional do Turismo e do Instituto Nacional da Estatística, tendo sido analisados os indicadores disponíveis desagregados à escala do concelho; para a análise da evolução do número de visitantes utilizaram-se os dados recolhidos nas Portas e estruturas do Parque Nacional da Peneda-Gerês (disponíveis no site do ICNF, I.P.);

- a unidade geográfica privilegiada foi o concelho (os cinco concelhos do parque, considerados individualmente ou em conjunto), apurando-se sempre que possível os dados referentes às freguesias do PNPG. No entanto, a insuficiência de dados desagregados à escala de freguesia impossibilitou, para a maioria dos indicadores, a análise exclusivamente para a área coincidente com o Parque;

- o período temporal em análise não foi sempre o mesmo, dependo o mesmo da disponibilidade e fiabilidade dos dados;

11.2.5.1. CARACTERIZAÇÃO DA OFERTA TURÍSTICA

Para análise da oferta turística na região do PNPG foram apenas considerados o alojamento e a animação turística, por se entender que são as atividades que melhor retratam a evolução e caracterização do setor no território em causa. No que diz respeito à restauração, foi apenas feita uma análise genérica e empírica.

Para a análise da evolução do alojamento, utilizaram-se os seguintes indicadores do Registo Nacional do Turismo:

- Número de Empreendimentos Turísticos e respetiva capacidade de alojamento (N.º de utentes);

- Número de Parques de Campismo e Caravanismo e respetiva capacidade de alojamento (N.º de utentes);
  (Nota metodológica: apesar dos parques de campismo e de caravanismo integrarem as tipologias dos Empreendimentos Turísticos, optou-se por fazer o tratamento individualizado dos dados referentes a esta classificação, dado que influenciam de forma significativa o indicador da capacidade de alojamento.)

- Número de estabelecimentos de Alojamento Local e respetiva capacidade de alojamento (N.º de utentes).

Na animação turística foram utilizados os seguintes indicadores:

- Número de Agentes de Animação Turística registados no RNAAT (plataforma do Turismo de Portugal, I.P.);
- Número de Agentes de Animação Turística registados no RNAAT (plataforma do Turismo de Portugal, I.P.), com as atividades de animação turística reconhecidas como "Turismo de Natureza";
- Número de empresas que promovem atividades e serviços de animação turística no PNPG, com parecer favorável do ICNF, I.P. para operar no PNPG;
- Tipologia das atividades de animação turística promovidas pelas empresas que obtiveram parecer favorável do ICNF, I.P. para operar no PNPG.

ALOJAMENTO

O alojamento é claramente o indicador mais utilizado na caracterização do setor turístico de qualquer região ou país.

Em termos gerais, a análise efetuada permite afirmar que a região do PNPG goza de uma razoável capacidade de alojamento, tendo a oferta crescido consideravelmente na última década, tanto em número de estabelecimentos como na capacidade de alojamento instalada.

A oferta turística nos concelhos do PNPG, acompanhando a tendência nacional, tem vindo a sofrer diversas transformações, com particular incidência na componente do alojamento.

Com efeito, e numa análise quase empírica, admite-se que os agentes económicos locais, e também outros investidores, procuraram beneficiar das oportunidades económicas que o setor do turismo pode proporcionar nesta região em concreto, bem como responder às necessidades da procura turística, considerando o crescente número de turistas e o aumento das exigências de qualidade e diversidade na oferta turística (evolução das expectativas e motivações turísticas).

Por outro lado, há que considerar que os últimos anos corresponderam a um período importante de produção de diplomas legais (regulamentos), que introduziram significativas alterações ao nível dos requisitos legais aplicáveis às atividades, serviços e estabelecimentos turísticos, provocando a necessidade de uma adaptação e reestruturação da oferta, com resultados visíveis no aumento da qualidade e na diversidade das tipologias de alojamento turístico.

O reflexo de toda esta conjuntura manifestou-se, de forma significativa, na evolução da oferta de alojamento turístico nos concelhos do PNPG. Para além da construção de novas unidades de alojamento, destacam-se várias situações de recuperação de estabelecimentos existentes, envelhecidos ou obsoletos, melhorando a oferta de alojamento quer em termos de dimensão, quer em termos da qualidade das instalações e dos serviços.

Evolução da oferta de alojamento

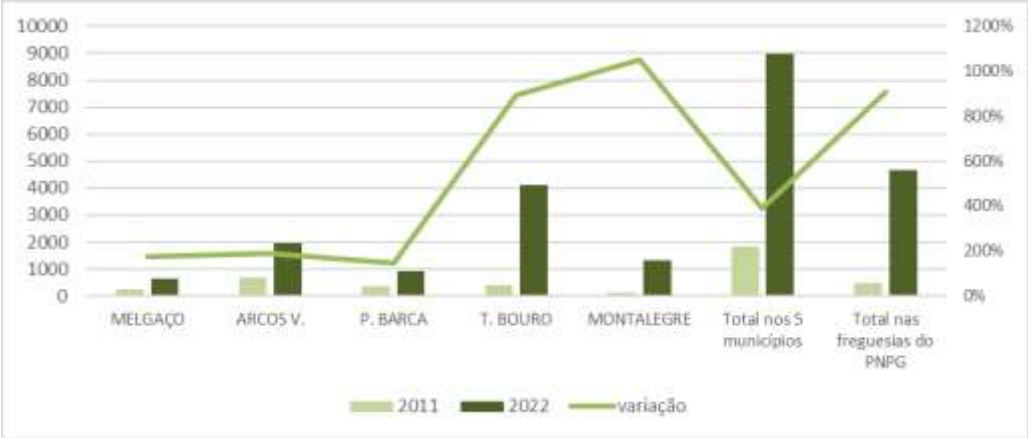
Observando a evolução do número de estabelecimentos de alojamento turístico instalados nos concelhos do PNPG e na Área Protegida, no período 2011-2022, verifica-se na última década um acentuado crescimento, em particular nas modalidades de alojamento local (AL), que até 2011 era residual nesta região. A menor exigência dos critérios de classificação e a simplificação do processo de licenciamento, decorrentes da alteração do regime jurídico do alojamento turístico, podem justificar o grande crescimento desta tipologia de alojamento. Por outro lado, esta nova tipologia veio contribuir para aligeirar o problema da oferta "paralela" (não licenciada) de alojamento, ao facilitar o enquadramento de uma grande maioria dos estabelecimentos ilegais que até então não preenchiam os critérios exigidos nas restantes tipologias de alojamento turístico.

Tabela 14 - Oferta global de estabelecimentos de alojamento turístico

	Oferta global de estabelecimentos de alojamento turístico (Emp. Tur. + AL; sem parques de campismo)					
	N.º de estabelecimentos de alojamento turístico			Capacidades de alojamento (Nº Utentes)		
	2011	2022	variação	2011	2022	variação
MELGAÇO	28	70	150%	235	646	175%
ARCOS V.	60	253	322%	681	1977	190%
P. BARCA	38	111	192%	378	923	144%
T. BOURO	34	425	1150%	414	4115	894%
MONTALEGRE	11	129	1073%	115	1324	1051%
Total nos 5 municípios	171	988	478%	1823	8985	393%
Total nas freguesias do PNPG	55	493	796%	463	4662	907%

Gráfico 7 - Evolução do n.º de estabelecimentos de alojamento (ET+AL) – 2011/22 (sem parques de campismo). Fonte: RNT

Gráfico 8 - Evolução da capacidade de alojamento (ET+AL) – 2011/22 (sem parques de campismo). Fonte: RNT



Globalmente, o PNPG conta atualmente (junho de 2022) com um total de 493 estabelecimentos de alojamento turístico (nas tipologias de empreendimentos turísticos e alojamento local), correspondendo a um aumento exponencial (796%) face ao ano de 2011. A área protegida tem uma capacidade de alojamento instalada na ordem dos 4.662 utentes, sendo as freguesias do município de Terras de Bouro as que mais contribuem.

Importa também considerar os números da oferta de alojamento turístico e da capacidade instalada em todo o território dos cinco municípios abrangidos pelo Parque Nacional, já que servem de hospedagem a muitos dos turistas que visitam a área protegida. Assim, na área dos cinco municípios regista-se um total de 988 estabelecimentos de alojamento turístico. Em termos de capacidade de alojamento, os municípios totalizam uma capacidade de alojamento para 8.985 utentes, sendo o município de Terras de Bouro o que mais contribui, com quase 50% da capacidade instalada nos municípios do Parque Nacional da Peneda-Gerês Nacional.

De salientar que são as freguesias incluídas na Área Protegida as que mais contribuem para a oferta global de alojamento turística, representando cerca de 50% do total de estabelecimentos e 52% da capacidade de alojamento existente nos cinco municípios.

Evolução dos empreendimentos turísticos

Empreendimentos turísticos (ET) são os estabelecimentos que se destinam a prestar serviços de alojamento, mediante remuneração, dispondo, para o seu funcionamento, de um adequado conjunto de estruturas, equipamentos e serviços complementares, ao abrigo do Regime Jurídico dos Empreendimentos Turísticos (RJET) que na sua versão atual (5.ª alteração), está republicado no Decreto-Lei n.º 80/2017, de 30 de junho.

São consideradas as seguintes tipologias de empreendimentos:

- Estabelecimentos hoteleiros: são estabelecimentos hoteleiros os empreendimentos turísticos destinados a proporcionar serviços de alojamento e outros serviços acessórios ou de apoio, com ou sem fornecimento de refeições, e vocacionados a uma locação diária. Inclui três grupos de estabelecimentos hoteleiros com as seguintes categorias: Hotéis, Hotéis-apartamentos e Pousadas.

- Aldeamentos turísticos: são aldeamentos turísticos os empreendimentos turísticos constituídos por um conjunto de instalações funcionalmente interdependentes com expressão arquitetónica coerente, situadas em espaços com continuidade territorial, com vias de circulação interna que permitam o trânsito de veículos de emergência, ainda que atravessados por estradas e caminhos municipais já existentes, linhas de água e faixas de terreno afetas a funções de proteção e conservação de recursos naturais, destinados a proporcionar alojamento e serviços complementares de apoio a turistas.

- Apartamentos turísticos: são apartamentos turísticos os empreendimentos turísticos constituídos por um conjunto coerente de unidades de alojamento, do tipo apartamento, entendendo-se estas como parte de um edifício à qual se acede através de espaços comuns, nomeadamente átrio, corredor, galeria ou patamar de escada, que se destinem a proporcionar alojamento e outros serviços complementares e de apoio a turistas.

- Conjuntos turísticos (resorts): são conjuntos turísticos (resorts) os empreendimentos constituídos por núcleos de instalações funcionalmente interdependentes, situados em espaços com continuidade territorial, ainda que atravessados por estradas e caminhos municipais já existentes, linhas de água e faixas de terreno afetas a funções de proteção e conservação de recursos naturais, destinados a proporcionar alojamento e serviços complementares de apoio a turistas, sujeitos a uma administração comum de serviços partilhados e de equipamentos de utilização comum, que integrem pelo menos dois empreendimentos turísticos, sendo obrigatoriamente um deles um estabelecimento hoteleiro.

- Empreendimentos de turismo de habitação: são empreendimentos de turismo de habitação os estabelecimentos de natureza familiar instalados em imóveis antigos particulares que, pelo seu valor arquitetónico, histórico ou artístico, sejam representativos de uma determinada época, nomeadamente palácios e solares, podendo localizar -se em espaços rurais ou urbanos.

- Empreendimentos de turismo no espaço rural: são empreendimentos de turismo no espaço rural os estabelecimentos que se destinam a prestar, em espaços rurais, serviços de alojamento a turistas, preservando, recuperando e valorizando o património arquitetónico, histórico, natural e paisagístico dos respetivos locais e regiões onde se situam, através da reconstrução, reabilitação ou ampliação de construções existentes, de modo a ser assegurada a sua integração na envolvente. Os empreendimentos de turismo no espaço rural podem ser classificados nos seguintes grupos: Casas de Campo, Agro-turismo e Hotel Rural.

- Parques de campismo e de caravanismo *(tipologia tratada separadamente)*.

Tabela 15 - Evolução dos Empreendimentos Turísticos (exceto parques de campismo) no PNPG e nos municípios abrangidos, 2011 – 2022 (jun). Fonte: RNT.

	N.º de empreendimentos *- não inclui Parques de Campismo*			**Capacidade (Nº Utentes)** *- não inclui Parques de Campismo*			**Nº Unidades de Aloj. (Quartos)**			**Nº Unidades de Aloj. Mobilidade Reduzida**		
	2011	2022	TX variação	2011	2022	TX variação	2011	2022	TX variação	2011	2022	TX variação
MELGAÇO	19	43	126%	334	493	48%	171	252	47%	5	10	100%

ARCOS V.	23	76	230%	272	923	239%	139	465	235%	5	27	440%
P. BARCA	14	51	264%	128	500	291%	64	251	292%	2	17	750%
T. BOURO	23	50	117%	931	1168	25%	500	619	24%	11	19	73%
MONTALEGRE	16	27	69%	272	387	42%	138	196	42%	6	10	67%
Total ET nos 5 municípios	**95**	**247**	**160%**	**1937**	**3471**	**79%**	**1012**	**1783**	**76%**	**29**	**83**	**186%**
Total ET nas freguesias do PNPG	**51**	**96**	**88%**	**1212**	**1537**	**27%**	**643**	**806**	**25%**	**15**	**24**	**60%**
Peso dos ET incluídos no PNPG	54%	39%		63%	44%	34%	64%	45%	33%	52%	29%	32%

Gráfico 9 - Evolução do n.º de Empreendimentos Turísticos (exceto parques de campismo), 2011-2022. Fonte: RNT

Gráfico 10 - Evolução da capacidade de alojamento em Empreendimentos Turísticos (exceto parques de campismo), 2011-2022

Os últimos dez anos correspondem a um período de grande evolução na oferta de empreendimentos turísticos no PNPG, quer em número, quer em diversidade e qualidade. As freguesias do PNPG contam com quase uma centena de ET (96 empreendimentos), com capacidade para alojar 1537 utentes, valores

que traduzem, respetivamente, um crescimento de 88% (n.º de ET) e de 27% (capacidade de alojamento) face a 2011.

No conjunto dos cinco municípios, o território apresenta uma oferta muito razoável de ET, com um total de 247 empreendimentos, que permitem hospedar 3471 turistas. Arcos de Valdevez é o município com maior número de ET, mas é Terras de Bouro que mais contribui para a capacidade de alojamento em ET, justificado pelo número de hotéis instalados com capacidade muito superior aos pequenos empreendimentos, nomeadamente casas de campo. Ponte da Barca e Arcos de Valdevez foram os municípios que mais cresceram na oferta de ET, na última década.

Gráfico 11 - Representatividade das freguesias do PNPG no total de Empreendimentos Turísticos existentes nos 5 municípios (exceto parques de campismo)

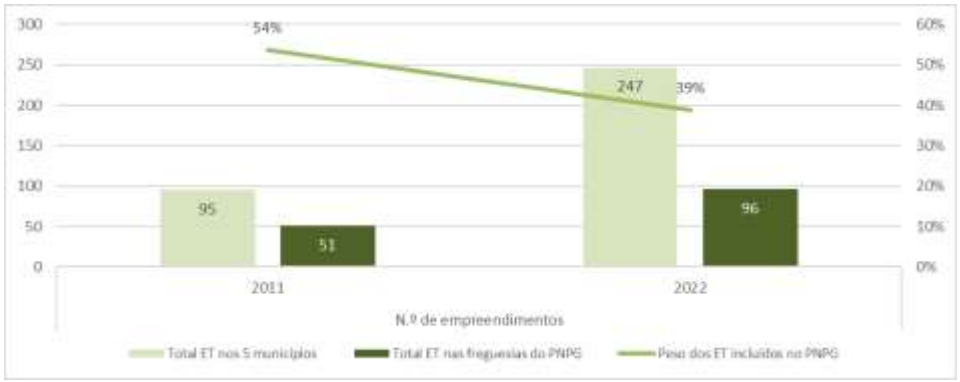
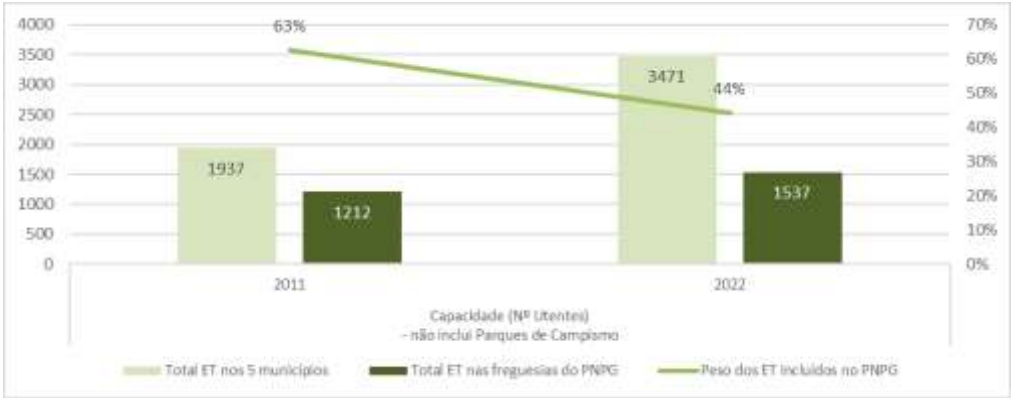


Gráfico 12 - Representatividade das freguesias do PNPG no total da capacidade de alojamento em Empreendimentos Turísticos instalada nos 5 municípios (exceto parques de campismo)



Em termos de representatividade, o número de empreendimentos turísticos localizados na área do Parque Nacional da Peneda-Gerês passa de 54%, em 2011, para 39%, em 2022, da oferta global existente nos municípios, com correspondente quebra no peso da capacidade de alojamento nas tipologias de ET, resultado da dinâmica e crescimento do setor do turismo que se têm verificado em toda a região, nomeadamente na abertura de novas unidades de ET nas sedes de concelho.

Tabela 16 - Tipologia de Empreendimento Turístico em 2022. Fonte: RNT

Tipologia de Empreendimento Turístico em 2022	ET nos 5 municípios		ET nas freguesias do PNPG	
	N.º	%	N.º	%
Estabelecimento Hoteleiro - Hotel	29	11%	17	16%
Aldeamento turístico	0	0%	0	0%
Apartamento Turístico	2	1%	2	2%
Conjuntos turísticos (resorts)	0	0%	0	0%
Empreendimento de Turismo de Habitação	12	5%	1	1%
Empreendimento de Turismo no Espaço Rural - Casa de campo	169	65%	70	66%
Empreendimento de Turismo no Espaço Rural - Agro-turismo	27	10%	4	4%
Empreendimento de Turismo no Espaço Rural - Hotel Rural	8	3%	2	2%
Parques de campismo e de caravanismo	13	5%	10	9%

Em termos tipológicos, a grande maioria da oferta de ET corresponde aos Empreendimentos de Turismo no Espaço Rural - Casas de Campo, que representam 66% do total de ET no PNPG, o que demonstra uma maior prevalência dos pequenos empreendimentos conseguidos através da reconstrução, reabilitação ou ampliação de construções existentes, resultado num enquadramento mais ajustado na paisagem e na valorização espaço rural, por via da recuperação e preservação do património arquitetónico, histórico, natural e paisagístico. Os hotéis são a segunda tipologia de ET mais importante no território do Parque Nacional da Peneda-Gerês, seguindo-se os parques de campismo.

Evolução dos parques de campismo

São parques de campismo e de caravanismo os empreendimentos instalados em terrenos devidamente delimitados e dotados de estruturas destinadas a permitir a instalação de tendas, reboques, caravanas ou autocaravanas e demais material e equipamento necessários à prática do campismo e do

caravanismo, podendo ser públicos ou privativos, consoante se destinem ao público em geral ou apenas aos associados ou beneficiários das respetivas entidades proprietárias ou exploradoras.

Tabela 17 - Evolução dos Parques de Campismo e Caravanismo no PNPG e nos municípios abrangidos, 2011-2022. Fonte: RNT

	N.º de Parques de Campismo e Caravanismo			Capacidade de alojamento nos Parques de Campismo e Caravanismo (Nº Utentes)		
	2011	2022	TX variação	2011	2022	TX variação
MELGAÇO	1	2	100%	200	309	55%
ARCOS V.	0	0	0%	0	0	0%
P. BARCA	1	2	100%	400	420	5%
T. BOURO	1	6	500%	600	1165	94%
MONTALEGRE	1	3	200%	90	182	102%
Total PC nos 5 municípios	**4**	**13**	**225%**	**1290**	**2076**	**61%**
Total PC nas freguesias do PNPG	**4**	**10**	**150%**	**1290**	**1875**	**45%**
Peso dos PC incluídos no PNPG	100%	77%	67%	100%	90%	74%

Os parques de campismo registaram também uma evolução significativa, tendo nos últimos dez anos mais que triplicado a sua oferta. É sobretudo na área do Parque Nacional que se concentra este tipo de oferta, representando atualmente 77% dos parques existentes nos cinco municípios e 90% da capacidade de alojamento instalada nesta tipologia específica. De referir que muitos dos parques de campismo existentes têm já oferta de alojamento em bungalows.

Gráfico 13 - Evolução do n.º de Parques de Campismo e Caravanismo, 2011-2022

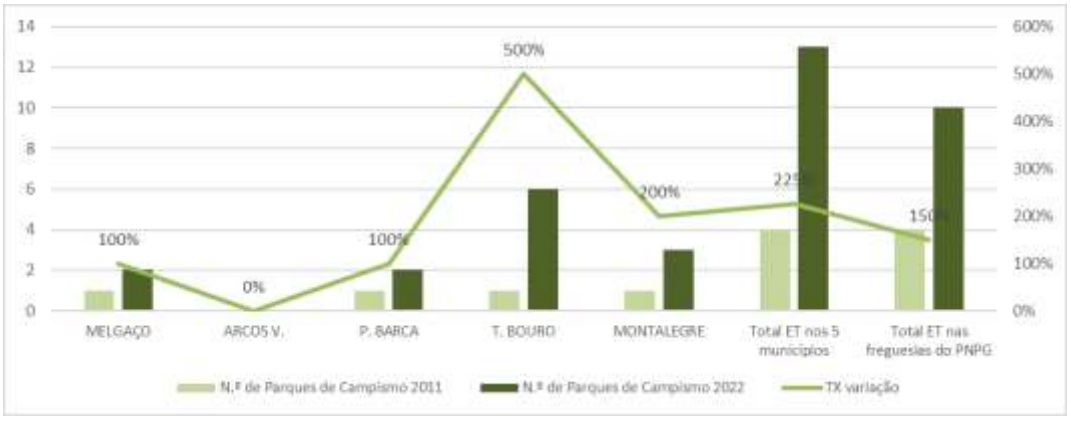


Gráfico 14 - Representatividade das freguesias do PNPG no total de Parques de Campismo e Caravanismo existentes nos 5 municípios

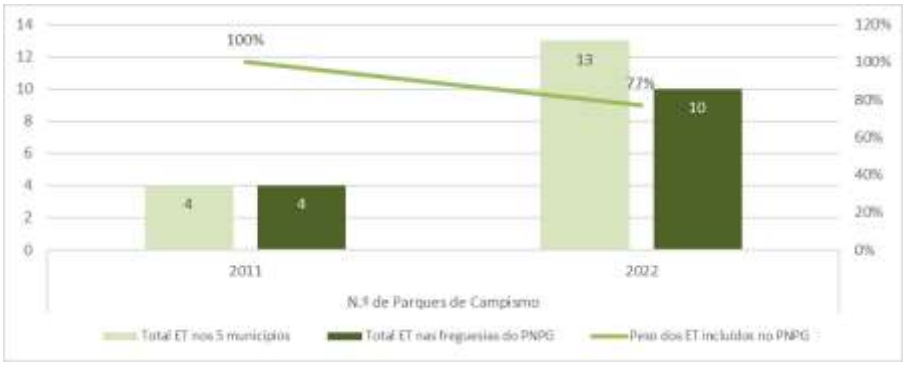


Gráfico 15 - Evolução da capacidade de alojamento nos Parques de Campismo e Caravanismo, 2011-2022

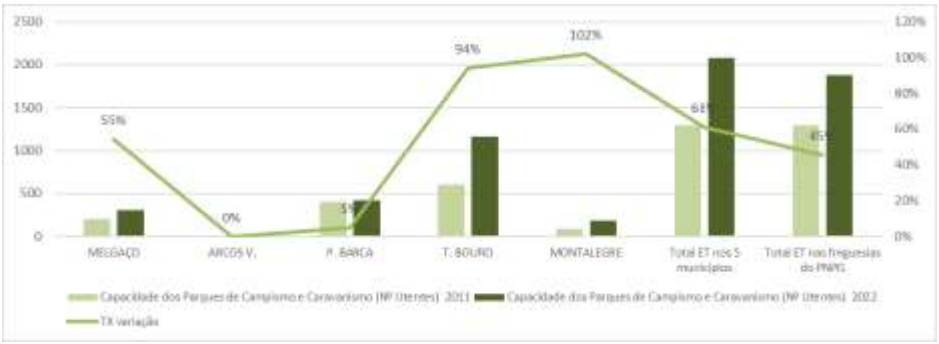
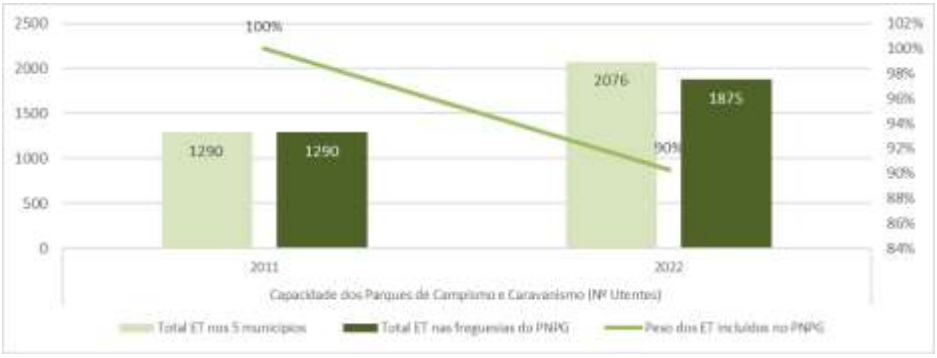


Gráfico 16 - Representatividade das freguesias do PNPG na capacidade de alojamento em Parques de Campismo e Caravanismo instalada nos 5 municípios



Evolução do alojamento local

Os estabelecimentos de alojamento local (AL) são aqueles que prestam serviços de alojamento temporário, nomeadamente a turistas, mediante remuneração desde que não reúnam os requisitos para serem considerados empreendimentos turísticos.

Integram-se nesta tipologia as seguintes modalidades:

a) Moradia: o estabelecimento de alojamento local cuja unidade de alojamento é constituída por um edifício autónomo, de caráter unifamiliar.

b) Apartamento: o estabelecimento de alojamento local cuja unidade de alojamento é constituída por uma fração autónoma de edifício ou parte de prédio urbano suscetível de utilização independente.

c) Estabelecimentos de hospedagem: o estabelecimento de alojamento local cujas unidades de alojamento são constituídas por quartos, integrados numa fração autónoma de edifício, num prédio urbano ou numa parte de prédio urbanos suscetível de utilização independente. Estes poderão utilizar a denominação de hostel quando a unidade de alojamento predominante for um dormitório, isto é, quando o número de utentes seja superior ao número de utentes em quarto, e se obedecerem aos restantes requisitos previsto para o efeito. A partir de 4 de fevereiro de 2021, os hostels têm novos requisitos – ver Portaria nº 262/2020, de 6 de novembro.

d) Quartos: a exploração de alojamento local feita na residência do titular (correspondente ao seu domicílio fiscal) quando a unidade de alojamento seja o quarto e estes não sejam em número superior a três.

Tabela 18 - Evolução do Alojamento Local no PNPG e nos municípios abrangidos, 2011 – 2022 (jun). Fonte: RNT.

	N.º de estabelecimentos			**Capacidade de alojamento (Nº Utentes)**			**Nº Camas**			**Nº Quartos**		
	2011	2022	Tx variação	2011	2022	Tx variação	2011	2022	Tx variação	2011	2022	Tx variação
MELGAÇO	4	31	675%	76	229	201%	41	144	251%	25	98	292%
ARCOS V.	7	184	2529%	30	1084	3513%	16	595	3619%	14	466	3229%
P. BARCA	1	61	6000%	6	429	7050%	6	255	4150%	3	187	6133%
T. BOURO	7	382	5357%	177	3124	1665%	102	1827	1691%	74	1391	1780%
MONTALEGRE	0	102	10200%	0	937	93700%	0	542	54200%	0	390	39000%
AL nos 5 municípios	**19**	**760**	**3900%**	**289**	**5803**	**1908%**	**165**	**3363**	**1938%**	**116**	**2532**	**2083%**
AL nas freguesias do PNPG	**10**	**407**	**3970%**	**138**	**3263**	**2264%**	**78**	**1909**	**2347%**	**64**	**1441**	**2152%**
Peso dos estabelecimentos de AL incluídos no PNPG	53%	54%		48%	56%		47%	57%		55%	57%	

Gráfico 17 - Evolução do n.º de estabelecimentos de Alojamento Local, 2011-2022

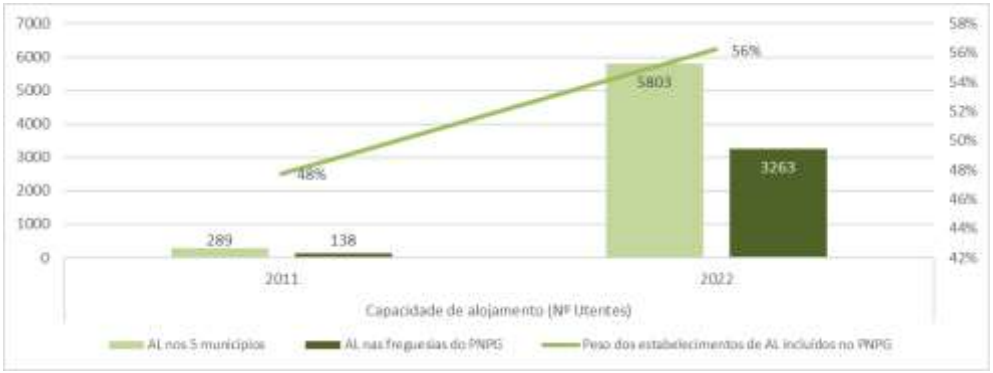
É no alojamento local (AL) que se verifica uma maior evolução na oferta de alojamento turístico, sendo a modalidade que, nos últimos dez anos, mais contribuiu para o crescimento da oferta total de alojamento turístico no PNPG e nos municípios abrangidos.

No PNPG contabilizam-se atualmente 407 estabelecimentos de AL, refletindo uma capacidade de alojamento de 3263 utentes, contra os números residuais de 2011, respetivamente 10 estabelecimentos para 78 utentes. A capacidade de alojamento em AL no PNPG representa 56% do total da capacidade em AL instalada no conjunto dos cinco municípios.

Gráfico 18 - Representatividade das freguesias do PNPG no n.º de estabelecimentos de Alojamento Local, face ao total existente nos 5 municípios

Gráfico 19 - Evolução da capacidade de alojamento (n.º de utentes) nos estabelecimentos de Alojamento Local, 2011-2022

Gráfico 20 - Representatividade das freguesias do PNPG no total da capacidade de alojamento em estabelecimentos de Alojamento Local instalada nos 5 municípios



RESTAURAÇÃO

Ao nível dos serviços de restauração, segundo a informação que foi possível apurar, estima-se que exista na região (municípios que integram o PNPG) cerca de uma centena de restaurantes, variando entre os que oferecem gastronomia típica e baseada nos produtos agroalimentares locais e os estabelecimentos que servem uma ementa considerada mais internacional.

Nos últimos tempos, fruto de recentes alterações na legislação do sector e das exigências cada vez mais apertadas por parte dos consumidores, tem-se verificado uma melhoria na qualidade dos serviços prestados e uma preocupação cada vez maior no que toca à oferta de pratos gastronómicos característicos da região e que valorizem as inúmeras raças autóctones.

No PNPG, os serviços de restauração encontram-se essencialmente concentrados nas freguesias ou lugares mais importantes ou mais explorados turisticamente, nomeadamente Castro Laboreiro, Soajo,

Lindoso, Entre-Ambos-os-Rios, Caldas do Gerês, Rio Caldo, Campo do Gerês, Covide, Fafião, Cabril e Pitões das Júnias.

ANIMAÇÃO TURÍSTICA

Nos últimos anos assistiu-se, a nível nacional, a um aumento exponencial da oferta de atividades e serviços de animação turística (criação de novas empresas), numa resposta direta à crescente procura desses serviços turísticos. De facto, hoje em dia, a oferta de alojamento já não é suficiente para tornar uma região atrativa e responder às necessidades da procura. É essencial a complementaridade entre as várias componentes da oferta turística, na qual as atividades e serviços de animação assumem um papel fundamental.

Também na região do Parque Nacional da Peneda-Gerês, a animação turística é, cada vez mais, uma componente de importância estratégica no conjunto da oferta turística, que se pretende diversificar e estruturar de forma compósita. Só assim uma região é capaz de oferecer um produto turístico, experiências diferenciadoras, contribuindo para a fixação de visitantes (aumento do período médio de estada).

Com efeito, no PNPG, esta conjuntura contribuiu para a criação de novas empresas e para a requalificação de outras já instaladas, que diversificaram e qualificaram os seus serviços e atividades. O Programa Nacional de Turismo de Natureza (PNTN), criado em 1998, e os posteriores diplomas legais a regulamentar a animação turística em áreas protegidas, contribuíram também para a reestruturação da oferta local de atividades de animação turística, sobretudo ao nível da qualificação dos serviços prestados. A revisão do PNTN, Decreto-Lei n.º 186/2015, de 3 de setembro, introduziu uma nova dinâmica ao eliminar as taxas devidas pelo reconhecimento dos empreendimentos turísticos e das de atividades de animação turística e ao simplificar um conjunto de procedimentos legais até então definidos.

Visando, por um lado, a qualificação e a divulgação dos serviços turísticos e, por outro, a sua sustentabilidade e responsabilidade ambientais, este diploma introduz também a marca nacional Natural.pt, propriedade do ICNF, I.P., oficialmente lançada em julho de 2014.

A marca Natural.pt distingue produtos e serviços existentes nas áreas protegidas, e na sua envolvente próxima, que partilhem valores e princípios de sustentabilidade e valorização da natureza e dos recursos endógenos. O alojamento, a restauração e a oferta das empresas de animação turística são exemplos de serviços que podem aderir à marca, desde que cumpram um conjunto de requisitos que contribuem para uma maior qualificação destes serviços turísticos e, simultaneamente, para uma melhor divulgação da área protegida.

No caso do Parque Nacional, dos 48 produtos distinguidos pela marca, 25 são alojamentos e 14 são agentes de animação turística (dados de dezembro 2020).

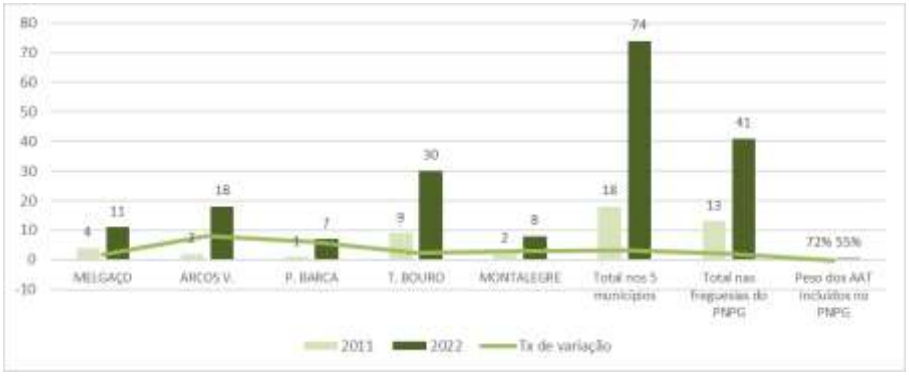
Agentes de animação turística

De acordo com os dados do Registo Nacional de Agentes de Animação Turística (RNAAT), em junho de 2022, existem 74 empresas registadas nos cinco municípios do Parque Nacional da Peneda-Gerês, sendo que 41 destas têm sede nas freguesias do Parque. Comparando os dados de 2011 e 2022, os números do RNAAT traduzem um crescimento muito acentuado da oferta de serviços e de atividades de animação turística na região, realidade que acompanha a dinâmica das tendências do turismo, onde se destaca a preferência dos visitantes pela prática de atividades de ar livre e de aventura. Terras de Bouro continua a ser o concelho que mais contribui para a oferta de animação turística, perdendo, no entanto, a representatividade que tinha há dez anos atrás.

Tabela 19 - Agentes de Animação Turística (AAT) no PNPG e nos municípios abrangidos, 2011 – 2022. Fonte: RNT.

	N.º de AAT		
	2011	**2022**	**Variação**
MELGAÇO	4	11	175%
ARCOS V.	2	18	800%
P. BARCA	1	7	600%
T. BOURO	9	30	233%
MONTALEGRE	2	8	300%
Total nos 5 municípios	**18**	**74**	311%
Total nas freguesias do PNPG	**13**	**41**	215%
Peso dos AAT incluídos no PNPG	**72%**	**55%**	-23%

Gráfico 21 - Evolução dos Agentes de Animação Turística (AAT) no PNPG e nos municípios abrangidos, 2011 – 2022. Fonte: RNT.



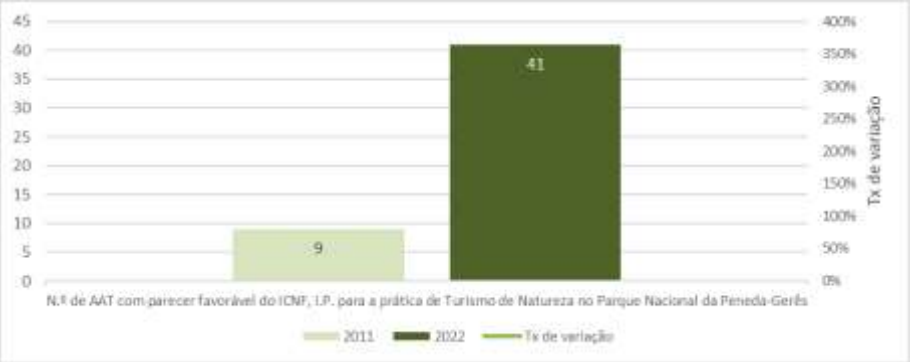
O número de empresas registadas no Turismo de Portugal e com sede nos municípios do Parque Nacional da Peneda-Gerês não traduz, porém, o universo das atividades e serviços de animação turística que ocorrem na área protegida, já que existem inúmeras empresas externas ao território que desenvolvem aqui atividades.

Para além disso, escapa também aos registos a oferta proveniente de outras tipologias de entidades que podem, ao abrigo da legislação e desde que cumpram um conjunto de requisitos, exercer atividades próprias das empresas de animação turística: associações, clubes desportivos, misericórdias, IPSS, e outras similares.

Mais recentemente, tem também vindo a aumentar o número de iniciativas promovidas por particulares ou por grupos informais que utilizando a Internet como via de divulgação e de congregação de atividades de grupos mais restritos, que envolvem número de participantes relevante. Embora grande parte destas atividades tenha efetivamente um cariz informal, algumas têm contornos menos claros, podendo também estar em causa a realização de iniciativas de cariz comercial sem o devido enquadramento legal.

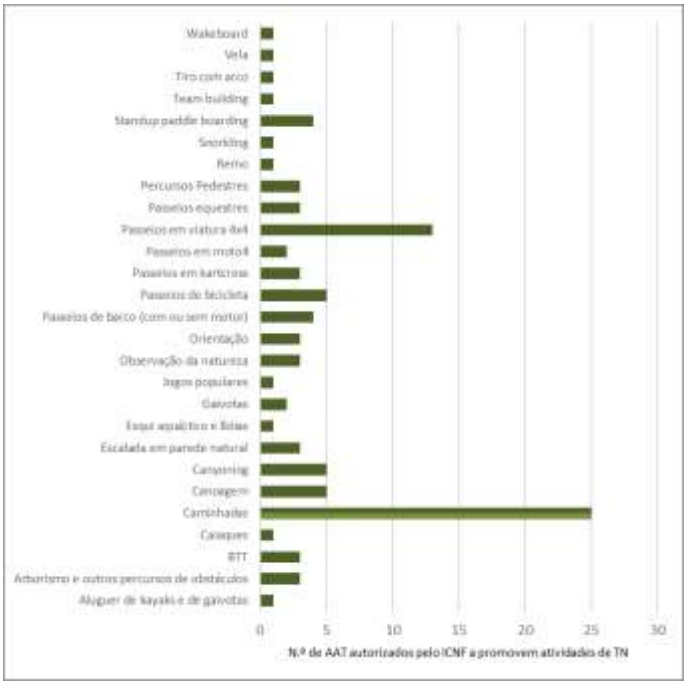
Se analisarmos a evolução do número de empresas autorizadas pelo PNPG/ICNF, I.P., verificamos que a tendência é também de crescimento. Em 2011 contabilizavam-se 9 empresas e em dezembro de 2020 contam-se 41.

Gráfico 22 - AAT autorizados pelo ICNF, I.P. para a prática de atividades de Turismo de Natureza no PNPG. Fonte: ICNF, I.P.



Em termos tipológicos, a diversidade de recursos e as características físicas do Parque Nacional da Peneda-Gerês permitem a prática de um leque alargado de atividades de lazer, nomeadamente daquelas que possuem uma maior componente desportiva (turismo ativo). Do conjunto das atividades de animação turística que integram a oferta turística da região, as caminhadas surgem como a atividade promovida por um maior número de empresas, seguindo-se os passeios em veículos TT.

Gráfico 23 - Atividades de Turismo de Natureza mais expressivas no PNPG



É importante destacar aqui o papel crescente que as Portas do PNPG têm vindo a ter na promoção da visitação ao território, oferecendo atividades de animação turística em articulação direta com as empresas que atuam no seu território. E embora não possa ser analisado na mesma lógica que a oferta empresarial de atividades de animação turística, deve-se, ainda, destacar o serviço pedagógico prestado por estas estruturas, essencialmente vocacionado para grupos escolares, e que contribuem para trazer ao território largas centenas crianças e jovens.

Na componente da animação turística, entre outros serviços e atividades que poderiam ser referidos, destaca-se ainda a atividade termal. Esta é a atividade turística com maior tradição na região e o motor do desenvolvimento inicial do setor do turismo. Durante muitos anos, o único centro termal existente (Termas do Gerês) teve funções exclusivamente terapêuticas. Há já alguns anos, as termas reconverteram-se, adaptando-se aos novos interesses dos turistas, e diversificaram a sua função.

ESTRUTURAS, EQUIPAMENTOS E OUTROS SERVIÇOS DE APOIO AO VISITANTE

(atualizar com base na situação de referência dos indicadores da cogestão)

De acordo com o que tem vindo a ser referido, o turismo no PNPG sofreu grandes alterações. De uma atividade turística muito incipiente, o turismo passou hoje a ser considerado um setor estratégico para a região e um dos que regista maior crescimento.

Uma das principais alterações verificadas é percebida numa simples análise da evolução da oferta turística. Se, há alguns anos atrás, a região de pouco mais dispunha do que dos tradicionais serviços de alojamento e de restauração, hoje a situação é bem diferente. Com efeito, a região conta atualmente com uma ampla oferta de atividades turísticas que vieram complementar e diversificar a oferta global, fundamentais à ocupação do tempo de permanência dos visitantes.

Para dar resposta às novas necessidades dos milhares de visitantes que todos os anos visitam o Parque, as entidades institucionais têm vindo a promover uma política de enquadramento dos visitantes. Com efeito, foram sendo criadas várias estruturas cujo objetivo é o de receber, informar e enquadrar os visitantes. Paralelamente, combinando os objetivos da visitação com os de requalificação e preservação do património histórico-cultural, foram criados alguns espaços e locais de visita, sobretudo através da criação de núcleos museológicos e musealização de locais e estruturas patrimoniais com a finalidade de os tornar visitáveis e de valorizar a cultura local.

Seguidamente, identificam-se e caraterizam-se as principais infraestruturas de apoio aos visitantes.

Centros de informação e interpretação do PNPG - Portas do PNPG e Centro de Educação Ambiental do Vidoeiro

Os centros de informação e de interpretação são estruturas fundamentais para levar a cabo os objetivos de enquadrar, gerir e sensibilizar os visitantes.

A região conta atualmente com importantes estruturas fundamentais às funções de informação e atendimento ao público em geral, bem como ao nível da educação ambiental e sensibilização dos visitantes e população residente.

O Centro de Educação Ambiental do Vidoeiro, instalado no Gerês, concelho de Terras de Bouro, entrou em funcionamento em 2003. É uma estrutura polivalente, que funciona não só como centro de informação e atendimento aos visitantes e residentes, mas também como espaço de promoção da educação ambiental.

As Portas do Parque foram criadas com o objetivo de proporcionar a receção, a informação, a retenção ou a condução orientada dos visitantes do Parque. Foram concebidas para serem os centros privilegiados na informação e enquadramento dos visitantes e também na educação e sensibilização ambiental do público em geral. A sua função principal é a de receber os visitantes para que estes possam obter a informação adequada antes de iniciarem a visita ao Parque. Para além de informação geral sobre o território é proporcionado ao visitante informação específica sobre os percursos pedestres existentes e locais de interesse para que a visita e exploração do Parque sejam as mais adequadas possíveis.

Existem cinco portas, uma por cada concelho:

- Porta de Lamas de Mouro (Melgaço)

- Porta de Mezio (Arcos de Valdevez)

- Porta de Lindoso (Ponte da Barca)

- Porta de Campo do Gerês (Terras de Bouro)

- Porta de Montalegre (Montalegre)

Percursos pedestres

Em resultado da importância que o pedestrianismo assume entre as preferências dos visitantes, o Parque, os municípios e associações de desenvolvimento local, nomeadamente a ADERE-PG, assumiram como prioridade a implementação de percursos sinalizados e a edição dos respetivos guias de apoio.

Atualmente existem 52 percursos sinalizados no terreno, totalizando cerca de 1.160 km. São, na sua maioria, percursos de pequena rota (existem apenas 3 percursos de grande rota).

Assume destaque a GR50 (Grande Rota Peneda-Gerês), pela sua extensão (190 km) e abrangência territorial (rota de travessia do Parque) e pela estrutura de gestão e monitorização criada. A GR5o veio colmatar uma lacuna há muito sentida, uma grande rota que permitisse fazer a travessia do Parque, respondendo à expetativa de um segmento importante do universo de visitantes, com especial destaque para o estrangeiro.

A rede de percursos pedestres inclui ainda um conjunto de 9 percursos cuja orientação e interpretação é feita recorrendo a tecnologias que combinam os sistemas de navegação GPS (Global Position System) com PDA (Personal Digital Assistant). São percursos criados pela ADERE-PG, em articulação direta com o PNPG, e que visam permitir uma utilização informada e controlada de percursos localizados maioritariamente em zonas condicionadas. Constituem uma oferta turística de qualidade, que compatibiliza o aproveitamento turístico de recursos naturais e culturais com os objetivos de conservação da natureza e do desenvolvimento sustentável. Somam-se a estes 9 percursos 3 outros percursos sinalizados com mariolas e com orientação cartográfica disponível.

Áreas de merenda e miradouros

As áreas de merenda e os miradouros são estruturas de apoio aos visitantes que se encontram dispersas um pouco por todo o Parque. São importantes para a gestão do fluxo de visitantes, daí a importância do seu planeamento, quer em termos de número, quer ao nível da sua localização. Na área do Parque contam-se 25 áreas de merenda e 22 miradouros. Algumas destas infraestruturas foram requalificadas há cerca de 15 anos, estando atualmente em curso novos projetos de beneficiação, que irão reforçar um conjunto de aspetos relevantes na qualificação das estruturas de visitação, nomeadamente ao nível da sua segurança, acessibilidade, conteúdos interpretativos, entre outros.

Observatórios

Os observatórios são infraestruturas ou espaços naturais utilizados para a promoção de atividades de observação e interpretação da natureza. Normalmente são locais apetrechados com informação interpretativa dos valores naturais visados, cuja função é a de auxiliar os visitantes na identificação desses valores e na aquisição de conhecimento. São considerados locais importantes para a promoção do turismo de natureza, pelo conceito associado à observação e interpretação da natureza.

No PNPG identificam-se os seguintes pontos de observação e interpretação de valores naturais:

- Observatório de aves de Lamas de Mouro

- Observatório de aves do Mezio

- Observatório da Turfeira da Lameira dos Carvalho

- Observatório da Turfeira do Poço das Rãs

- Marcos informativos de geodiversidade (GeoValdevez)

- Astrospots (S. Bento do Cando, Lordelo, Tibo, Paradela e Travanca)

Museus, núcleos museológicos e sítios ou estruturas musealizadas

Os museus ou núcleos museológicos, bem como os sítios musealizados, são importantes estruturas de visita e que muito têm contribuído para a recuperação e divulgação do património histórico-cultural local, com resultados muito positivos ao nível da valorização e atracão turística da região.

Estruturas museológicas existentes no território do PNPG:

- Núcleo Museológico de Castro Laboreiro

- Museu Etnográfico de Vilarinho das Furnas (Campo do Gerês)

- Museu da Geira (Campo do Gerês)

- Núcleo Museológico da Ermida (Ermida – União das Freguesias de Ermida de Entre Ambos-os-Rios, Ermida, Germil)

- Ecomuseu de Barroso – Espaço Padre Fontes (Montalegre)

- Ecomuseu de Barroso – Corte do Boi – Pitões das Júnias

- Ecomuseu de Barroso – Centro Interpretativo de Avifauna da Região de Tourém

- Ecomuseu de Barroso – Vezeira e Serra (Fafião – Cabril)

- Centro Interpretativo da área arqueológica Mezio-Gião (Porta do Mezio)

- Castelo do Lindoso

Centros e percursos de BTT

No Parque Nacional da Peneda-Gerês existe apenas um centro certificado como Centro Cyclin'Portugal: Centro de BTT de Melgaço (em Lamas de Mouro), que conta com 5 percursos marcados. Junta-se ainda o centro de apoio ao cycling&walking de Soajo, embora sem qualquer percurso sinalizado.

Vias de escalada equipadas

A escalada é uma atividade procurada no Parque Nacional da Peneda-Gerês por escaladores experientes, mas inclui também a oferta de algumas empresas de animação turística. Num esforço de articular a atividade com a conservação da natureza e as questões de segurança, foram identificados os locais mais adequados à prática da modalidade:

- Zona de Escalada da Fraga da Meadinha
- Bico de Patelo
- Penedo de Cabeças
- Fraga do Suadouro
- Cruzeiro
- Fraga do Tonel
- Fraga do Meio Dia
- Crestelo
- Roca do Touro
- Pé de Cabril
- Nédia/Fraga das Pastorinhas

Vias de canyoning equipadas

O canyoning é uma das atividades de turismo de natureza que mais cresceu na última década, sendo que o PNPG é um dos principais destinos portugueses para a prática da modalidade. Tal como se procedeu com a escalada, no PNPG estão identificados os seguintes locais equipados para a prática de canyoning:

- Rio Castro Laboreiro, a montante do troço internacional
- Afluente do rio Castro Laboreiro, da Varziela até ao rio Castro Laboreiro
- Rio Adrão, troço a partir do lugar de Adrão até à ponte sobre a estrada Soajo – Cunhas
- Ribeiro de Carcerelha, no troço a jusante da ponte da Ermida
- Rio Germil, troço coincidente com limite do Parque, a sudoeste da casa de Penadoeido
- Rio Gerês, num pequeno troço com início a sul do Trilho da Preguiça até à ponte de Secelo
- Rio do Arado, com início a 1500 metros a montante da cascata do Arado até à ponte de Vargas
- Rio do Conho, no troço compreendido entre a ponte de Servas e a ponte da Pigarreira

- Rio de Fafião, no troço a jusante da Pigarreira
- Rio Cabril, a jusante da ponte das Lages dos Infernos
- Cascata de Cela Cavalos

Ancoradouros e marinas

O PNPG conta com uma marina de recreio na Albufeira da Caniçada e com um pequeno ancoradouro de apoio às atividades aquáticas na Albufeira de Touvedo.

Parques de autocaravanismo

Existe apenas um parque de autocaravanismo, localizado no lugar de Soajo. Todos os outros apoios às caravanas estão enquadrados em parques de campismo.

11.2.5.2. CARATERIZAÇÃO DA PROCURA TURÍSTICA

VISITANTES ÀS PORTAS E SERVIÇOS DO PNPG

A caracterização da procura turística deve envolver o estudo de vários indicadores que permitam não só avaliar o número de visitantes numa determinada região e num dado momento, mas também percecionar o seu comportamento, características, motivações, entre outras informações relacionadas com o visitante.

Através da análise quantitativa e qualitativa da procura turística é possível avaliar até que ponto o comportamento da oferta turística de uma região é adequada ou não, permitindo, através da construção de cenários, auxiliar na tomada de decisões, quer de empresários quer das entidades institucionais com responsabilidades no planeamento e desenvolvimento do território.

Por indisponibilidade de dados, não foi possível realizar esta análise mais completa e integrada, pelo que se optou por uma abordagem muito sumária, com base no movimento dos visitantes às principais estruturas de informação no território da área protegida ou a esta diretamente ligadas: Portas (localizadas em Lamas de Mouro, Mezio, Lindoso, Campo do Gerês e Montalegre) e serviços do PNPG (localizados em Caldas do Gerês, Arcos de Valdevez e em Braga). Importa, no entanto, deixar algumas notas quanto à validade deste indicador:

- Apesar de ser um indicador do movimento de visitantes (podendo haver duplicação de registo caso o visitante se dirija a várias estruturas), considera-se que os dados disponíveis são demonstrativos da

evolução da procura turística. Este indicador não permite, contudo, distinguir os turistas (os que pernoitam na região) dos restantes visitantes.

- O número de pessoas que ocorre a estas estruturas é bastante condicionado pelos serviços e iniciativas que estas estruturas oferecem, o que gera disparidades significativas e algum enviesamento do número de 'visitantes' ao Parque Nacional.

Note-se, por exemplo, que, pelo menos nos anos mais recentes, estão incluídos nos registos da Porta do Mezio (Arcos de Valdevez) as pessoas que acorreram a este espaço para participar em alguns eventos de natureza muita específica, como é o caso de feiras-mostra associadas a programas televisivos que movimentam muita gente. Estão ainda incluídos os utilizadores da piscina existente nesta Porta. Embora se possam considerar visitantes da estrutura, é incorreto considerar que todas estas pessoas representam efetivamente uma procura turística do Parque Nacional. Muitas verão nestas iniciativas e estruturas/serviços um pretexto para uma deslocação e visita ao Parque Nacional, mas muitas outras serão, provavelmente, oriundas da sede do concelho ou de freguesias próximas, deslocando-se à Porta apenas com a intenção de participar nestas iniciativas ou de usufruir deste espaço específico.

No registo de visitantes de qualquer uma das Portas estão também incluídos os grupos escolares, em contexto de visita guiada ou de qualquer outra atividade de educação ambiental.

Por se considerar que estes registos não são feitos com uma metodologia suficientemente rigorosa para produzir dados válidos para a análise da procura turística – e não é esse, aliás, o seu objetivo primeiro – , utilizar-se-ão estes dados de forma cautelosa, não se procedendo à análise do peso de cada concelho no universo de visitantes. Esta distribuição da visitação pelos concelhos do Parque será, porém, abordada através da análise dos indicadores dormidas e hóspedes, segundo dados do Instituto Nacional de Estatística.

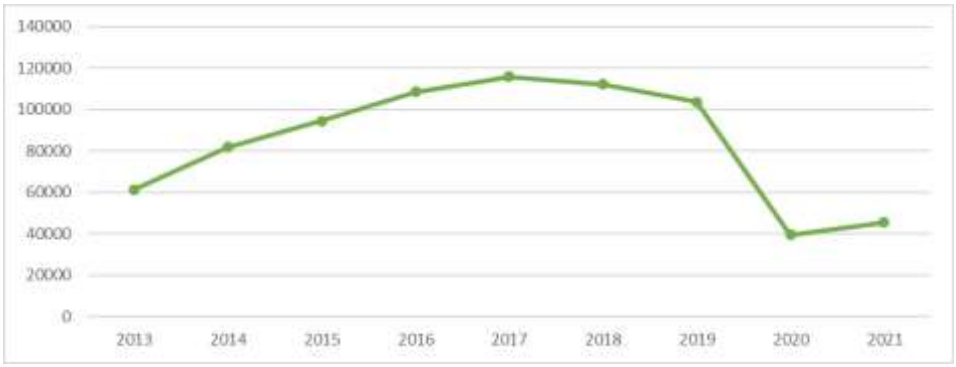
Visitantes às Portas e serviços do PNPG

Em 2021 passaram pelas Portas e serviços do PNPG cerca de 45.527 visitantes, um número crescente face ao ano anterior, mas ainda muito aquém dos números dos anos de pré-pandemia.

Tabela 20 - Número de visitantes que contactam a Área Protegida (Portas e serviços do PNPG). Fonte: ICNF, I.P.

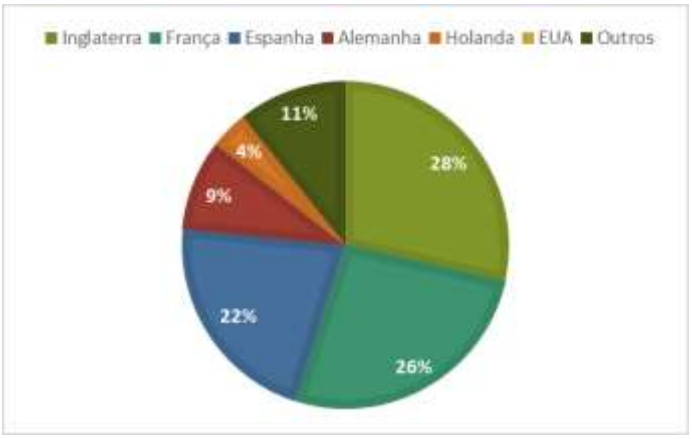
Visitantes que contactam a AP	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
	61430	81924	94400	108505	115804	112227	103593	39485	45527

Gráfico 24 - Evolução do número de visitantes que contactam a Área Protegida (Portas e serviços do PNPG). Fonte: ICNF, I.P.



Relativamente à origem dos visitantes, e tendo por base os dados disponibilizados pelas Portas do PNPG e Centro de Educação Ambiental do Vidoeiro, para o período de 2014 a 2019, verifica-se que 13% dos visitantes do PNPG são estrangeiros. Inglaterra é o principal país emissor de visitantes, representando cerca de 28% total de visitantes estrangeiros, seguindo-se França, Espanha e outros mercados da Europa do Norte (Alemanha e Holanda).

Gráfico 25 - Proveniência dos visitantes estrangeiros às Portas do PNPG e CEAV, 2014 a 2019. Fonte: Portas do PNPG e ICNF, I.P.



De acordo com a mesma fonte, no período 2014 a 2019, mais de metade (51,7%) das visitas concentrou-se nos meses de verão (de junho a agosto), sendo agosto o mês em que se registou um número mais elevado de visitantes (23,1%).

Esta forte sazonalidade da procura turística nos concelhos do PNPG tem tido reflexos negativos no território, condicionando, em parte, o desenvolvimento sustentável e qualificado do turismo. De facto, muitos dos benefícios económicos e sociais que a atividade turística induz na região acabam por seguir

também a tendência da sazonalidade. É disto exemplo a criação de postos de trabalho nos meses de verão, o que não beneficia a qualificação da mão-de-obra empregue no setor e a estabilidade económico-social das famílias. Por outro lado, tem-se verificado que muitos estabelecimentos turísticos, em particular os restaurantes, optam por encerrar nos meses de inverno, prejudicando a oferta turística global.

DORMIDAS E HÓSPEDES

O número de dormidas foi outro indicador considerado, já que a tendência da procura de alojamento traduz diretamente a tendência da linha da procura turística no território do PNPG.

Assim, foram considerados e comparados os dados de 2011, 2019 (pré-pandemia) e 2021 (último ano completo). Por razões de confidencialidade de dados, em 2011 apenas estão disponíveis os números das dormidas nos municípios de Arcos de Valdevez e de Terras de Bouro. Em ambos os concelhos, observou-se um crescimento muito acentuado, tanto em 2019 como em 2021, comparativamente ao ano 2011. Comparando 2019 com 2021, pode concluir-se que a pandemia COVID-19 não teve um efeito tão severo na procura turística nesta região, como aconteceu noutras zonas turísticas, sobretudo balneares. Ainda assim, todos os concelhos registaram quebras nas dormidas, representando uma perda de 14% no conjunto dos municípios. A proporção de hospedes estrangeiros foi a que registou maiores quebras (perda de 29% de 2019 para 2021), resultado direto da pandemia COVID-19 (condicionantes à entrada de estrangeiros durante os anos 2020 e 2021).

Tabela 21 - Dormidas (N.º) nos estabelecimentos de alojamento turístico. Fonte: INE.

	Dormidas (N.º) nos estabelecimentos de alojamento turístico			Tx de variação	
	2011	2019	2021	2011-2021	2019-2021
Portugal	39440315	70158964	37332422	-5%	-47%
Continente	32841504	60423962	31480167	-4%	-48%
Norte		10810712	6142067		-43%
Municípios do PNPG		**311444**	**268774**		**-14%**
Arcos de Valdevez	9948	82522	63010	533%	-24%
Melgaço	…	43915	34950		-20%
Ponte da Barca	…	25418	25017		-2%
Terras de Bouro	59145	145825	132718	124%	-9%
Montalegre	…	13764	13079		-5%
…: Dado confidencial					

Gráfico 26 - Dormidas (N.º) nos estabelecimentos de alojamento turístico

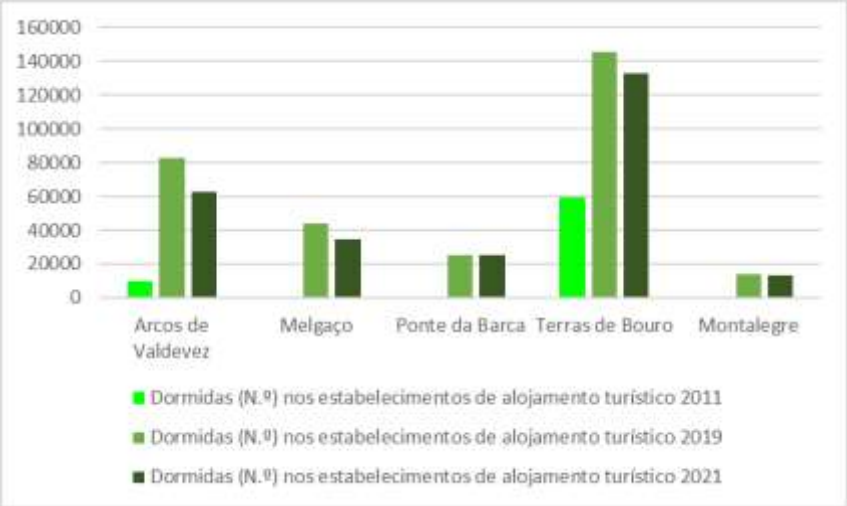


Tabela 22 - Proporção de hospedes estrangeiros nos municípios do PNPG. Fonte:INE.

	Proporção de hóspedes não residentes (%)		Tx de variação
	2019	2021	
Portugal	60,5	40,9	-32%
Continente	59,7	39,6	-34%
Norte	52,8	35	-34%
Municípios do PNPG (média)	**14,06**	**9,98**	-29%
Arcos de Valdevez	16,3	13,2	-19%
Melgaço	13,3	11,1	-17%
Ponte da Barca	22,7	11,8	-48%
Terras de Bouro	9,9	8,9	-10%
Montalegre	8,1	4,9	-40%

Em termos da preferência pela tipologia de alojamento, os dados sugerem que os empreendimentos de turismo no espaço rural foi a tipologia que menos sofreu com a quebra da procura turística motivada pela COVID-19, o que poderá ser explicado pela tendência de procura de unidades individuais e autónomas, com piscina privada, em detrimento das unidades de alojamento de serviços partilhados (hotel, AL, entre outros).

Tabela 23 - Dormidas nos municípios do PNPG, por tipologia de alojamento. Fonte: INE.

	Dormidas (N.º) nos estabelecimentos de alojamento turístico por tipo de alojamento					
	2019			2021		
	Hotelaria	Alojamento local	Turismo no espaço rural e de habitação	Hotelaria	Alojamento local	Turismo no espaço rural e de habitação
Arcos de Valdevez	54934	6668	20920	39059	2398	21553
Melgaço	38542	...	...	30735	...	4215
Ponte da Barca	12518	...	...	10076	464	14477
Terras de Bouro	81549	46483	17793	72882	41861	17975
Montalegre	...	...	8275	...	...	6422
Total de dormidas (n.º)	**187543**	**53151**	**38713**	**152752**	**44723**	**64642**

PRINCIPAIS TIPOS DE TURISMO/VISITANTES NO PNPG

Dos segmentos turísticos mais importantes para o PNPG destacam-se o turismo de natureza e o turismo ativo, o turismo termal, o turismo cultural e o turismo religioso.

- Turismo ativo -

Do conjunto das atividades de animação turística que podem integrar a oferta turística da região, as atividades de ar livre são as que têm maior expressão nos concelhos do PNPG. A região é reconhecida pelas excelentes condições que reúne para a prática de várias atividades de turismo ativo que, ao que tudo indica, são efetivamente as que registam um maior desenvolvimento.

O pedestrianismo é a atividade mais praticada pelo visitante a título individual. O elevado volume de informação na Internet sobre o Parque, com a profusão de percursos (nas suas múltiplas variantes) e de pontos de interesse – de âmbito natural, na sua maioria –, tem vindo a facilitar e a promover este tipo de visitação ao território, nomeadamente em zonas outrora de acesso mais limitado dadas as suas características e maior grau de dificuldade de acesso. Esta proliferação de informação tem vindo a gerar um acréscimo de pressão em determinadas zonas que já eram tradicionalmente mais visitadas (toda a serra do Gerês) e em pontos de especial atratividade, como é o caso das cascatas e lagoas. Tem também potenciado situações de risco para o visitante menos preparado.

Embora não exista um estudo rigoroso do perfil do visitante adepto desta forma de turismo, sabe-se que as atividades e motivações associadas ao turismo de natureza estão presentes nas preferências de um leque alargado de visitantes: desde os mais jovens aos mais velhos (sobretudo no segmento dos visitantes estrangeiros) e desde os visitantes que viajam sozinhos aos que viajam em grupos reduzidos

ou mais alargados, passando pelas famílias e grupos de amigos, pelos visitantes nacionais aos estrangeiros, além de outros indivíduos ou grupos.

- Turismo termal -

O termalismo é das atividades turísticas mais antigas no PNPG. A existência de águas termais com propriedades terapêuticas fez das Caldas do Gerês um local de grande interesse termal e turístico, desde o século XIX.

A época de maior procura termal corresponde ao período entre maio e outubro. Os visitantes que procuram as termas estão associados a indivíduos de meia-idade e seniores, a indivíduos que optam por meios de alojamento de qualidade superior e a indivíduos que não diversificam muito as atividades de lazer durante o período de estada. São visitantes que procuram essencialmente satisfazer as necessidades terapêuticas e de descanso. No entanto, este perfil de visitante tem vindo a alterar-se, não só pela reconversão verificada no setor termal, com a diversificação das atividades e serviços oferecido (SPA, por exemplo), mas também à custa da evolução da restante oferta turística local (por exemplo, para o grupo "família" é importante a existência de outras atividades turísticas que possibilitem a ocupação dos filhos, indivíduos mais jovens, que podem não estar motivados para as termas).

- Turismo cultural -

O turismo cultural é também um segmento importante no PNPG. A este tipo de turismo associam-se os visitantes que procuram contactar diretamente com a cultura local e conhecer o seu património histórico e arqueológico.

A gastronomia e a atividade vitivinícola são também motivações presentes nos interesses específicos do visitante deste segmento turístico.

- Turismo religioso -

A existência de dois importantes centros de peregrinação – Santuário de S. Bento (o número de peregrinos só é ultrapassado pelo Santuário da Nossa Sr.ª de Fátima) e Santuário da Nossa Sr.ª da Peneda – justifica a relevância do turismo religioso no PNPG. Grande parte dos visitantes não pernoita na região, são essencialmente excursionistas, embora utilizem vários serviços turísticos, nomeadamente a restauração.

11.3. CARACTERIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO CULTURAL

Os espaços de altitude, onde sempre se desenvolveram como atividades tradicionais dominantes as relacionadas com a pecuária e a floresta, as montanhas e o remanescente das matas arcaicas na Europa, em geral, e em Portugal, em particular, são territórios de ocupação humana antiga, hoje locais de identidade serrana regional, mas também reservas nacionais e europeias de um passado cultural e ambiental em vias de extinção.

No Parque Nacional da Peneda Gerês, que se insere nestas regiões montanhosas, ásperas e agrestes – quase sempre fronteiras, excêntricas e afastadas dos lugares amenos e abertos do vale onde todos os contatos possíveis desenvolveram lógicas entrópicas de crescimento –, o Homem, aperfeiçoou, desde os tempos pré e proto-históricos, técnicas agrícolas e silvo pastoris que lhe permitiriam a exploração dos recursos naturais de forma lenta mas racional, garantindo, assim, a sua sobrevivência num equilíbrio entre atividade antrópica e ambiente natural. Esta situação possibilitou, até aos dias de hoje, a manutenção de um património cultural e natural de Excecional valor.

Assim, ao longo de larga diacronia, esse precário equilíbrio foi conseguido graças à sustentabilidade e manutenção de sistemas produtivos que integravam todo o território serrano e florestal, num compasso paciente que conseguiu, durante anos, escapar às questões colocadas nas regiões favorecidas e densamente povoadas dos vales e aglomerações ribeirinhas da Europa – onde o meio ambiente viria a ser gravemente atingido a partir dos séculos XIX e XX, como resultado do novo paradigma industrial, progressivo e tecnicista, fundador das atuais sociedades urbanas.

Em Portugal e fundamentalmente no Norte e Centro do país, as regiões de montanha mantiveram o padrão de ocupação pós-romano/medievo do *mons* (baldio), *saltus* (floresta) e *ager* (agro cultivado) até quase meados do século XX, em que a fragilidade provocada pela dificuldade e limitações físicas para o aproveitamento do território obrigavam à distribuição de esforços da população entre a produção e a conservação dos recursos. Daí as reminiscências comunitárias tão vivas, ainda, em bolsas arcaizantes de alguns povoamentos do Noroeste (Castro Laboreiro, Soajo e Terras de Bouro) e do planalto transmontano (terras do Barroso e Montesinho).

Aqui, a organização social baseava-se em dois pilares básicos: a abundância de mão-de-obra e uma forte coesão nas relações de trabalho, o interesse geral acima do interesse individual. Só assim se poderiam manter os sistemas de pastoreio (vezeiras) e investir esforços na conservação das estruturas de exploração (socalcos, trilhos, regadios) ou na sustentação de práticas comunitárias de gestão do espaço. Esta gestão assentava muitas vezes em noções de espaço funcional e de espaço simbólico/religioso, já em crise nos últimos anos – com consequências graves para a paisagem e para o ambiente. À rutura do sistema tradicional referido, soma-se o vazio demográfico resultante da inevitável atração exercida pela cidade. Esta nova realidade, a impor-se continuamente desde os anos sessenta, obriga a um repensar

profundo do ordenamento, dos usos do território, mas também da proteção ao legado patrimonial dessas zonas altas.

11.3.1. BREVE SÍNTESE DA OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO

O território do Parque Nacional da Peneda-Gerês, situado no Noroeste de Portugal, apresenta uma antiquíssima ocupação humana, desde os tempos proto-históricos até aos nossos dias. Facilmente se identificam, ainda, vestígios megalíticos, da Idade do Ferro, romanos e medievais, atestando continua e organizada utilização desse território e servindo, por vezes e desde tempos imemoriais, de referência geográfica ou limite às comunidades.

Aqui, como de resto em todo o mundo, a aventura da ocupação do território e também do seu "ordenamento", iniciou-se quando o Homem adquiriu a possibilidade de se libertar da ordem imposta pela natureza e de com ela iniciar, também, a organização do seu espaço geográfico.

Desde os mais arcaicos tempos, o Homem, vivendo em grupos nómadas — procurando continuamente meios de subsistência — e guerreiros — lutando pela sobrevivência num mundo hostil —, sentiu necessidade de conservar a memória dos trajetos, dos trilhos percorridos e das suas direções, e de transmitir essas informações preciosas aos vindouros.

Desta necessidade, terão surgido os primeiros esboços, representando a superfície da terra ou parcelas de uma região; isto é, traçaram os primeiros sinais no terreno fazendo apelo à sua intuição, ao seu conhecimento direto do território que habitavam.

Realizaram uma primeira apropriação do território fundado numa herança ancestral, por vezes sagrada, legitimada por um consenso social que recusaria a intrusão de estranhos. As primeiras delimitações apoiar-se-iam, segundo concluem antropólogos e arqueólogos, sobre fronteiras naturais ou em limites sacralizados por marcas misteriosas que uma transmissão oral reservaria aos iniciados.

Há cerca de 15 000 anos e beneficiando das novas condições ambientais que se vinham gradualmente impondo na Europa — recuo dos glaciares, temperaturas mais amenas —, desenvolveram-se as primeiras comunidades de pastores/agricultores, responsáveis pelo relevante salto qualitativo efetuado na embrionária sociedade humana.

O homem sedentarizou-se. Este fato, condicionando e originando profundas alterações na ordem demográfica e na humanização da paisagem, terá permitido a expansão lenta, mas progressiva, de uma agricultura rudimentar. Esta viragem "neolítica", caracterizada, assim, pelo estabelecimento de novas relações entre o homem e o meio — mais entendida aqui como evolução complexa ao longo de extensa diacronia do que como mudança radical —, criou uma nova mentalidade. Desta mentalidade, e na confluência dos problemas suscitados pela sua transformação com o evoluir de uma nova consciência de adaptação a espaços fixos, surgiriam diferentes e mais complexas noções de território e limite.

11.3.2. PATRIMÓNIO INVENTARIADO

O inventário do património cultural do PNPG aglutina-se na "Carta de Património Arqueológico do Parque Nacional da Peneda-Gerês" e na "Carta de Património Arquitetónico do Parque Nacional da Peneda-Gerês". Encontra-se georreferenciada a localização (coordenadas retangulares do sistema global de referência PT-TM06/ETRS89) dos bens culturais constantes do inventário em cartografia à escala 1:25 000 (CMP).

Os elementos do património arqueológico e arquitetónico da área que hoje corresponde ao Parque Nacional da Peneda-Gerês foram objeto de atenção desde cedo, seguindo a tendência global para o património cultural.

A partir da criação do PNPG, sobretudo depois de 1975, o património desta região foi objeto de mais atenção, iniciando-se o seu o inventário, ainda que de modo não sistemático. Foram realizados vários estudos, quer pelo PNPG, quer pelas Universidades próximas. O percurso do PNPG para o seu património arqueológico e arquitetónico não está terminado. Pese embora o extenso inventário de património arqueológico e arquitetónico já desenvolvido, esta é uma área que carece de mais trabalhos, quer no sentido da sistematização de conhecimentos, quer da valorização, divulgação e proteção.

11.3.2.1. PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO

O inventário do PNPG apresenta (dados de 2008) 291 testemunhos de património arqueológico (sendo que 17 desses testemunhos correspondem, simultaneamente, a património arquitetónico), distribuídos pelo território dos 5 concelhos que abrange.

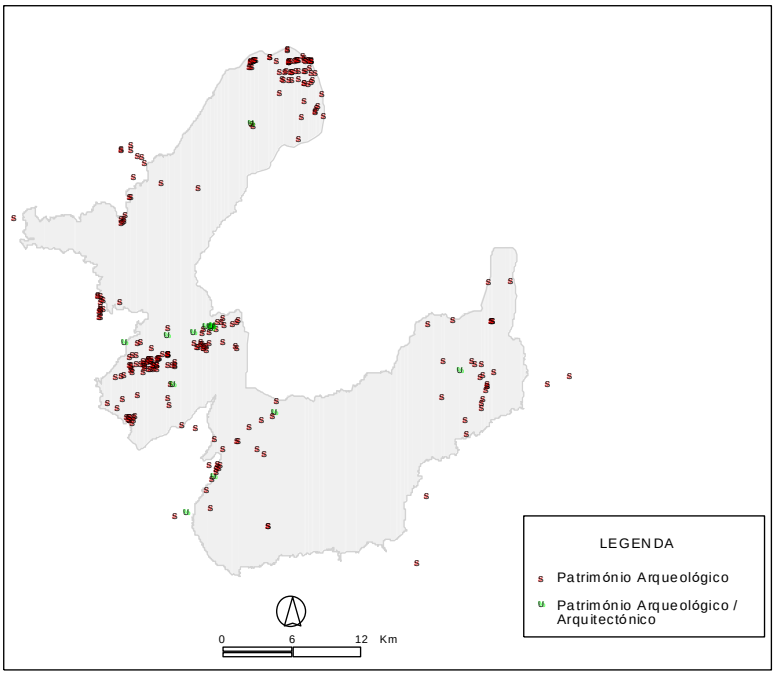


Figura 38 - Distribuição do património arqueológico e arqueológico / arquitetónico no PNPG. Fonte: SIG/PNPG.

11.3.2.2. PATRIMÓNIO ARQUITETÓNICO

O Inventário do PNPG apresenta (dados de 2008) 677 testemunhos de património arquitetónico (sendo que 17 desses testemunhos correspondem, simultaneamente, a património arqueológico), distribuídos pelo território dos 5 concelhos que abrange. Grande parte dos elementos do património arquitetónico encerra valor etnográfico, concretamente 510.

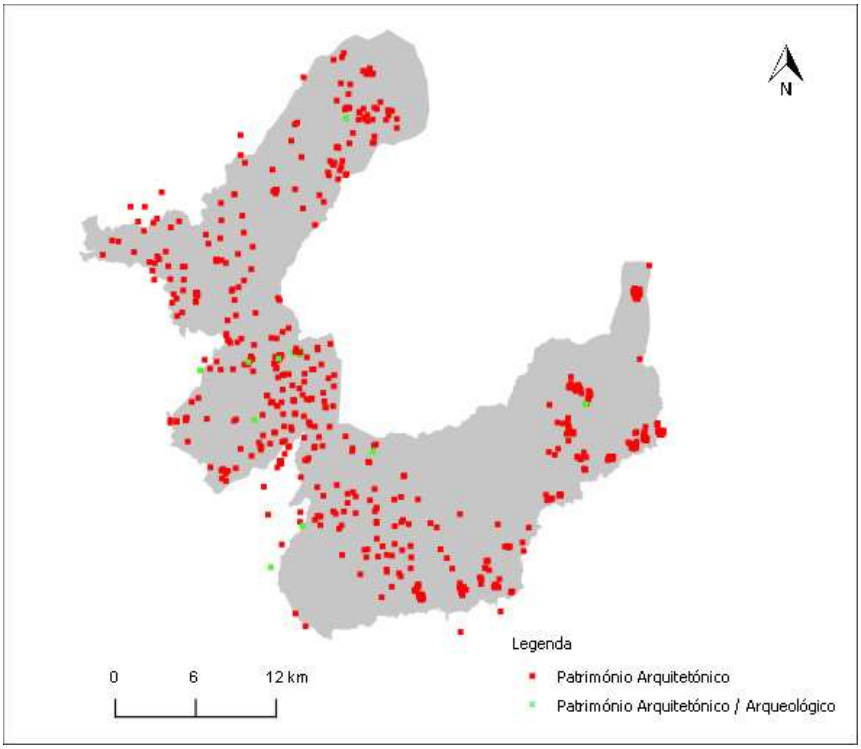


Figura 39 - – Distribuição do património arquitetónico e arqueológico / arquitetónico no PNPG. Fonte: SIG/PNPG.

11.3.2.3. PATRIMÓNIO COM VALOR ETNOGRÁFICO

Parte do património arquitetónico do PNPG apresenta valor etnográfico, pois apresenta elementos, como fornos ou moinhos e outros, associados a práticas agrícolas, religiosas e outras que estão ainda em uso, quotidiano ou esporádico, ou cuja existência, ainda que com alteração de uso ou mesmo ausência do mesmo, contribuindo para a manutenção de valores etnográficos.

As brandas são exemplo desse valor. Não obstante poucas se mantenham com o seu uso (na sua totalidade ou em parte), continuam a ser materializações de costumes associados a práticas agrícolas e pastorícias marcantes deste território. A existência das brandas deve-se a um "*sistema de exploração pecuária, que consiste em deslocar os gados de uma região para outra com o fim de aproveitar os pastos invernais e estivais. Na região da Peneda, Soajo e Castro Laboreiro, a necessidade de usar pastos de Verão afastados das povoações baixas, as "inverneiras", originou a formação de uma outra espécie de núcleos habitacionais temporários mais elevados: as "brandas". Destas conhecem-se as brandas de gado e as brandas de cultivo. Mais vulgares, as brandas de gado encontram-se em outras regiões do país, especialmente no Gerês, Barroso, Montemuro e Estrela. São pequenos povoados de montanha constituídos por exíguas e rudes cabanas com tecto em falsa cúpula, os "cortelhos", cercados por muros circulares as "bezerreiras," que são ocupadas pelos pastores e pelo gado nos meses de Verão. As brandas de cultivo, encontram-se apenas nas serras da Peneda e Soajo, especialmente nas freguesias de Gavieira,*

Castro Laboreiro e Soajo. Estas brandas apresentam características diferentes das brandas de gado pois, quer em Gavieira quer em Castro Laboreiro a população desloca-se em massa a partir de Março, para os altos com todos os seus bens e haveres. Aí, semeiam a batata e a partir de Agosto iniciam o tempo do centeio. Depois, em Outubro, com a chegada dos frios, quando as geadas já queimam os pastos, inicia-se o êxodo para os vales temperados, para as inverneiras. Trata-se de um sistema cuja cronologia de início se desconhece, mas que se mantém em uso, transformando-se num arcaísmo vivo da cultura popular", (RODRIGUES, 2006 – Relatório policopiado).

Outro exemplo é o espigueiro. Muito comuns nos concelhos de Arcos de Valdevez e Ponte da Barca, estes elementos representam práticas associadas à cultura do milho e aos costumes e tradições que dela advêm, como as desfolhadas, onde o trabalho se mistura com a festa e a convivência entre os elementos da comunidade.

Também os abrigos nos currais dispersos pela do Gerês são materialidade de um modo de vida comunitária, de costumes de organização das comunidades que remontam no tempo até ao século XIX e ainda se praticam hoje em Vilar da Veiga, Ermida e Gerês. Trata-se da vezeira, uma forma de comunitarismo que sobreviveu até à atualidade, através da qual os habitantes das aldeias do Gerês, juntam as cabeças de gado num grande grupo e, cada um na sua vez abandona o vale e sobe à serra para apascentar os animais desde maio até setembro. Durante a estadia na serra, os vezeiros usam estes abrigos como resguardo.

Outros elementos ligados a práticas de organização comunitária são os moinhos, os fornos, lagares, casas do boi do povo, poios (espécie de curral que aproveita as características naturais do terreno para criar um cercado que servia animais de várias pessoas) e muros (muros dispersos pelas serras para limitar as áreas de pasto dos animais de cada área). Todos estes elementos são de uso comunitário. Ou a população se juntava para cozer o pão para todos, para moer o cereal para todos, para fazer o azeite para todos ou usava os equipamentos à vez. Em qualquer uma das modalidades o comunitarismo está presente.

São várias as lendas associadas ao lobo nas terras do PNPG. O lobo é hoje um animal protegido, mas as populações mantêm vivos os medos associados a ele, como mostram as lendas dos lobisomens em Montalegre, que vão passado de geração em geração. Os fojos são uma materialidade desses medos, são grandes armadilhas para lobos, cujos muros, seguindo os relevos naturais, correm primeiramente quase paralelos, por vezes durante muitas centenas de metros, e depois vão apertando em V até a uma abertura estreita que dá para um buraco onde se pretendia prender o lobo. Esta prática de captura, embora explicada também pelos estragos que o lobo fazia nos rebanhos, é indissociável do medo que as pessoas tinham deste animal, ligado ao desconhecido.

Associados a outras práticas, as religiosas, mas também com valor etnográfico, são, exemplo, os cruzeiros e as capelas. Não obstante estes elementos estarem associados a práticas religiosas, nestas regiões assumem também um caráter etnográfico. Em quase todos os lugares destas serras ocorrem pequenas romarias que se fazem aos santos padroeiros de cada lugar, sobretudo no verão, onde o

volume populacional, em virtude das férias daqueles que estão fora, é mais elevado. Os cruzeiros são ainda hoje usados como ponto de retorno das procissões, nas festas dos lugares, como por exemplo no lugar do Rodeiro (União das freguesias de Castro Laboreiro e Lamas de Mouro, concelho de Melgaço). Nos dias antes da festa da Senhora dos Remédios, a principal santa da capela do lugar do Rodeiro, as moças solteiras do lugar (na falta de moças solteiras recorre-se às casadas, raramente se recorre aos homens) juntam-se e embelezam, hoje com flores naturais, a capela, os andores dos santos e o cruzeiro, todos os elementos físicos da festa. No dia da celebração vestem o seu traje de festa, atualmente indistinguível de uma qualquer outra roupa, mas antigamente, bem marcado pelo traje de domingo. Nesta freguesia, o traje feminino era tão específico que existia um modo de as mulheres casadas com homens emigrados trajarem, todo negro: eram as "viúvas de homens vivos". Em quase todos os lugares destas serras ocorrem pequenas romarias que se fazem aos santos padroeiros de cada lugar, sobretudo no verão, onde o volume populacional, em virtude das férias daqueles que estão fora, é mais elevado.

Além dos exemplos acima referidos, muitos outros elementos integram o património etnográfico do PNPG, como a gastronomia, os cantares, as danças, as lendas, várias artes e ofícios (todo o processo de transformação da lã extraída das ovelhas na primavera para fazer meias, mantas e outros nos teares de madeira), as festividades carnavalescas das terras transmontanas e outras festas cíclicas desta zona e os arcaicos utensílios agrícolas (mas ainda em uso, como o carro das vacas ou os arados de madeira, entre muitos outros).

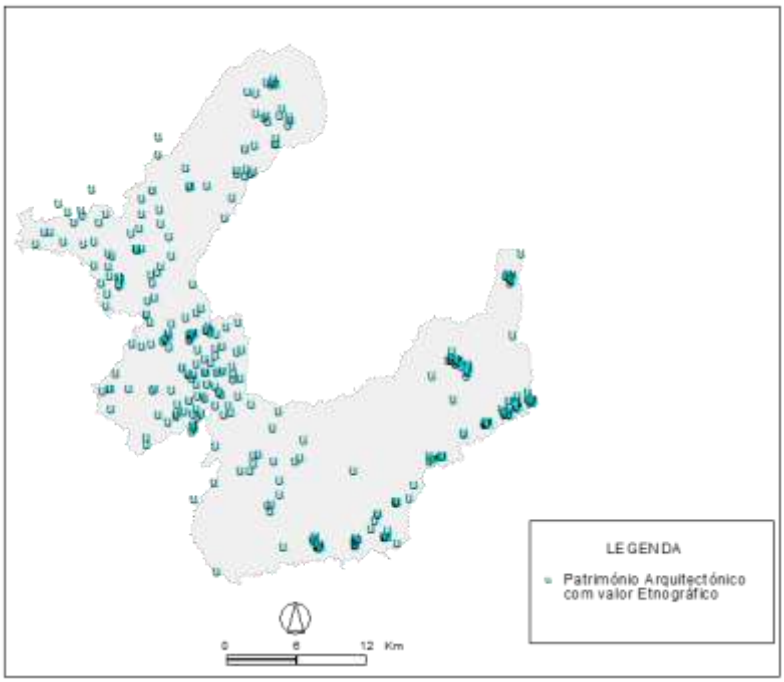


Figura 40 - Distribuição do património arquitetónico com valor etnográfico no PNPG. Fonte: SIG/PNPG.

11.3.2.4. PATRIMÓNIO CLASSIFICADO

O Parque Nacional tem vindo a atentar à proteção do seu património arqueológico e arquitetónico, também através da sua classificação.

No território do PNPG, estão classificados/inventariados 22 bens culturais imóveis, dos quais 8 são Monumento Nacional, 9 são Imóvel de Interesse Público, 2 são Sítio de Interesse Público, 2 estão em vias de classificação e 1 está inventariado.

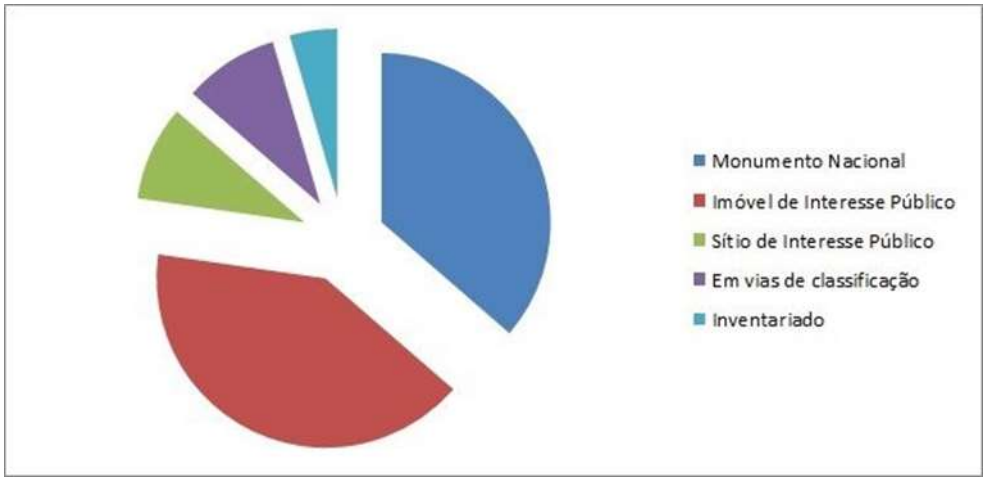


Figura 41 - Distribuição do património classificado no PNPG segundo estatuto de classificação. Fonte: SIG/PNPG.

- Monumento Nacional

Castelo de Castro Laboreiro

União das freguesias de Castro Laboreiro e Lamas de Mouro, concelho de Melgaço, distrito de Viana do Castelo (Decreto nº 33 587, de 27.03.1944).

Ponte Nova ou da Cava da Velha

União das freguesias de Castro Laboreiro e Lamas de Mouro, concelho de Melgaço, distrito de Viana do Castelo (Decreto nº 1/86, de 03.01.1986).

Antas da Serra de Soajo

Freguesia de Soajo, concelho de Arcos de Valdevez, distrito de Viana do castelo. (Decreto de 16.06.1910, DG 136, de 23.06.1910).

Pelourinho de Soajo

Freguesia de Soajo, concelho de Arcos de Valdevez, distrito de Viana do Castelo (Decreto de 16.06.1910, DG 136, de 23.06.1910).

* Este monumento foi restaurado pelo PNPG em 1980.

Castelo de Lindoso

Freguesia do Lindoso, concelho de Ponte da Barca, distrito de Viana do Castelo (Decreto de 16.06.1910, DG 136, de 23.06.1910).

A via romana XVIII (Geira) no seu traçado por Terras de Bouro, da milha XIV (Santa Cruz) à milha XXXIV (Albergaria), incluindo todas as estruturas arqueológicas a ela associadas.

Balança, Campo do Gerês, Carvalheira, Chamoim e Vilar, Chorense e Monte, Covide e Ribeira, concelho de Terras de Bouro, distrito de Braga (Decreto n.º 5/2013, DR, 1.ª série, n.º 86, de 06.05.2013).

Igreja e ruínas do Mosteiro de Santa Maria das Júnias

Freguesia de Pitões das Júnias, concelho de Montalegre, distrito de Vila Real (Decreto nº 37 728, de 5.01.1950).

Cruzeiro de S. João do Campo

Freguesia de Campo do Gerês, concelho de Terras de Bouro, distrito de Braga (Decreto de 16.06.1910, DG 136, de 23.06.1910);

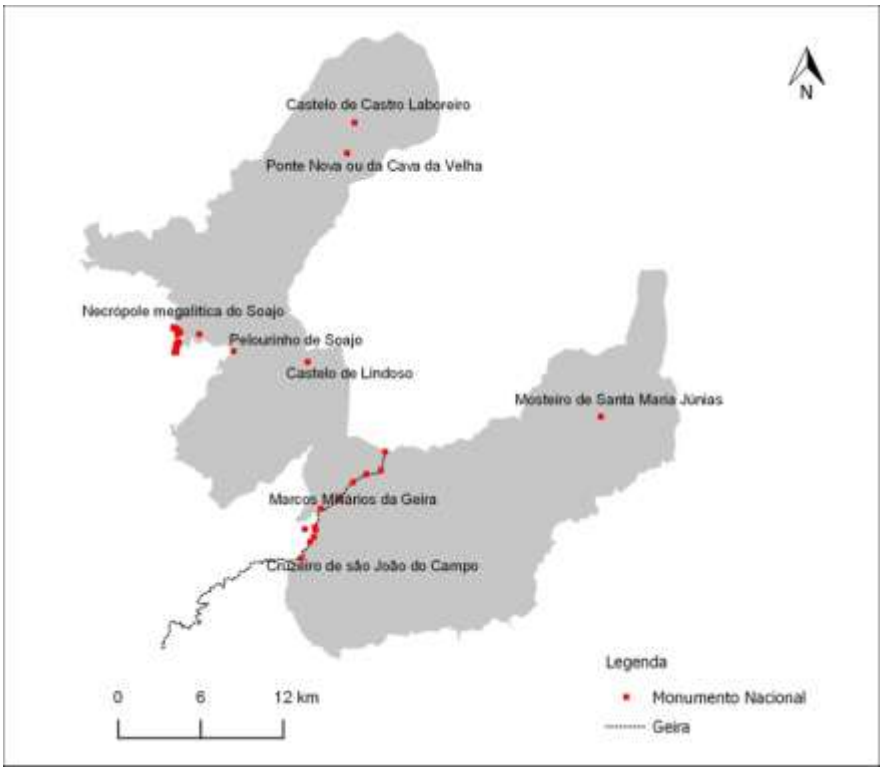


Figura 42 - Património classificado como Monumento Nacional no PNPG. Fonte: SIG/PNPG.

- Imóvel de Interesse Público

Pelourinho de Castro Laboreiro

União das freguesias de Castro Laboreiro e Lamas de Mouro, concelho de Melgaço, distrito de Viana do Castelo (Decreto nº 23122, DG 231, de 11.10.1933, ZEP, DG 231, de 02.10.1959, ZEP, DG 218, de 17.09.1969);

Pontes das Cainheiras, de Dorna e de Varziela

União das freguesias de Castro Laboreiro e Lamas de Mouro, concelho de Melgaço, distrito de Viana do Castelo (Decreto nº 1/86, DR 2, de 03.01.1986).

Conjunto constituído pela Ponte de Assureira, Capela de São Brás e moinho de água a nascente da Ponte

União das freguesias de Castro Laboreiro e Lamas de Mouro, concelho de Melgaço, distrito de Viana do Castelo (Decreto nº 26-A/92, DR 126 de 01.06.1992).

Eira do Penedo (Espigueiros do Soajo)

Freguesia de Soajo, concelho de Arcos de Valdevez, distrito de Viana do Castelo. (Decreto nº 8/83, DR 19, de 24.01.1983).

Ruínas da Calcedónia

Freguesia de Covide, concelho de Terras de Bouro, distrito de Braga (Decreto nº 516/71, DG 274, de 22.11.1971).

Igreja matriz de Castro Laboreiro ou Igreja de Santa Maria da Visitação

União das freguesias de Castro Laboreiro e Lamas de Mouro, concelho de Melgaço, distrito de Viana do Castelo (Decreto nº45/93, DR 280 de 30.11.1993).

Marco miliário de Covide e Campo

Freguesia de Campo do Gerês, concelho de Terras de Bouro, distrito de Braga (Decreto nº 44 075, DG 281, de 05.12.1961).

Sepultura do Frade ou Campa do Frade

Freguesia de Vilar da Veiga, concelho de Terras de Bouro, distrito de Braga (Decreto nº 95/78, DR 210, de 12.09,1978).

Marco miliário de Campo

Freguesia de Campo do Gerês, concelho de Terras de Bouro, distrito de Braga (Decreto nº 44 075, DG 281, de 05.12.1961).

- Sítio de Interesse Público

Conjunto Megalítico e de Arte Rupestre do Planalto de Castro Laboreiro

União das freguesias de Castro Laboreiro e Lamas de Mouro (Portaria n.º 431-A/2013, DR, 2.ª série, n.º 124, de 01.07.2013).

Necrópole Megalítica da Serra Amarela

Freguesias de Britelo, Lindoso e União das freguesias de Entre Ambos-os-Rios, Ermida e Germil, concelho de Ponte da Barca (Portaria n.º 403/2013, DR, 2.ª série, n.º 117, de 20.06.2013)

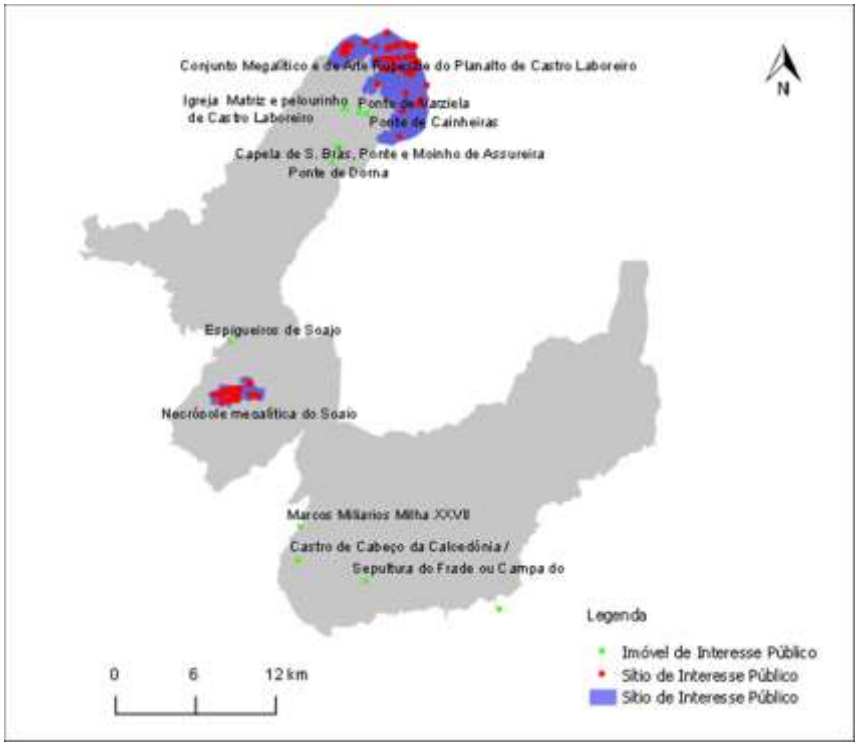


Figura 43 - Património classificado como Imóvel ou Sítio de Interesse Público no PNPG. Fonte: SIG/PNPG.

11.3.2.5. PATRIMÓNIO EM VIAS DE CLASSIFICAÇÃO

Estância Arqueológica do Chelo

Freguesia de Vilar da Veiga, Concelho de Terras de Bouro, distrito de Braga (Despacho de Maio de 1977).

Espigueiros de Lindoso e local onde se implantam

Freguesia de Lindoso, concelho de Ponte da Barca, distrito de Viana do Castelo (Despacho de homologação de 16.02.1983)

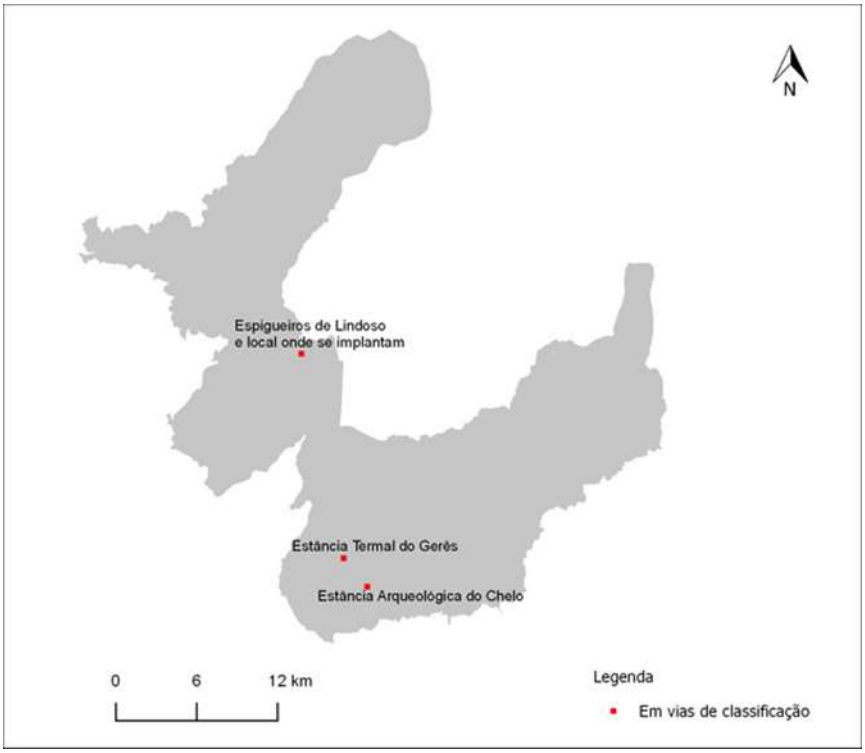


Figura 44 - Património em vias de classificação no PNPG. Fonte: SIG/PNPG.

- Inventariado

Estátua-Menir da Ermida

União das freguesias de Entre Ambos-os-Rios, Ermida e Germil, concelho de Ponte da Barca, distrito de Viana do Castelo

A Estátua-Menir foi inventariada como património móvel (Despacho do Secretário de Estado da Cultura comunicado pelo ofº nº 000140, de 06.01.83, do IPPC). Está atualmente conservada no Núcleo Museológico da Ermida.

BIBLIOGRAFIA

Relatório do Programa Especial do Parque Nacional da Peneda-Gerês.